

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**RELATOS DE UM VIAJANTE: INVESTIGAÇÕES EM
TORNO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA
HISTÓRIA DE LÍNGUA E DE SUJEITO GAÚCHO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Daiane da Silva Delevati

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**RELATOS DE UM VIAJANTE: INVESTIGAÇÕES EM TORNO
DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA
DE LÍNGUA E DE SUJEITO GAÚCHO**

Daiane da Silva Delevati

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de
Pós-Graduação em Letras, área de Concentração em Estudos Linguísticos,
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Letras.

Orientador: Prof.^a Dra. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DELEVATI, DAIANE DA SILVA
RELATOS DE UM VIAJANTE: INVESTIGAÇÕES EM TORNO DO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE LÍNGUA E DE SUJEITO
GAÚCHO / DAIANE DA SILVA DELEVATI.-2014.
108 p.; 30cm

Orientadora: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2014

1. DISCURSO 2. LÍNGUA 3. SUJEITO 4. HISTORIA 5.
RELATO DE VIAGEM I. PETRI DA SILVEIRA, VERLI FÁTIMA II.
Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Mestrado em Estudos Linguísticos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**RELATOS DE UM VIAJANTE: INVESTIGAÇÕES EM TORNO DO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA
DE LÍNGUA E DE SUJEITO GAÚCHO**

elaborada por
Daiane da Silva Delevati

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Verli Fátima Petri da Silveira, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Larissa Montagner Cervo, Dr^a. (UFSM)

Mariza Vieira da Silva, Dr^a. (UCB)

Zélia Maria Viana Paim, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 28 de fevereiro de 2014.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, **Professora Verli Petri**, pela acolhida carinhosa e motivadora desde a minha chegada ao Curso de Letras; pelo estímulo e confiança dedicados a mim durante o percurso da Iniciação Científica... Neste trabalho, em especial, porque, ao mesmo tempo em que lutava para que eu cumprisse o difícil objetivo desta viagem – que não é ver terras estranhas, mas ver nossa própria terra como estranha (um desafio também posto pela Análise de Discurso) –, também fazia de tudo para que esse viajar fosse apaixonante... Agradeço por ser exemplo de comprometimento sério e dedicado com a pesquisa e pela motivação que nos mostra todos os dias, ensinando-nos que, para que toda a trajetória acadêmica faça sentido, é necessário que esse viajar seja também *um prazer privado!* E porque ainda gostamos de uma viagem mesmo depois de ter voltado, agradeço pelo carinho, pelo exemplo e pelas orientações, que certamente ainda virão significar para/em mim! Obrigada por tudo!

Ao meu namorado, **Adriano Bialozor**, por ser meu porto seguro. Mas, como “*a decepção da viagem e a decepção do amor são decepções parecidas*”, agradeço inclusive pelas vezes em que trouxe a melancolia dos navios, o aturdimento das paisagens e das ruínas, e assim só me impulsionou a começar e/ou recomeçar minhas viagens... Obrigada, amor, por tudo!

À minha **família**, aos meus pais, irmãos e cunhados, por todo apoio e torcida dedicados a mim... Agradeço em especial o carinho recebido dos meus sobrinhos. Dizem que uma boa viagem ou é a que se faz na primeira classe ou é a que se faz com as crianças: obrigada, crianças, pelos telefonemas carinhosos, cheios de saudades, e pelos abraços apertados na minha chegada! Agradeço ainda mais especialmente a minha **mãe**, pela confiança depositada em mim toda vez que eu partia e pela certeza de que, pelos meus sonhos, *não há trem que ela não tomaria, não importa o lugar para aonde fosse...* Obrigada, mãe, por todas as histórias contadas e recontadas, que inspiraram os meus sonhos, as minhas viagens! Obrigada por tudo!

À minha amiga **Vanessa Bianchi Gatto**, pela leitura cuidadosa e carinhosa dedicada ao meu texto, pelo diálogo, por ser uma presença constante com quem tenho sempre podido contar nas horas de alegria ou angústia. Agradeço principalmente por acreditar (e por “sentir na pele” o que isto significa) que *não viajo para chegar a algum lugar, mas que viajo simplesmente por viajar!* Obrigada, Vanessa, pela tua amizade!

Ao **Laboratório Corpus**, nas pessoas de seus integrantes, com quem pude conviver desde a Iniciação Científica; pelo que significa esse espaço: uma estação de encontro com o desconhecido, mas também de troca e produção de saberes. Agradeço, em especial, a **Professora Amanda Scherer**, fundadora e coordenadora deste ambiente, pelo exemplo apaixonado de trabalho dedicado à pesquisa, pela garra com que sempre lutou de diferentes formas para que pudéssemos desenvolver e mostrar nosso trabalho dentro e fora da Universidade. Agradeço ainda pelas amizades que ficaram dessa convivência, especialmente a da **Maria Iraci**, com quem pude contar em vários momentos de minha vida pessoal e acadêmica. Obrigada ao **PET Letras**, por toda boa energia e por toda alegria que trouxeram ao Laboratório, motivando ainda mais as atividades de pesquisa e extensão. Muito obrigada a todos do Corpus!

A **Zélia Paim**, por aceitar dividir as palavras no texto publicado na revista Expressão. Muito obrigada!

Aos colegas **Natieli Branco, Viviane Brust e George Monteiro**, pelas colaborações ao meu texto, obrigada!

Aos **professores** do Programa de Pós-Graduação em Letras, pelas discussões em aula e pelas contribuições à construção deste trabalho, afinal, essa *viagem* não fizemos sozinhos!

Aos **funcionários do PPGL**, Emília, Jandir e Irene, pelo atendimento atencioso e carinhoso às nossas dúvidas, pelas palavras de apoio nos momentos mais tensos. Obrigada!

À **comissão examinadora**, professoras Larissa Cervo e Mariza da Silva, obrigada por todas as contribuições a esse trabalho! Obrigada por me fazerem voltar dessa/nessa viagem com boas recordações!

A todos aqueles que contribuíram de uma forma ou de outra para desenvolvimento deste trabalho ou estiveram na torcida pelos meus estudos, um *aceno* de “muito obrigada”!

“O próprio de uma história é poder sempre tanto ser quanto não ser uma história. As coisas seriam também muito simples se a certeza dos acontecimentos fosse de par com a dos sujeitos” (RANCIÈRE, 1994, p. 9).

RESUMO

**Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria**

RELATOS DE UM VIAJANTE: INVESTIGAÇÕES EM TORNO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE LÍNGUA E DE SUJEITO GAÚCHO

AUTORA: DAIANE DA SILVA DELEVATI

ORIENTADOR: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 28 de fevereiro de 2014.

O presente trabalho tem como objetivo propor uma reflexão acerca da constituição da língua e do sujeito gaúcho na história a partir do discurso de Auguste de Saint-Hilaire em *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1887), levando em conta o homem na sua história e considerando os processos e as condições de produção dos relatos. Dessa forma, a questão de pesquisa que orienta este estudo é: **Como se constitui o discurso sobre a língua e sobre o sujeito gaúcho em *Viagem ao Rio Grande do Sul*?** A fim de respondê-la, mobilizamos as noções de língua e sujeito da perspectiva discursivista, investigando como se realizam os processos de paráfrase e polissemia (Cf. ORLANDI, 2007a), procurando explicitar o movimento dos sentidos presentes nas descrições do discurso sobre a língua e sobre o gaúcho e ainda observar como o discurso da civilização atravessa os relatos de Saint-Hilaire, sobrepondo a língua do civilizado à do não-civilizado. Para tanto, seguimos os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa, fundada por Michel Pêcheux, e da História das Ideias Linguísticas, representada por Sylvain Auroux, ambas desenvolvidas no Brasil principalmente por Eni Orlandi e José Horta Nunes. O corpus deste trabalho é resultado de uma seleção que atendeu a critérios de inscrição em situações diferentes (circunstancialização) ao longo do relato, mas sempre levando em conta o discurso sobre a língua e sobre o sujeito. Após as análises, foi possível constatar que os relatos guardam um discurso do viajante que vive em constante tensão com a língua, a qual concebemos como língua *partida* (Cf. MEDEIROS; PETRI; 2013 a). Se há uma língua heterogênea, há também um sujeito heterogêneo, que ora é civilizado, ora é não-civilizado. E assim significam língua e sujeitos, heterogêneos; do mesmo modo como língua, sujeito e sentidos encontram-se em movência constante.

Palavras-chave: Discurso. Língua. Sujeito. História. Relato de viagem.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Postgraduate Program in Languages
Federal University of Santa Maria

A TRAVELER'S TALE: INVESTIGATIONS INTO THE PROCESS OF CONSTRUCTION OF HISTORY OF LANGUAGE AND OF THE GAÚCHO SUBJECT

AUTHOR: DAIANE DA SILVA DELEVATI

ADVISOR: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA

Date and Place of Defense: Santa Maria, February 28, 2014.

This paper aims to propose a reflection on the constitution of language and the gaúcho subject in history from the discourse of Auguste de Saint-Hilaire in *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1887), taking into account the man in his history and considering the processes and production conditions of the reports. Thus, the research question that guides this work is: How is the discourse on language and on the *gaúcho* subject constituted in *Viagem ao Rio Grande do Sul*? In order to answer it, we employed the notions of language and subject from the discursive perspective, by investigating how the processes of paraphrase and polysemy are performed (cf ORLANDI, 2007a), to try to explain the movement of the senses present in the descriptions of the discourse on language and on *gaúcho*, besides observing how the discourse of civilization crosses the reports by Saint-Hilaire by superimposing the language of the civilized on the uncivilized. Therefore, we followed the theoretical assumptions of the French Discourse Analysis, founded by Michel Pêcheux, and the History of Linguistic Ideas, represented by Sylvain Auroux, both developed in Brazil mainly by Eni Orlandi and José Horta Nunes, among others. The corpus of this work is the result of a selection that met the criteria for different situations throughout the report, but always taking into account the discourse on language and subject. After the analysis, we found that the reports hold a discourse of the traveler who lives in constant tension with language, which we design as parted language (cf MEDEIROS; PETRI, 2013a). If there is a heterogeneous language, there is also a heterogeneous subject, who is sometimes civilized, sometimes is uncivilized. And thus they mean heterogeneous language and subject just as language, subject and senses find constantly moving.

Keywords: Discourse. Language. Subject. History. Travelogue.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Registro de verbetes feito por Saint-Hilaire em <i>Viagem ao Rio Grande do Sul</i> ..	37
Figura 2 – Registro de verbetes e enunciados feito por Saint-Hilaire em <i>Viagem ao Rio Grande do Sul</i>	38
Figura 3 – Registro de uma canção feito por Saint-Hilaire em <i>Viagem ao Rio Grande do Sul</i>	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sequências discursivas relativas ao discurso sobre a língua	69
Quadro 2 – Sequências discursivas referentes ao discurso sobre o sujeito	71
Quadro 3 – Discurso sobre a língua do homem civilizado.....	75
Quadro 4 – Discurso sobre a língua da escolarização	78
Quadro 5 – Discurso sobre a linguagem gauchesca	80
Quadro 6 – Discurso sobre o sujeito gaúcho	88
Quadro 7 – Comparação entre o homem civilizado e homem não-civilizado.....	89

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Mapa Itinerário da viagem de Saint-Hilaire pelo Rio Grande do Sul	102
Apêndice.....	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: <i>Quando a viagem começa</i>	13
--	----

PARTE I

1 A VIAGEM PELOS CAMINHOS DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO	22
1.1 As noções teóricas necessárias para esse percurso	22
1.2 Considerações sobre o discurso do viajante	34

PARTE II

2 OS RELATOS DE VIAJANTES NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UMA LÍNGUA	42
2.1 A presença do viajante: o olhar do civilizado sobre o não-civilizado	42
2.2 <i>Queira ou não queira, começa em Saint-Hilaire</i> : as condições de produção dos relatos do sujeito viajante	46
2.3 Viagem ao Rio Grande do Sul: rastros de historicidade da/na língua	53

PARTE III

3 A VIAGEM PELOS CAMINHOS DA ANÁLISE: UMA LEITURA SOBRE O DISCURSO DOS RELATOS	59
3.1 Das delimitações do objeto desta viagem	59
3.2 Do aparato metodológico	62
3.3 Da constituição do corpus	66
3.4 Do percurso da análise	71
3.4.1 A constituição do discurso sobre a língua	71
3.4.2 A constituição do discurso sobre o sujeito	86

CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

INTRODUÇÃO

Quando a viagem começa¹...

... porque “sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber”. (Auroux, 1992, p.12)

O presente trabalho propõe reflexões sobre a constituição da língua e do sujeito na história a partir do discurso de Auguste de Saint-Hilaire em *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1887)². O interesse pela obra do viajante francês se deu ainda no começo do curso de graduação em Letras, quando tive³ acesso a ela. Durante a leitura de seus relatos, deparei-me com a constante presença de aspectos constitutivos do cotidiano do sujeito gaúcho (habitante do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX). Dentre os elementos relatados e/ou descritos nessa obra, destacam-se: a organização política, a moradia, os costumes, a língua, os homens, as mulheres, os quais são apresentados com detalhes a cada observação feita pelo viajante. Além disso, é preciso dizer que Saint-Hilaire era um botânico, dotado de uma curiosidade própria dos pesquisadores.

As referências acerca da viagem de Auguste de Saint-Hilaire no Rio Grande do Sul que mais me chamam a atenção apontam, predominantemente, para aspectos próprios das regiões campesinas, às vezes revelando a rudeza da vida no campo e outras vezes revelando nuances bucólicas de tal cenário. São estes os movimentos que me seduzem na leitura de *Viagem ao Rio Grande do Sul*:

a) Descrição do modo como são separados os grãos de milho do seu sabugo: “metem-se as espigas numa gamela, batendo-se com achas, à maneira de pilão” (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 316);

b) Descrição da maneira como é preparado o churrasco:

¹ Os subtítulos destacados em itálico, no sumário deste trabalho, foram inspirados nas afirmações dos pesquisadores Terson Praxedes e Sandra Pesavento, que participaram do documentário *Viagem ao Rio grande do Sul: Saint-Hilaire*, da série "Os Viajantes", produção do Núcleo de Especiais da RBS TV Porto Alegre, 2007.

² A obra que estou utilizando para esse trabalho tem sua primeira tradução integral no Brasil em 1987, no centenário da publicação francesa.

³ Neste de texto de introdução, por seu caráter bastante subjetivo e revelador de experiências e motivações bem particulares, farei uso da primeira pessoa do singular. No restante do texto, de natureza mais objetiva e alusiva a um trabalho de pesquisa feito em conjunto com a orientadora e tantos outros autores de saberes, passo a utilizar a primeira pessoa do plural.

[...] o meu soldado acendeu uma grande fogueira, cortou a carne em grandes nacos de espessura de um dedo, fez ponta numa vara de, aproximadamente, dois pés de comprimento, cravou-a em forma de espeto numa porção de carne, atravessou nesta outros pedaços de madeira em sentido transversal [...] enfiou o espeto obliquamente na terra, levando um dos lados ao fogo [...] (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 100).

c) Descrição bucólica da natureza: “Este lugar oferece a mais linda paisagem que tenho visto desde o Rio Grande. Até agora atravessamos planícies sempre uniformes, sem a mais leve ondulação do terreno, e unicamente animadas pela presença do gado que nela pasta. Aqui um rio serpenteia por entre verdejantes pastagens” (SAINT-HILAIRE, 1987, p.112).

Ao ler os relatos de Saint-Hilaire sobre essas práticas, no primeiro ano do curso de Letras, pude rememorar os costumes que também faziam parte da minha vivência no campo, pois, quando criança, ajudava o pai e a mãe nos afazeres da roça, dentre os quais estava o trabalho de retirar os grãos de milho da espiga. Além disso, várias vezes assisti ao preparo de um churrasco, feito por meu pai nos moldes apresentados por Saint-Hilaire e sempre gostei de observar os campos verdejantes que cercavam nossa casa, pois naquele tempo as distâncias tinham um quê de nostalgia e de promessa de aventura. Por isso, enquanto “viajava” com as inúmeras histórias de Saint-Hilaire, eu também viajava de volta às minhas histórias... Seriam aquelas, as histórias de Saint-Hilaire, então, verdadeiras? Essa “história” sobre o gaúcho, contada por Saint-Hilaire, é a minha história particular ou constituiria parte de uma história maior? O fato é que, provavelmente, foi graças a esse interesse, por histórias ou pela “História”, a grande⁴, – quando ainda acreditava que haveria “uma verdadeira” – que cheguei até o Curso de Letras... e que hoje estou aqui, ocupando uma outra posição-sujeito, a de pesquisadora.

O interesse em investigar histórias surgiu quando eu acreditava que já sabia ler. Foi mais ou menos nessa época que comecei a entender as histórias que os adultos contavam. Minha mãe, especialmente, adorava contar histórias; os contos de fadas e as histórias de assombração eram as suas preferidas. Desse modo, enquanto eu ainda não frequentava a escola, ela contou-me inúmeras vezes as mesmas histórias. Por essa razão, depois de alfabetizada, comecei a buscar na biblioteca do colégio os livros de que minha mãe falava e a levá-los para casa. Mas da escola até nossa casa, o caminho era longo: fazia-se “uma viagem” e, enquanto isso, eu aproveitava para ler a história escolhida (*Branca de Neve e os Sete Anões, Cinderela, O Pequeno Polegar*, e outras mais regionalistas, como o *Negrinho do Pastoreio* e/ou causos gauchescos) o mais rápido possível e com o máximo de atenção. Essa leitura tinha, para mim,

⁴ Cf. Paul Henry, 1994.

um objetivo: conferir se a história contada por minha mãe estava de acordo com a história do livro. E, então, quando em casa, minha mãe tinha de contar toda a história mais uma vez, enquanto eu acompanhava, no livro, para verificar se o enredo e os detalhes coincidiam. Muitas foram às vezes em que perguntei a minha mãe se a sua história, tão diferente, era ou não tão verdadeira quanto à do livro. Ao certo nunca se soube, mas as palavras sempre eram outras, os sentidos escapavam e eu pensava em outras coisas enquanto ouvia aquelas histórias antigas mais uma vez...

Dessas primeiras investigações nasceu o interesse pela leitura, pelas letras, pelas histórias... E assim comecei a viajar por muitas outras histórias até chegar ao Curso de Letras, até viajar pelas histórias de Saint-Hilaire, até encontrar em *Viagem ao Rio Grande do Sul* algumas histórias que se pareciam com as minhas, até encontrar outras que me incomodaram...

Na primeira leitura realizada de *Viagem ao Rio Grande do Sul*, percebi também alguns relatos que me chocaram pelo modo como o autor fazia referência a homens e mulheres, habitantes da terra visitada; uma impressão bem descrita pela historiadora Sandra Pesavento:

Há muito de preconceituoso, como não poderia deixar de ser, tratando-se de alguém que vem do Velho Mundo para o Novo Mundo, então, por vezes, por exemplo, chega chocar certas referências de Saint-Hilaire sobre o aspecto físico das pessoas, sobre o aspecto moral das pessoas [...]: ele acha os índios horríveis, as mulheres muito feias, os tipos embrutecidos [...]⁵. (PESAVENTO, 2007, s.p.)

No ensejo de ilustrar essa impressão, apresento recortes da narrativa de Saint-Hilaire, fazendo emergir, em sua obra, imagens dos índios e das mulheres: “Encontrei no caminho os índios de que falei ontem, esses infelizes, acompanhados de mulheres e filhos, todos andrajosos, nada possuem além de seus magríssimos cavalos” (1987, p. 306); “Não sei se o hábito de ver índias começa a fazer desaparecer aos meus olhos qualquer coisa de sua feiura” (Idem, p. 308); “A insensibilidade física dos guaranis vai talvez ainda mais longe que sua insensibilidade moral” (Idem, p. 281); e “Embora vivam há anos, no meio dos homens civilizados, os guaranis guardam ainda muitos hábitos da vida selvagem” (Idem, p. 282).

Observando as afirmações acima, intriga-me ainda outra afirmação de Sandra Pesavento: “Saint-Hilaire revela modos de ser, modos de proceder, que vão ajudar a compor aquilo

⁵ Fala de Sandra Pesavento para o Episódio da série “Os viajantes”, 2007. Produção do Núcleo de Especiais da RBS TV Porto Alegre / Direção geral da série de Gilberto Perin / Episódio com direção de Hique Montanari. Disponível em: <<http://vimeo.com/16246446>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

que viria a ser o tipo característico do Rio Grande do Sul” (2007, s. p.). De acordo com a historiadora, as referências de Saint-Hilaire, embora sejam frutos de pré-conceitos, ajudam a compor um imaginário sobre o habitante rio-grandense daquela época. Assim, meu interesse é discutir esses movimentos de sentido que se dão entre o “discurso sobre” (ORLANDI, 1990, p. 37) e a constituição do sujeito conhecido atualmente como gaúcho.

Desse modo, entendo que, se ao ler os relatos de Saint-Hilaire, estes podem provocar estranhamentos, ou mesmo um “choque”, como afirma Sandra Pesavento, é porque há diferenças entre uma história e outra. Há também diferenças nas línguas que contam essas histórias. Cervo, a partir de uma releitura do que ensina a professora Amanda Scherer, afirma que “há língua, há línguas, há a língua do outro, há a minha língua, há a nossa língua” (CERVO, 2012, p. 17). De acordo com essa afirmação, busco compreender o confronto que se dava com as histórias contadas ou recontadas por minha mãe e as que eu lia nos livros: se as histórias contadas por minha mãe eram dos mesmos autores lidos por mim na escola, por que ela não contava seguindo sempre o mesmo enredo? Por que as palavras sempre podiam ser outras? Por que os sentidos se movimentavam? Por que as histórias apresentavam diferenças?

Como essas questões sempre voltam, realizei leituras teóricas para entendê-las e busquei apoio na perspectiva teórica à qual este trabalho está vinculado, segundo a qual não há uma língua, mas há línguas. Para a Análise do Discurso, a “língua tem sua unidade, sua própria ordem, com a diferença que não é um sistema perfeito, nem uma unidade fechada: a língua é sujeita a falhas e é afetada pela incompletude” (ORLANDI, 2009, p. 12). Compreendo, desse modo, que a língua não pode ser concebida como “a língua”, como se apenas existisse “uma” língua superior às demais ou como se umas devessem buscar aproximar-se o mais possível da “língua ideal”. Compreendo também, conforme trabalho anterior⁶ – quando investi sobre o uso dos instrumentos linguísticos em sala de aula – que não há uma língua neutra, estável, pois mesmo aquela que está no livro, na gramática ou no dicionário sofre os efeitos de incompletude. O que há, entendo, é um sujeito que busca unidade para o seu dizer. Por isso, a língua está sempre em movimento, assim como os sujeitos.

Esse modo de conceber a língua tem origem nas reflexões propostas por Orlandi, que, após uma experiência vivida em Altamira, diante do Rio Xingu, propõe formas de distinção sobre a língua (Cf. 1988, 1990, 2002, 2009). Para a autora, há uma língua fluida, que pode ser definida como “a língua do movimento, da mudança contínua, que não pode ser contida em

⁶ Cf. Delevati e Petri (2010). Disponível em: <[http://corpus.ufsm.br/wp-content/uploads/2012/06/livroVerli 2010.pdf](http://corpus.ufsm.br/wp-content/uploads/2012/06/livroVerli%202010.pdf)>

arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas (ORLANDI, 2009, p. 18)”. Essa língua, segundo Orlandi, não tem limites, por isso é *fluida*. Por outro lado, há a língua *imaginária*, que “é a língua do sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações; são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm reproduzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua” (Ibidem).

Na tentativa de compreender melhor a reflexão acima proposta por Orlandi, passei a indagar: Seria a língua das histórias de minha mãe a língua fluida? As histórias “verdadeiras” dos livros da biblioteca, que trazíamos para compará-las às histórias de minha mãe, estariam constituídas por uma língua imaginária? Estariam as histórias dos livros sempre completas, por que imaginárias? As histórias contadas e recontadas por minha mãe confrontavam com as histórias dos livros a cada leitura porque eram “sem limites”?

É bom poder pensar que o conflito vivido na infância, entre as histórias contadas por minha mãe e as histórias dos livros, ocorreu porque havia o embate entre uma língua fluida e uma língua imaginária. E as histórias contadas são tão mais saborosas, remetendo-nos a um lugar de “criatividade” tão difícil de alcançar em tempos de exigência de “produtividade”, no sentido que lhe empresta Orlandi (2007a, p. 37-38), caracterizando a polissemia em detrimento da paráfrase. O contar histórias de minha mãe era de fato polissêmico por excelência: ela tanto repetia que tornava diferente.

Assim comecei essa viagem, com o desejo de compreender melhor a língua, ora ouvindo histórias que se alteravam a cada contar e recontar de minha mãe ora lendo histórias prontas e “completas” nos livros da biblioteca da escola. Assim comecei essa viagem: dividida entre uma língua fluida, cheia de lacunas, incompletudes, a língua da criatividade, e uma língua imaginária, da reprodução.

De outro modo, ainda sobre essa questão, Orlandi (2007a., p. 36) diz que “todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos”. Essa afirmação leva-me a refletir sobre os momentos em que me confrontei com as tensões que se davam no funcionamento da linguagem que me era constitutiva. Primeiro, quando, na infância, percebi as diferenças entre a língua das histórias de minha mãe, que entrava em funcionamento, diferentemente, a cada vez que parava para ouvi-la, e a língua dos livros de história, que era sempre a mesma: estática, una, embora não fosse sempre a mesma quando lia as narrativas, pois a cada leitura, novos sentidos surgiam, novos confrontos eu estabelecia com a

língua de minha mãe. Então, abria-se um espaço para a contradição e outros confrontos iam surgindo...

No final do ano de 2005, parti de São Luiz Gonzaga para Santa Maria, em busca de conhecimentos e experiências que o novo do mundo universitário poderia me oferecer. Em 2007, ao ingressar no Curso de Letras, tive a oportunidade de conhecer a tese de doutorado da Prof^a. Verli Petri, que versa sobre a constituição de imagens de gaúcho no discurso da narrativa literária gauchesca e que discute sobre as representações propostas pelo mito e pelo não-mito, a partir da perspectiva da Análise de Discurso. Essa disciplina, embora não estivesse prevista na grade curricular do programa do Curso de Letras, por contemplar questões relativas ao marxismo (e, certamente, porque a história lhe é parte constituinte: linguística, marxismo e psicanálise), seduziu-me imediatamente.

Desse modo, então, após tomar conhecimento da obra de Auguste Saint-Hilaire, fui conferir os detalhes dos relatos e elegi a obra como objeto de estudo para um trabalho da disciplina de Introdução à Pesquisa em Letras. Depois, ao participar de projetos de iniciação científica⁷, de ensino e de extensão, todos vinculados ao Laboratório Corpus⁸, dediquei-me a compreender o funcionamento dos discursos que permeiam os dicionários; esses que são tomados como instrumentos linguísticos resultantes de uma revolução tecnológica (AUROUX, 1992). E foi a partir desses estudos⁹ – destinados especialmente às leituras de prefácios e verbetes de dicionários regionalistas gaúchos – que passei a compreender que os viajantes podem ser considerados os precursores de um discurso sobre o léxico de uma língua. Isso se dá porque muitos deles, ao observarem questões relativas ao projeto de viagem – no caso de Saint-Hilaire, a botânica –, traçam variados apontamentos sobre outras questões observadas, conforme já afirmei no início dessa introdução. Assim começou meu interesse por compreender como os relatos presentes em *Viagem ao Rio Grande do Sul* poderiam contribuir para a constituição de um imaginário sobre a língua e sobre o sujeito gaúcho.

Na busca de tal compreensão, este trabalho divide-se em três partes: A Parte I, intitulada *A viagem pelos caminhos do dispositivo teórico-analítico*, versará sobre as noções teóricas

⁷ Estes trabalhos estavam vinculados ao projetos: “Língua, sujeito e história: o gaúcho no processo de dicionarização da Língua portuguesa no/do Brasil” (bolsista 2008-2011); “O lugar do dicionário como instrumento didático-pedagógico no ensino da Língua Portuguesa” (bolsista 2007), PROLICEN-UFSM; “O dicionário como instrumento didático-pedagógico no ensino da Língua Portuguesa: da pesquisa à prática de sala de aula” (bolsista 2008) FIEX-UFSM; todos orientados pela Prof^a. Dra. Verli Petri.

⁸ Além do trabalho relativo ao estudo do discurso dicionarístico, também participei de trabalhos de monitoria e organização do acervo do Laboratório Corpus-Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

⁹ Cf. Delevati (2008; 2010); Delevati e Petri (2010) e Delevati e Siveris (2011).

discutidas nessa dissertação. Primeiramente, apresentarei uma reflexão sobre o que significa propor um trabalho mediado pela Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas, levando em conta os estudos que têm sido desenvolvidos no Brasil atualmente. Em seguida, a discussão pautará sobre as noções pertinentes para a análise que é proposta nesse trabalho, quais sejam: língua, sujeito, história/historicidade, imaginário/formações imaginárias, formações discursivas e ideológicas, discurso fundador e instrumentos linguísticos, haja vista o entendimento de que os relatos de viagem constituem marcas de um discurso fundador para os estudos lexicográficos. Após esse primeiro momento, discutiremos as questões relativas às propriedades dos relatos, atentando para as diferenças entre os momentos de descrição e de nomeação presentes no texto do viajante. Para isso, levaremos em conta, especialmente, as reflexões já realizadas por Eni Orlandi, Horta Nunes e Verli Petri.

Na Parte II, nomeada *Os relatos de viajantes no processo de constituição de uma língua*, apresentarei, primeiramente, uma discussão sobre a importância de Auguste Saint-Hilaire para a história do gaúcho, não somente no que concerne à botânica, sua especialidade, mas, especificamente, sobre as anotações em que o viajante faz referência ao gaúcho e à língua. Para isso, entendo que é necessário discutir as condições de produção dos relatos feitos por Saint-Hilaire, este que é considerado por muitos estudiosos como um precursor de uma história, na medida em que projeta para o estrangeiro e, mesmo para a história dos gaúchos, um imaginário do habitante que era visitado e de sua língua. E, com isso, adentro no segundo momento desse capítulo, que se propõe a discutir acerca do que *Viagem ao Rio Grande do Sul* pode significar enquanto um discurso fundador para a nossa história do sujeito gaúcho e para a história dessa língua. Entende-se, pois, que rastros de historicidade ficam ecoando na história da língua do sujeito gaúcho e é preciso investigar quais são os processos de formação desses rastros, ou seja, quais as condições de produção desse dizer, da história contada pelo homem civilizado sobre o não civilizado.

Na Parte III, *A viagem pelos caminhos da análise: uma leitura sobre o discurso dos relatos*, levando em conta, primeiramente, a discussão sobre a constituição dos relatos enquanto instrumentos linguísticos, apresentarei marcas linguísticas do texto de Auguste Saint-Hilaire que estão de acordo com o discurso considerado como um discurso dicionarístico precursor. Após essa etapa, a discussão versará sobre o funcionamento de *Viagem ao Rio Grande do Sul* na constituição da língua do gaúcho, observando as questões pertinentes às formações imaginárias que regulam o discurso sobre o outro, apontando, ainda, quais são as marcas lin-

guístico-discursivas que constituem o discurso sobre a língua e o sujeito gaúcho. Para isso, tomamos como pressuposto que sujeito e língua sempre estão num ir e vir constantes de produção de sentidos, sentidos que podem ser outros, que podem ser os mesmos, mas diferentes; portanto, inconclusos, incompletos, sempre!

PARTE I

1 A VIAGEM PELOS CAMINHOS DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO

“Vai o viajante aguçando a observação
para que nada se perca ou alguma coisa se aproveite [...]”
(José Saramago, em *Viagem a Portugal*)

1.1 As noções teóricas necessárias para esse percurso

O presente trabalho propõe uma análise sobre os relatos de Saint-Hilaire no tocante à língua e ao sujeito dito gaúcho, seguindo os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa, fundada por Michel Pêcheux, e da História das Ideias Linguísticas, representada por Sylvain Auroux, ambas desenvolvidas no Brasil principalmente por Eni Orlandi e José Horta Nunes, entre outros¹⁰. Para isso, sabemos que é necessário levar em conta o homem na sua história, considerando os processos e as condições de produção da linguagem. E isso se dá pela relação que é estabelecida entre a língua e os sujeitos que a usam, observando-se as situações em que se produz esse dizer (ORLANDI, 2007a). Desse modo, uma questão fundamental para esse estudo é refletir sobre as condições de produção a partir das quais o discurso do viajante francês é produzido, além de pensar nos efeitos de sentido que emergem a partir desse discurso na história da língua e do gaúcho.

Uma questão inerente a este estudo é: O que significa fazer um trabalho de pesquisa tomando como base a História das Ideias Linguísticas? Significa não perseguir uma ordem cronológica. Essa é uma das diferenças fundamentais entre um estudo em História¹¹ e um estudo em História das Ideias Linguísticas, pois na perspectiva da História das Ideias não é o

¹⁰ É válido lembrar que, no Laboratório Corpus, vários projetos no âmbito da pesquisa, ensino e extensão estão em pleno desenvolvimento, e a maioria deles é mediada pelos princípios teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa em articulação com a História das Ideias Linguísticas. Dos trabalhos concluídos nos últimos anos, destacamos a tese intitulada *Língua: patrimônio nosso*, da atual professora do Departamento de Letras Vernáculas da UFSM, Larissa Montagner Cervo, que recentemente foi indicada para representar o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM para concorrer ao Prêmio CAPES de TESE de 2012; a tese de número 600 da UFSM, intitulada *Aurora Mexicana: processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: o exemplo do discurso Zapatista*, de autoria de Maurício Beck, que obteve o segundo lugar no III Concurso de Tesis promovido pela Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (Aled), no ano de 2011; e a tese *Imaginário Urbano: espaço de rememoração/comemoração* de Maria Cleci Venturini, defendida em 2008 no PPGLetras, a qual foi indicada para representar o Brasil no II Concurso de Tesis de Postgrado, Maestría y Doctorado promovido pela Asociación Latinoamericana del Estudios del Discurso (ALED), na Universidad Autónoma de Nuevo León, em Monterrey (México), no II Congresso da ALED, tendo se classificado em terceiro lugar. Os referidos trabalhos foram orientados pela Prof.^a Amanda Eloina Scherer, fundadora do Laboratório Corpus e atual coordenadora geral desse espaço.

¹¹ Isso também não significa dizer que os estudos históricos levam em conta apenas aspectos cronológicos.

tempo que organiza a historicidade do objeto, mas é o objeto que instaura o tempo. E isso se dá porque, de acordo com Auroux, “o valor dos conhecimentos é ele mesmo uma causa em sua história” (1992, p. 15), ou seja, o acontecimento instaura o tempo, ele é o ponto de partida. Em outras palavras, “que todo saber seja histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto” (p. 14). Isso significa dizer, pensando nas relações dessas afirmações com nosso objeto de estudo, que, em algum momento, os relatos constituíram-se como acontecimento¹²: é o discurso sobre outro mundo, outro homem, outra língua, que percorre mares e que institui sentidos sobre um povo, uma história, uma língua.

Levando em conta essa discussão, podemos dizer que adotar a Análise de Discurso de linha francesa e a História das Ideias Linguísticas, para conduzir o processo analítico do nosso trabalho de pesquisa, é um dos fatores que diferencia esse estudo da maioria dos demais que se debruçaram sobre os relatos de Saint-Hilaire. Haja vista que, nessa perspectiva discursiva, o desafio que se coloca é justamente não mais olhar o texto como um *dado* (modo como foi tomado pela maioria dos trabalhos desenvolvidos nas áreas das ciências humanas, geografia, história, ou na área das ciências naturais, como na biologia), mas observá-lo como *fato*. Desse modo, segundo Orlandi (1996b, p. 42) é preciso buscar compreender como esse texto – objeto simbólico – funciona. Isto significa que é preciso pensar o processo de produção do discurso do viajante; tomá-lo como fato, na Análise de Discurso, significa ter de levar em conta a questão da historicidade, porque o discurso “[...] não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas as grandes questões sobre língua, a história, o sujeito” (MALDIDIER, 2003, p.15). É nessa perspectiva que Orlandi propõe pensar que:

Os dados são os discursos. E os discursos não são objetos empíricos, são efeitos de sentido entre locutores, sendo análise e teoria inseparáveis [...]. Com efeito, para a análise de discurso, não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico. (ORLANDI, 1992, p. 211)

Desse modo, o que a Análise de Discurso faz é deslocar a compreensão de Dado, enquanto evidência, para concebê-lo como um Fato, estudando, então, os modos de construção das possíveis evidências. Para isso, faz-se necessário discutir os modos de produção do discurso, levando em conta sua historicidade, essa relação necessária entre língua, sujeito e história.

¹² Não levaremos adiante a discussão sobre *acontecimento* porque optamos pelo funcionamento da noção de *Discurso Fundador*.

Ademais, estudar os relatos de *Viagem ao Rio Grande do Sul* sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas significa dizer que, embora os sentidos já estejam lá, postos no interdiscurso, na história eles significam diferentemente. É a inscrição do sujeito na História, através da língua, que faz cada dizer significar de novo, diferente ou não, produzindo outros efeitos de sentidos. Considerando que o interdiscurso é definido por Pêcheux (2009 [1988], p. 154) como um “pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita” e reformulado por Orlandi como

[...] aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sobre a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (ORLANDI, 2007a, p. 31),

é preciso pensar os relatos de Saint-Hilaire como um discurso que estabelece relações com discursos de outros viajantes, de outros pesquisadores, de outros franceses; como um discurso que não escapa a uma memória de tudo que já foi dito antes sobre a terra visitada e seus habitantes. Isso ocorre porque todo dizer se constitui no interdiscurso, na relação com o outro, com o sentido já-lá (Orlandi, 1990, p. 30). Ao mesmo tempo, todo dizer – que é uma repetição – também se faz novo, a cada formulação, em todo movimento do sujeito, da língua, da história.

Nesse processo de dizer, o sujeito e a língua significam-se diferentemente, embora já lá, porque a cada movimento dado, condições específicas de produção interferem no discurso, que, ainda que repetido, é outro, não mais o mesmo, e reflete “um contexto específico de uma sequência discursiva concreta” (Ibidem), ou mesmo uma “estratificação” ou “desnívelamento da rede de formulações”, segundo a leitura que Orlandi (2012, p. 11) propõe a partir das reflexões de Courtine (1982) para conceber a noção de Intradiscurso. Este conceito imbrica-se com o de interdiscurso, já referido, sendo que aquele está sempre determinado/atravessado por este último, constituindo-se como uma atualização da memória. Assim, enquanto o Interdiscurso é da ordem de uma multiplicidade de sentidos, organizados em torno de uma Formação Discursiva, o intradiscurso se caracteriza como um lugar determinado, materializado pela textualização (oral ou escrita), um lugar, então, de unidade do sujeito, antes disperso nas possibilidades do interdiscurso.

Nessa compreensão, podemos observar que as noções de interdiscurso e de intradiscurso perpassam pela de formação discursiva¹³, porque, segundo Pêcheux, “ela simula o interdiscurso no Intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro ‘já dito’ do intradiscurso, no qual ele se articula por ‘co-referência’” (2009, p. 154). Em outras palavras, o interdiscurso é incorporado no intradiscurso, e esse efeito não é do controle do sujeito, porque os sentidos não estão presos a um lugar ou outro, mas circulam de acordo com as relações que estabelecem com uma determinada formação discursiva, a qual é concebida e explicada por Pêcheux como:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]. Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Mais tarde, essa compreensão é discutida por Orlandi, que pensa o funcionamento da formação discursiva considerando que: “o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro” (2007a, p. 43). Isso significa que todo dizer é sempre uma parte de outro dizer, que estabelece relações com outros discursos. Além disso, é preciso considerar que “é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos” (Idem, p. 44). Isso implica pensar que um dizer aparentemente igual a outro, não necessariamente significa igualmente, porque é preciso levar em conta a conjuntura em que está sendo dito, as posições ideológicas que movem os discursos.

E assim chegamos à outra noção importante para a compreensão do funcionamento do discurso, a de formação ideológica, pensada por Pêcheux deste modo:

[...] *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...]. (PÊCHEUX, 2009, p. 146-147, grifos do autor).

¹³ Vale dizer que essa noção foi inicialmente pensada por Michel Foucault (Cf. Foucault, M. 1995,p.43), sendo mais tarde ressignificada por Michel Pêcheux para o quadro teórico da Análise de Discurso, ao pensar a forma-sujeito do Discurso, em *Semântica e Discurso*, na década de 70, na França.

Essa concepção nos leva a entender que o sentido de um dizer não está propriamente no dizer, mas depende das formações discursivas que lhe constituem e, conseqüentemente, das formações ideológicas. O sentido, desse modo, está sempre carregado de traços de memória, entrelaçado em outros, apontando para outros, significando com outros.

Sabe-se que na língua e, especificamente, no modo como esta é concebida na perspectiva teórica que adotamos para nosso trabalho, não há relações estanques entre o sujeito, seus modos de significação e a história que perpassa cada gesto de leitura/interpretação, assim como não há limitações formais no modo como a Análise de Discurso e a História das Ideias compreendem o sujeito, a língua e seus movimentos na história. Por essa razão, a fim de entendermos melhor o que significa fazer um trabalho de pesquisa mediado pela Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas, trazemos abaixo uma reflexão do professor José Horta Nunes sobre essa articulação:

Visto que a AD se constitui como um modo de leitura, sustentado por um dispositivo teórico e analítico, que considera a historicidade dos sujeitos e dos sentidos, ela traz uma contribuição considerável para o estudo da história das ideias linguísticas. Tomando as diversas formas de discurso sobre a(s) língua(s) para análise, *efetuam-se leituras que remetem esses discursos a suas condições de produção, considerando-se a materialidade linguística na qual eles são produzidos e evitando tomá-los como documentos transparentes ou simplesmente como antecessores ou precursores da ciência moderna* (NUNES, 2008, p. 110, grifo nosso).

Da afirmação de Nunes, o que interessa, tanto para Análise de Discurso quanto para a História das Ideias Linguísticas, é o modo como se dá a produção de sentidos, sendo necessário, para isso, levar em conta as condições de produção de um dizer, a história dos sujeitos envolvidos nesse dizer, atentar para os sentidos que são silenciados, esquecidos, apagados, para que outros ganhem notoriedade, passem a circular, signifiquem e, então, observar a historicidade dos processos discursivos.

Desse modo, podemos dizer que um estudo em Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas, de acordo com nossa compreensão, não pode ser feito de qualquer forma, haja vista que “não é verdade que o texto possa se desenrolar em qualquer direção: há uma necessidade que rege um texto e que vem da relação com a exterioridade” (ORLANDI, 1996a, p. 15). Para observar essa relação do texto com a exterioridade é preciso primeiro conceber o sujeito como aquele “materialmente dividido desde sua constituição: ele

é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história” (ORLANDI, 2007a, p. 49) e, então, só por elas se constitui enquanto tal, só por elas produz sentidos.

Assim, ao lermos *Viagem ao Rio Grande do Sul*, temos de levar em conta que não nos são revelados apenas os costumes, a vida, a língua do habitante gaúcho, mas também um pouco sobre o sujeito que escreve sobre esse povo, sobre essa língua. Apreendemos, pois, um pouco sobre as relações que esses relatos estabelecem com a história, sobre as relações que estabelecem com a história do sujeito que usa a língua e também sobre aquele que fala sobre a língua, ou seja, a relação do discurso com a historicidade dos sujeitos.

Além disso, ao considerarmos que esta proposta de estudo leva em conta os pressupostos da Análise de Discurso, é preciso lembrar que, desde a sua fundação, instaura-se como disciplina de entremeio. E é esse lugar intervalar que nos interpela a refletir sobre os limites que se dão entre história e ficção nos relatos de viagem. Petri (2004, p. 56), a partir da leitura de Courtine (1999), apresenta-nos uma reflexão sobre as relações entre memória e história, propondo o discurso como um lugar dividido em pedaços, que pode constituir um todo, pleno, mas, mesmo assim, ainda será fragmentado, constituído de espaços “não-cheios”, vindo esse espaço, então, segundo a autora, a se constituir em um espaço lacunar, em que ficam os saberes que devem ser esquecidos. A partir desse entendimento, Petri estende a concepção de memória de Courtine, enquanto espaço “lacunar e saturado”, e que é resultado de uma reflexão em torno do discurso político, para o discurso literário, afirmando que tanto no discurso da história, quanto no discurso da literatura, não há como saber “o que ‘realmente’ advém do mundo social e o que foi gerado pelo mundo social” (2004, p. 56). Tendo em vista o que compreendemos da reflexão proposta acima, outra questão que permeia o presente estudo é: Os relatos de viagem que tomamos como objeto de estudo são da ordem da história ou da ficção?

O que podemos dizer é que, mesmo que Saint-Hilaire fosse um cientista atento, não daria conta de tudo relatar e, entre uma observação e outra, há certamente um espaço lacunar, incompleto, que pode ter sido preenchido pelo imaginário social ou mesmo preenchido pelo próprio viajante, que vê, observa, relata o que a história e a memória lhe permitem. Quais lacunas estão entre o olhar do viajante do velho mundo e do habitante do novo mundo? O que se pode dizer a respeito dessa questão é que o discurso de *Viagem ao Rio Grande do Sul* não pode ser tomado como um discurso da ficção, afinal, o viajante era um cientista reconhecido tanto pela academia francesa e como pelas autoridades do Brasil. Por outro, nem tudo que os relatos contam pode ser comprovado.

É pela ausência de fontes precisas que Petri (2004, p. 185) elege os relatos de viajantes como o ponto de partida de um discurso sobre o gaúcho, mas ressalta que não há “limites entre o que é realidade social, o que é Histórico, o que é mitológico e o que é ficção”. Já para Rancière, “o relato se caracteriza originariamente por sua incerteza quanto à verdade dos acontecimentos relatados e à realidade dos sujeitos aos quais eles são atribuídos” (1994, p. 9). Mas essa incerteza, entendemos, não significa neutralidade, não quer dizer que os relatos não signifiquem (sentidos) para e na história (dos sujeitos, da língua). Ao contrário, sabemos, eles instauram, sim, como discursos fundadores (ou não), um sentido (ou muitos) para e na história e, conseqüentemente, instauram sentidos para e sobre os homens, afinal, eles têm o poder de decisão sobre a “história” (a história do outro, do novo mundo). Além disso, acrescentaríamos dizer, era fundamental ao viajante a descrição da botânica encontrada, afinal, antes de viajar ao Brasil, já tinha publicado outros trabalhos na Europa acerca dessa área de pesquisa.

O fato é que os relatos de Saint-Hilaire são um testemunho sobre a vida no Rio Grande do Sul durante o século XIX e guardam as impressões do viajante francês sobre os povos que habitavam esta região naquela época. Partes desses relatos se voltam, dentre outras questões, para a língua do habitante gaúcho. Mas o que significam, então, os relatos na história dessa língua?

Sturza, em estudo dedicado à análise das línguas de fronteira, especialmente entre o português e o espanhol, afirma que

As línguas se organizam pelo modo como o falante se remete a elas, mas também se organizam segundo uma distribuição política projetada a partir dos dizeres sobre as línguas. O locutor-falante apresenta, ele mesmo, uma perspectiva de sentidos para as línguas que pratica. As práticas linguísticas se enunciam tanto nos dizeres na língua como sobre as línguas (STURZA, 2009, p. 3, grifo nosso).

Levando em conta a relevância desses dizeres sobre as línguas, atentamos, em nosso trabalho, especificamente, para as questões de política linguística que rondam o discurso do viajante; um discurso sobre a língua do outro que nos levam a refletir sobre as relações de poder que envolvem a constituição da língua no/do Brasil.

Na compreensão do funcionamento do discurso do viajante sobre a língua e o habitante gaúcho, faz-se necessário discutirmos outra noção crucial a esse trabalho, que é a noção de Sujeito, pois esta, juntamente com a noção de língua, norteia o estudo que desenvolvemos acerca do discurso presente em *Viagem ao Rio Grande do Sul*.

Para a Análise de Discurso, tal como é concebida por seu fundador, Michel Pêcheux, o sujeito é compreendido “enquanto efeito ideológico elementar”, pois é “enquanto sujeito que qualquer pessoa é “interpelada” a ocupar um lugar determinado no sistema de produção” (HENRY, 2010, p.31). Segundo Paul Henry, essa noção é formulada por Pêcheux a partir de uma releitura que este faz de Althusser e tomada como a concepção mais coerente para referir-se à ligação entre discurso e prática política.

De acordo com essa leitura, percebemos que, embora Althusser tivesse estabelecido um paralelo entre a evidência da transparência da linguagem e o “efeito ideológico elementar”, é Pêcheux quem apresenta as relações entre a linguagem e a ideologia, e faz isso, conforme Henry (Idem, p. 36), introduzindo o “discurso” como o lugar do ponto de encontro entre sujeito e linguagem. É assim que funda a Teoria do Discurso, colocando a ligação entre o sujeito da linguagem e o sujeito da ideologia como uma questão teórica fundamental à Teoria do Discurso. Henry afirma ainda que, embora essa ligação tenha sido o grande trunfo de Pêcheux, este, ao tomar a Análise de Discurso como um instrumento científico, não considerava que essa teria sido feita para dar respostas aos problemas teóricos (linguísticos, políticos, filosóficos, etc.), mas que ela “fosse verdadeiramente o meio de uma experimentação efetiva” (Idem, p. 36). Desse modo, tendo em vista a reflexão apresentada acima, bem como as leituras que realizamos nos últimos anos, da Iniciação Científica até a escritura deste trabalho, entendemos que a proposta de Pêcheux pressupõe que, em um trabalho de Análise de Discurso, sempre sejam levadas em conta as relações entre língua, sujeito e ideologia.

Eni Orlandi, analista de discurso brasileira que desenvolve trabalhos na área desde os anos 70 no Brasil¹⁴, entende que o Sujeito, para a Análise de Discurso, é “descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas [a história e a língua] o afetam” (ORLANDI, 2007a, p. 20). Isso ocorre porque o sujeito não é dono de seu dizer, pois sempre há um já dito, um não dito, ambos significando ao mesmo tempo, quando o sujeito se submete à língua. Além disso, o sujeito não tem controle sobre os efeitos de sentidos que são produzidos. No entanto, essas ilusões – de que é origem do que diz e de que controla seu dizer – são necessárias e constitutivas de todo discurso.

Esse modo de conceber o sujeito, proposto por Orlandi, também decorre de Pêcheux, e diz respeito, respectivamente, às formas de esquecimentos nº 1 e nº 2, constitutivas dos sujeitos e dos sentidos. Orlandi (2007a, p. 36) ressalta que essas ilusões “não são ‘defeitos’, mas

¹⁴ Cf. Orlandi (2006, p. 20), em entrevista concedida ao Laboratório Corpus - UFSM.

uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos”. Entendemos, assim, que a cada novo dizer, em função das necessidades dos esquecimentos, tem-se sempre um novo dizer, ou uma ilusão necessária de se dizer algo novo. Dizendo de outro modo, ainda que os sentidos já estejam postos no interdiscurso¹⁵, é preciso que o sujeito aproprie-se deles e faça-os significar a cada vez que se movimenta no mundo. Assim, sujeito e sentidos estão, constantemente, em movimento, fazendo surgir/ressurgir novos sentidos para os sentidos já existentes.

Ainda sobre a importância da noção de Sujeito da Análise de Discurso para os estudos linguísticos, é válido destacar o que afirma Petri ao revisar os modos como o sujeito é concebido por estudos antecessores a Pêcheux, ressaltando a importância da ampliação que a Análise de Discurso realiza no campo teórico e metodológico da linguagem:

A reflexão que Orlandi faz sobre a categoria de sujeito proposta inicialmente por Pêcheux nos coloca diante de uma noção de sujeito que contempla a submissão e a "liberdade" como constitutivas, pois esse sujeito é, ao mesmo tempo, "determinado (pela exterioridade e determinador (do que diz)", caracterizando-se como cidadão responsável por seus atos e palavras. O sujeito é, portanto, ao mesmo tempo assujeitado a elementos exteriores e individualizado pelo Estado, que lhe exige coerência, unidade e autocontrole, em sua vida social. (PETRI, 2004, p. 71).

De acordo com o que nos é exposto acima, entendemos que, da mesma forma como o sujeito possui certa liberdade, ele também está sob a individualização que impõe o Estado, o que torna essa sua liberdade um efeito imaginário produzido pela ideologia e faz o sujeito acreditar que é a fonte do seu dizer e controlador do que diz. O que há, sobretudo, é um sujeito tomado pelo discurso e pela ideologia que o constituem. Isso implica, para Paul Henry, tomar o sujeito como um sujeito histórico e a linguagem como essencial na sua constituição. Em suas palavras:

[...] o que é essencial, assim mesmo, é [...] o que a linguagem faz com esse ser [...]. Em um universo de linguagem, o que acontece para que isso fale, o que isso faz com o ser para que ele seja falante? Penso que é isso o sujeito. Para dizer de outro modo, não há ser, não há sujeito, sem linguagem. (HENRY, 2013, p. 9)

Outra noção valiosa para os estudos em Análise de Discurso é a de Língua. De acordo com essa perspectiva teórica, “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto

¹⁵ Concebido por Orlandi como “o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos.” (2007a, p.33).

trabalho simbólico, parte-se do trabalho geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2007a, p. 15). Refletir acerca do discurso sobre o gaúcho e sua língua, presentes nos relatos de Saint-Hilaire, significa refletir sobre esse sujeito que fala a Língua Portuguesa, que constitui sua identidade na e pela língua, que constrói muitos saberes e uma história própria na e pela língua. Significa levar “em conta o homem na sua história, considerando os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (Idem, p. 16). Significa, dessa forma, desconstruir os pares língua/fala, competência/desempenho, gramatical/agramatical, tão presentes no espaço da linguística. Significa, por fim, levar em conta a língua em funcionamento.

Anteriormente ao que nos afirma Orlandi, Pêcheux já havia proposto pensar a língua não como uma forma estanque, sistemática, mas como um espaço que dá unidade para as contradições ideológicas (PÊCHEUX, 2009, p. 83). E, ao discutir a possibilidade de a língua ser um “instrumento de comunicação”, como era concebida por alguns estudiosos da época, ele propõe que essa expressão seja tomada em sentido figurado, na medida, ressalta o autor, em que “esse instrumento permite ao mesmo tempo, a comunicação e a *não-comunicação*, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão de não estar se tratando, *em primeira instância*, da *comunicação* de um sentido” (Ibidem, grifos do autor). O que entendemos a partir do que é proposto por Pêcheux é que há uma regularidade na língua, afinal esta é a materialidade do discurso, e todo discurso, sabemos, já está posto em algum lugar, no interdiscurso. Por outro lado, a cada discurso, novos sentidos ecoam/retomam, significando diferentemente a cada movimento do sujeito; sujeito que é atravessado pela ideologia, constituído por sentidos, que não são do seu controle, embora essa ilusão lhe seja constitutiva. Por isso, a língua, enquanto materialidade discursiva, também está sujeita a movimentos, constantemente. E a unidade que percebemos nesse “instrumento” é uma unidade aparente, necessária nas relações entre os interlocutores. Para a Análise de Discurso, o sujeito é incompleto, atravessado pela ideologia, e a língua não é una, ela falha, desliza, silencia sentidos.

Na esteira dessa discussão, Orlandi retoma o que foi proposto por Pêcheux afirmando que compreende que a linguagem deve ser “tomada como prática: mediação, trabalho simbólico, e *não instrumento de comunicação*”¹⁶ (ORLANDI, 1996a, p. 28). É essa compreensão de língua que norteia o estudo que estamos desenvolvendo e é a partir dela que pretendemos

¹⁶ Grifos nossos.

observar o discurso do viajante sobre a língua do habitante gaúcho do Rio Grande do Sul no Século XIX. Desse modo, nosso interesse recai sobre os relatos de Saint-Hilaire, a fim de observar o funcionamento de um discurso que pode servir como um documento/monumento¹⁷ (GALMARINO, 2008, p.14), e por isso, acreditamos, contribui para a construção de uma história sobre o sujeito e sobre a língua do lugar descrito/narrado. Nesse sentido, nosso objetivo com esse trabalho é investigar, em *Viagem ao Rio Grande do Sul*, que história sobre a língua e o sujeito falante dessa língua é construída a partir do discurso do outro, viajante estrangeiro.

De acordo com o que é proposto pela Análise de Discurso, há um movimento contínuo entre língua e sujeito, e, por isso, nessa perspectiva, “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2007a, p.15). O que percebemos nessa afirmação de Orlandi é uma retomada do que foi pensado por Pêcheux: de que é o discurso que une linguagem e sujeito. Recorremos, então, a Pêcheux, para entendermos melhor o que significa o discurso:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito de dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra (PÊCHEUX, 2008[1983], p. 56).

Da afirmação exposta acima, o que entendemos é que todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação de redes e trajetos, já que Pêcheux toma o discurso como uma relação de sentidos que está em processo contínuo de movência. Isso porque um sentido sempre se relaciona com outro sentido já presente no interdiscurso. Tais sentidos, segundo Orlandi (2007a, p. 39), têm “relações com outros dizeres realizados, imaginados, possíveis”. Assim, chegamos à noção de Formações Imaginárias. Essa noção está bastante ligada com a capacidade que o sujeito tem (ou que acredita ter) de prever os sentidos que suas palavras possam fazer emergir nos mais diferentes leitores/interlocutores. No entanto, sabemos, esse é um efeito necessário para que o sujeito possa se significar, já que ele experimenta os sentidos que melhor podem funcionar para seu interlocutor. Esse mecanismo de antecipação, que regula a argumentação, que controla o dizer, perpassa, na perspectiva da Análise do Dis-

¹⁷ Galmarino (Cf. 2008), em seu trabalho, discute a legitimação de um documento enquanto monumento, tomando como objeto de análise para as suas discussões os relatos de Saint-Hilaire.

curso, pelas Relações de Forças (Ibidem), pois o sujeito, de acordo com o lugar que ocupa diante do seu interlocutor, projeta seu dizer buscando se fazer ouvir/compreender. Nessas relações de força, o dizer fica condicionado às hierarquias impostas pelo espaço social, histórico e, por isso, entende-se que alguns discursos valem (significam) mais que outros, porque estão sustentados em relações de poder.

Para exemplificar o funcionamento desse mecanismo, Eni Orlandi (Ibidem) sugere que o discurso do professor e do padre tem mais valor (significado) do que o discurso do aluno e dos fiéis, pois são discursos autorizados pelas instituições que representam. Estendendo essa reflexão para o discurso de Saint-Hilaire, poderíamos dizer que o discurso do viajante é o do homem europeu (que representa o colonizador), mas, principalmente, é o discurso do cientista, que tem seu dizer autorizado pela Ciência (Saint-Hilaire envia seus escritos para o Museu de História Natural de Paris). Assim, diríamos, nessas relações, que o discurso do viajante sobre o habitante do Rio Grande do Sul vale mais que o discurso do próprio habitante, porque aquele está autorizado a dizer sobre este, está projetado para a França, para outros cientistas. Desse modo, as imagens que determinam um dizer (a imagem de quem se fala; a imagem para quem se fala) vão constituindo as condições de produção do discurso e da significação, os efeitos de sentido. Orlandi (2007a, p. 42) afirma que “o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações sociais”. Para a autora, então, o imaginário se constitui do confronto do simbólico com o político.

Nessa conjuntura, considerando que os sentidos não surgem do nada, para pensar como se dá constituição do discurso é preciso prestar atenção nos movimentos dos sentidos, e esses movimentos podem ser observados na análise a partir dos processos parafrásticos e polissêmicos. Em reflexão apresentada por Pêcheux, em *Semântica e Discurso*, destaca-se a relevância de se formular as condições conceituais que permitam analisar cientificamente o discurso. Para Pêcheux, a paráfrase, que prefere conceber como histórico-discursiva, é uma questão importante para pensar os processos discursivos e contempla no seu interior a metáfora, bem como a metonímia, etc. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 274-267). Para Orlandi, “essas duas formas – a paráfrase e a metáfora – trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente” (2007a, p. 36). A distinção entre um processo e o outro, segundo a linguista, consiste no fato de que um diz respeito aos senti-

dos que se mantêm no dizer, que são da ordem do dizível, estão postos na memória; o outro corresponde aos possíveis deslocamentos, aos deslizes que ocorrem no discurso, as rupturas, os equívocos. São esses movimentos que permitem também a afirmação de que os sentidos e os sujeitos podem ser outros, mas isso não significa uma certeza, eles significam conforme são afetados pela língua e pela história. Já Petri, a partir de várias leituras realizadas para pensar o funcionamento da paráfrase na pesquisa realizada acerca do discurso literário sobre o gaúcho, afirma que

[...] embora a paráfrase realize um retorno ao mesmo espaço dizível, ela não funciona apenas reiterando sentidos já ditos, pois quando isso ocorre estamos nos deparando com um efeito de sentido de reiteração, um efeito de evidência (constitutivo, mas não único); bem como a noção de paráfrase não deve ser tomada em contraponto à de polissemia, pois opondo essas noções, mesmo em relação de tensão, estamos jogando para fora da paráfrase a possibilidade a produção de sentidos outros que não os esperados (PETRI, 2004, p. 218).

Tomando como base essas considerações, ao analisarmos o discurso do viajante sobre a língua e o sujeito, buscaremos explicitar as tensões que ocorrem entre as reiterações de sentidos já cristalizados e as possíveis rupturas, os possíveis deslizamentos dos sentidos, enfim, seus movimentos.

1.2 Considerações sobre o discurso do viajante

De acordo com a discussão traçada até aqui, é importante reiterar que é pelos movimentos de paráfrase e polissemia que uma memória se institui, conserva-se, desloca-se, rompe-se, e que sentidos são absorvidos e/ou rompidos. É também através desses movimentos que percebemos que a história é determinante nas relações entre os homens. E, então, vem à tona a questão da memória, a qual, segundo Pêcheux, deve ser entendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (2010, p. 50). Compreende-se, nessa concepção, que a memória caracteriza-se pela tentativa de absorção do acontecimento, mas que também está suscetível a alguma interrupção. Desse modo, há sempre um jogo de forças que atua na memória. Nas palavras do autor:

[...] um jogo de forças que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; [...] mas também, ao contrário, o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede de ‘implícitos’. (PÊCHEUX, 2010, p. 53).

Percebemos, na citação acima, que há uma relação estreita entre a paráfrase e a metáfora e a questão da memória. Em outras palavras, poderíamos dizer que o funcionamento da paráfrase está para a memória que se estabiliza, assim como o funcionamento da metáfora está para a memória que se desloca. Desse modo, pensamos que ainda é válida a glosa de que a memória “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização” (PÊCHEUX, 2010, p. 56), que atravessa constantemente língua e sujeitos em sua história.

Por isso, também buscaremos retomar o modo como a história é pensada nos estudos discursivos. Ao colocarmos nosso trabalho sob o escopo teórico da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, entendemos, de acordo com Orlandi, que “não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem a propósito da história da linguagem” (2001, p. 16).

Desse modo, concebemos *Viagem ao Rio Grande do Sul* como um objeto histórico que significa pela sua discursividade. Para tanto, é preciso observar o discurso do viajante a partir das condições de produção que lhe são constitutivas. Isto significa dizer que é preciso levar em conta que, “para nomear as coisas, os viajantes procedem por analogia entre o nunca visto aqui e o já visto ou que já se ouviu dizer em outro lugar” (Idem, p. 73). Os homens estão, pois, determinados pelas suas condições sócio-históricas e pelos discursos que produzem. Os relatos de Saint-Hilaire têm um caráter científico, mas só são científicos, já que, segundo Pêcheux, “não é o Homem que produz os conhecimentos científicos, são os *homens*, em sociedade e na história, isto é *a atividade humana social e histórica*” (2009, p. 171-172). Isso porque, de acordo com o autor, as atividades científicas estão intrinsecamente vinculadas à história, determinadas pela ideologia dominante. Para ele, a história da produção dos conhecimentos não pode ser vinculada ao trabalho de um homem; ela é parte de um todo, resultante das relações sócio-históricas.

Levando em conta a historicidade do nosso objeto estudo, percebemos, a partir da leitura de *Viagem ao Rio Grande do Sul*, que, para Saint-Hilaire, tudo merecia registro e, por isso, tem-se nos relatos observações sobre a língua e sobre o habitante rio-grandense. E são

essas observações que nos interessam, visto que, desde o século XV, constrói-se pouco a pouco um modo de conhecimento sobre a língua falada pelo sujeito brasileiro do sul. Os relatos de viagem, em tempos de escassez de instrumentos linguísticos tradicionais como dicionário e gramáticas, podem funcionar como um lugar privilegiado de descrição linguística, servindo como um material de apoio para o ensino e aprendizagem de língua. O relato de viagem se configura como o lugar em que as línguas “são pouco ou menos ‘não-instrumentalizadas’” (AUROUX, 1992, p. 70). Em relação a línguas não-instrumentalizadas, em pesquisa realizada com relatos de viagem de colonizadores e missionários, escritos e publicados entre os séculos XIV e XVIII, Paim observa:

Em nossa análise, ao dizermos “a descoberta da língua”, entendemos que o descobridor toma posse dela, da mesma forma que do espaço e dos corpos. Há um batimento entre o acontecimento [...], com o gesto de posse e a constatação da necessidade desse saber, e a história, o aprendizado pelo intérprete e a gramatização pelos jesuítas (PAIM, 2009, p. 233).

De acordo com essas considerações, podemos observar, em *Viagem ao Rio Grande do Sul*, que Saint-Hilaire preocupa-se em registrar uma lista de palavras¹⁸ usadas pelos habitantes de uma aldeia indígena chamada Aé-Garras¹⁹, e, além de listá-las, com seus significados, traça comentários sobre a pronúncia, estabelecendo relações de diferenças e semelhanças em relação à sua língua, a francesa. Poderíamos dizer, em conformidade com Paim (2009), que há um gesto de posse por parte daquele que relata, afinal, a língua que antes era apenas propriedade dos índios guaicurús, ao ser registrada, passa a circular para o Velho Mundo a partir da leitura e da compreensão do viajante francês. Além disso, antes de apresentar a referida lista de palavras da língua dos guaicurús, o viajante relata que, antes, já havia anotado outras palavras dessa mesma língua:

Quando estive em Belém, o major mostrou-me um guaicuru que, pouco depois, atravessava o Rio Uruguai, e se refugiava no campo. Este homem [...] disse-nos ser uma aldeia chamada São Xavier, que não fica acrescentou ele, muito longe de Santa Fé e Rio Salgado. Deixei-o estupefato lendo-lhes as palavras de sua língua, que me foram ensinadas por mulheres guaicurús. Achou-as quase todas exatas e deu-me outras, que copio em seguida a este diário (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 234).

¹⁸ Página 235: “Palavras da língua dos guaicurús”.

¹⁹ A aldeia Aé-Garras ficava situada na fronteira entre Brasil e Uruguai, onde, atualmente, do lado brasileiro, está a cidade de Santana do Livramento–RS e por onde Saint-Hilaire passou em 28 de janeiro de 1821.

Eis os registros feitos pelo viajante (Figura 1, 2 e 3):

Palavras da língua dos guaicurús	
— cabeça	caik
— céu	pigome
— sol	navarrèra (1)
— lua	sirahègo
— estrelas	avakatni
— terra	llèva(2)
— homem	iallè
— mulher	alo
— menino	notoleke
— pai	ita
— mãe	ihalè (3)
— filho	yalèke (4)
— filha	yalè
— cabelos	lavè
— olhos	gotè
— nariz	limèke
— boca	allape
— dentes	lovè
— língua	lolegaranote
— pescoço	cosote
— braços	láva (5)
— dedos	pallacate
— mão	apokenal lakalè
— pés	litol (6)
— pássaro	cohò
— peixe	nahi
— carne	lahàte
— água	ivariàke (7)
— fogo	ànnorèkè (8)
— veado	navanèke
— cavalo	sipègàkà

(1) A pronúncia do r é extremamente carregada.
 (2) Apóia-se demoradamente os dois ll.
 (3) Eleva-se a voz pronunciando a última sílaba.
 (4) Eleva-se sensivelmente a voz ao pronunciar as duas últimas sílabas.
 (5) A penúltima sílaba longa, a última pronunciada com mais força e voz mais elevada.
 (6) O último i participa do som do e.
 (7) Em lahàte e ivariàke o e final não se faz sentir mais que o e mudo francês.
 (8) A primeira sílaba muito longa, as outras muito breves, a segunda um pouco menos fechada que o e francês.

235

Figura 1 - Registro de verbetes feito por Saint-Hilaire em *Viagem ao Rio Grande do Sul*.
 Fonte: Saint-Hilaire (1987, p. 235).

— vaca	vacá (9)
— avestruz	mànik
— bom	iàmácàtà
— mau	naiapèk
— pau	còippàk (10)
— folha	lavè
— negro	avedack
— branco	làllàgàrèk
— vermelho	èttòkè (11)
— sol	đahasuhà
— Deus	Lássigo
— um	onalek (12)
— bom dia	làcòme
— De onde vens?	matti que gaià?
— Eu venho da minha terra.	Sattica quedaia há
— casa	ivó
— Quando é que você quer ir à sua terra?málai òppèlè (o e fechado)	
— Quando é que eu hei de ver a minha terra?mallakio savana ià há	
— igreja	atamaki
— dormir	sillàcò
— comer	canoke
— beber	nieto

(9) Acentuá-se a última sílaba.

(10) Após a primeira sílaba uma interrupção, a última pronunciada rapidamente.

(11) Apóia-se sobre os tt.

(12) Os outros números não existem; atualmente os guaicurús tomam os nomes espanhóis.

Figura 2 - Registro de verbetes e enunciados feito por Saint-Hilaire em *Viagem ao Rio Grande do Sul*.

Fonte: Saint-Hilaire (1987, p. 236).

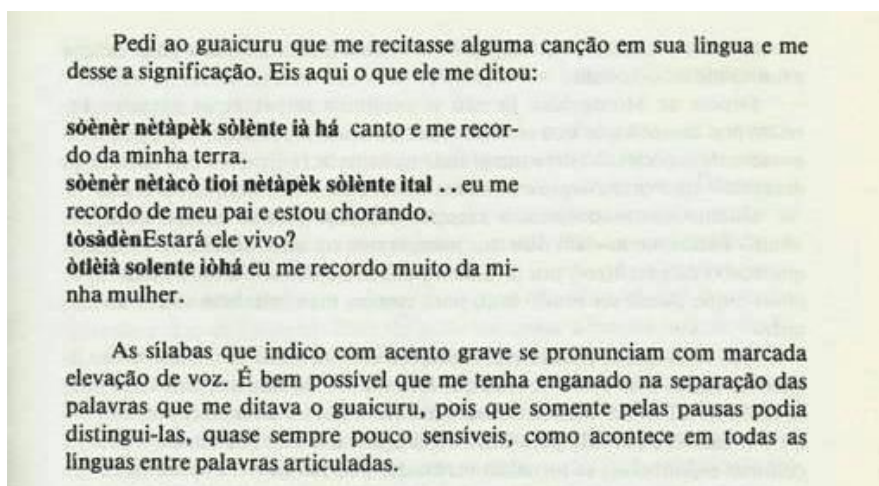


Figura 3 – Registro de uma canção feito por Saint-Hilaire em *Viagem ao Rio Grande do Sul*.
Fonte: Saint-Hilaire (1987, p. 237).

Nas figuras acima, Auguste de Saint-Hilaire apresenta, primeiramente, uma lista de palavras sob o título de “Palavras da língua dos guaicurus” (1987, p. 235-236), na qual ilustra 50 vocábulos indígenas correspondentes a algumas palavras da língua portuguesa (como: cabeça = caik; céu = pigome; sol = navarrèra, etc.). Além das palavras, há também a transcrição de três frases da língua indígena e uma canção, acompanhadas da transcrição em língua portuguesa e de comentários sobre a pronúncia. Esses registros contribuem para marcar as diferenças entre o português trazido de Portugal e o português falado no Brasil, mesclado por muitas línguas, assinalando assim diferenças entre línguas e sujeitos inseridos em histórias diferentes.

Ao tomarmos como objeto de estudo o relato de viagem, para estudarmos uma questão de língua, é preciso recorrer novamente a Aroux (1992, p. 36), segundo o qual, sem a “revolução tecnológica”, “as ciências modernas não teriam sido possíveis nem em sua origem, nem em suas consequências sociais”. Conforme Orlandi (1990, p. 79), há “um modelo de descrição, uma disciplina que se inscreve no interior mesmo dos relatos”. Para nós, “refletir sobre a maneira como construímos um saber sobre a língua [...] faz parte da constituição da própria língua e orienta uma relação com ela” (ORLANDI, 2009, p. 91). Embora não tenhamos a pretensão de encontrar ou demarcar um lugar de fundação para a língua que se fala e pela qual se produz literatura regionalista no sul do Brasil, pretendemos saber um pouco mais acerca desta língua e contribuir com as pesquisas na área.

Vimos que Nunes considera os relatos de viagem como os precursores de um discurso lexicográfico nacional. Desse modo, podem ser tomados “como um espaço de memória que se

estabelece e que será, no decorrer do tempo, atualizado, esquecido, transformado, reivindicado, conforme as conjunturas históricas das práticas lexicográficas” (NUNES, 2006, p. 86). De outro modo, diz Auroux: afirmar que “todo saber seja um produto histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto” (1992, p. 15).

Isso confere ao relato de viagem uma inegável importância enquanto participante da construção do processo de instrumentalização das línguas²⁰, especialmente em nações que foram colonizadas. Entendemos que, mesmo tomando para estudo um objeto que não se constitui como um instrumento de gramatização da língua, mas como resultado das pesquisas e viagens de um botânico, a importância do relato para os estudos da língua está na construção de um imaginário sobre o outro e, conseqüentemente, sobre a língua desse outro. Essa compreensão está embasada na reflexão proposta por Petri (2012), que propõe desvincular, um pouco, o processo de dicionarização do processo de gramatização. Essa possibilidade surge porque a instrumentação da língua pode ocorrer sem que o objetivo principal seja o de gramatizar, pois o processo de gramatização de uma língua pressupõe certa tomada de consciência do sujeito e depende de um profissionalismo, de saberes que são próprios do trabalho de um dicionarista, de um lexicógrafo. Ao observar o funcionamento do dicionário regionalista gaúcho, a autora afirma que nesse instrumento há uma preocupação específica, que é a de “garantir um vocabulário facilitador de leitura das obras literárias, mitológicas e folclóricas” (PETRI, 2012, p.31), enquanto os objetivos estão voltados para um “compromisso que se estabelece com a linguagem da região”, com um falar que é regional (Ibidem). Essa peculiaridade é que permite Petri afirmar que o dicionário regional “não é um pilar de saber metalinguístico da língua portuguesa como um todo, ele é parcial” (2012, p. 35), porque os verbetes que compõem esse instrumento podem ou não fazer parte do dicionário de língua nacional, haja vista que se referem ao falar de um grupo social bem específico, regional, e sua constituição, portanto, não se refere, necessariamente, às relações entre língua e nação.

²⁰ Há, em dicionários regionalistas, exemplos que se referem aos relatos de Saint-Hilaire. Vejamos dois casos retirado do *Vocabulário Sul Rio Grandense* (org. Walter Spalding), editado em 1964:

Verbete CHIMARRÃO: “[...] Como contribuição a essa investigação, apresento ao leitor, sem simpatia absoluta por nenhuma delas, as fontes que se seguem: Saint-Hilaire, em *Voyage dans Le Districte des Diamants*, citado por Massé, na sua obra *D. Pedro II*, diz: “L’on ne voit plus que dès bandes de chiens marrons”. Daí quererem alguns que venha a palavra que nos ocupa” (p.123).

Verbete LICHIGUANA: “[...] Etim. Do quíchua lachihuana. No dia 31 e janeiro de 1821, Saint-Hilaire, acampado entre os Arroios Santana e Guarapuitã, atual município de Uruguaiana, tendo com dois de seus peões, comido mel de lichiguana, foram envenenados e sofreram sintomas graves durante cerca de oito horas [...]”.

PARTE II

2 OS RELATOS DE VIAJANTES NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UMA LÍNGUA

2.1 A presença do viajante: o olhar do civilizado sobre o não-civilizado

Haja vista a perspectiva teórica que adotamos para nosso trabalho, concebemos a língua como materialidade, e “essa materialidade linguística é o lugar da manifestação das relações de forças e de sentidos que refletem os confrontos ideológicos” (ORLANDI, 2007b, p. 21). O que propomos aqui, pois, é uma reflexão acerca de uma “imagem de língua”, veiculada a partir de um “discurso sobre” a língua; uma discussão sobre um discurso (o dos relatos) que, certamente, funciona como um gesto disciplinador do significar, na medida em que disciplina (ou tenta disciplinar) os sentidos sobre a língua.

Levando em conta essas considerações, acreditamos que pensar sobre as relações entre línguas nos possibilita compreender os modos como a história sobre a língua e sobre o sujeito falante dessa língua é construída a partir do discurso do outro, viajante estrangeiro. Para Orlandi, o que ocorre é que “a língua primitiva (dos selvagens) é sempre já observada na dissimétrica hierarquização que a coloca como o oposto da língua do dominador, em si, superior” (1988, p. 31).

De acordo com essa compreensão e com discussão traçada nesse trabalho, entendemos que o político perpassa a relação do sujeito com o mundo, com a língua, com os homens. Há, portanto, lugares que são destinados para quem vê, percebe, relata, e lugares que são destinados para quem/o que é relatado. Adequando essa compreensão ao mote de nossa pesquisa, trata-se, respectivamente, do sujeito viajante, estrangeiro, e do sujeito falante gaúcho, habitante do interior do Rio Grande do Sul, no século XIX. Trata-se do discurso da língua do estrangeiro sobre a língua do habitante gaúcho, brasileiro.

O relato de viagem configura-se, nesse sentido, como um lugar de visibilidade das relações entre línguas e nos possibilita pensar nas relações de hierarquia, de poder, que regem a língua e o homem falante dessa língua. O jogo que se estabelece entre homem civilizado e homem não-civilizado leva-nos a refletir acerca do modo como se dá essa divisão/partilha entre quem relata, descreve e quem/o que é relatado, descrito.

Ao observarmos os relatos de *Viagem ao Rio Grande do Sul*, percebemos que a compreensão sobre o que pode a civilização atravessa o discurso do viajante Saint-Hilaire, quando este afirma:

Este homem só falava aos índios com uma dureza extrema, mas isso não é, realmente, entre os portugueses, prova de maldade. Testemunhas contínuas da inferioridade dos homens dessa raça, eles se acostumam a quase confundi-los com os animais, e ninguém será considerado *bárbaro*, se para adestrar um cão ou domar um cavalo, tiver necessidade de lhe dar umas chicotadas. A humanidade, em certos casos, não pode ser olhada senão como fruto do raciocínio, do qual o homem sem educação não é suscetível (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 332; grifos nossos).

Acreditava, quando o tomei comigo, que o índio não diferia de nós senão pela falta de *civilização*; ignorava que ele era insensível e, este erro me conduzia a uma quantidade de outros. Assim, todas às vezes que lhe dava uma ordem, procurava fazê-lo sentir a necessidade, mas está claro que este método é inteiramente defeituoso para aquele cujas ideias não vão além do momento presente [...]. (Idem, p. 345; grifos nossos).

A fim de compreendermos os sentidos que perpassam na voz daquele que se diz civilizado, apoiamo-nos no estudo minucioso realizado por Jean Starobinski (2001) acerca da palavra *civilização*. O autor investiga o funcionamento da palavra desde seu aparecimento no século XIV, como “civil”, “civildade”, até o uso de “civilização” no século XVIII, que, com o sufixo “ação”, passa a ser tão difundida que logo deixa de ser considerada um neologismo, sendo usada com seu sentido mais comum, conhecida nos nossos dias como a tendência de polir, corrigir costumes. Desse modo, no período revolucionário francês (1889), a palavra passa a ser muito propagada e, conseqüentemente, os cidadãos franceses sentem-se empenhados a realizar a civilização dos costumes.

Na reflexão que propõe acerca da história da palavra, Starobinski retoma o modo como o verbete foi compreendido por diversos autores e dicionários (Mirabeau, Rousseau, Diderot, Comte; Dicionário Francês, Dicionário da academia, etc.) e afirma que, embora haja uma pluralidade de sentidos que são atribuídos à palavra, em geral, conservam-se algumas implicações que lhe são comuns. Para Starobinski, “*civilização* faz parte da família de conceitos a partir dos quais um oposto pode ser nomeado, ou que começam a existir, eles próprios, a fim de se constituir como opostos” (2001, p. 20, grifo do autor); é o caso, exemplifica o autor, das noções *grego* e *bárbaro*, *rusticus* e *urbanus*, ou, então, *civildade* e *bárbarie*; noções consideradas “casadas”, em que um termo, carregado de sagrado, demoniza o outro, e tudo que se diferenciar do que é sagrado figurará como monstro, mau. Para o autor, isso “significa dizer

que o serviço ou a defesa da civilização poderão, eventualmente, legitimar o recurso da violência” (Idem, p. 33)²¹. E, em nome da civilização, tudo é permitido.

Por outro lado, observando os sentidos que vão constituindo a palavra, Starobinski observa que, nessa pluralidade de significados, há algumas contradições e alguns exemplos de definição para *civilização* que podem apresentar/estabelecer sentidos pejorativos. Desse modo, para alguns, “a civilidade, muitas vezes, não é mais que um desejo de passar por polido, e um receio de ser considerado um homem selvagem e grosseiro (M. Esprit)” (TRÉVOUX apud STAROBINSKI, p. 23). É a partir dessas acepções, ora contraditórias, ora pejorativas, que se começa a pensar em um outro termo para designar aquilo que estava associado ao que havia de melhor na “civilização”. Assim, passa-se a estabelecer uma relação entre “civilidade” e “polidez”. E, nessa relação, explica Starobinski:

Se a civilidade é apenas a expressão exterior da polidez, se é apenas sua imitadora artificiosa, a polidez, uma segunda vez, pode ser percebida como uma arte enganadora, imitando virtudes ausentes. Pode-se condenar a polidez nos mesmos termos em que se condenou a civilidade (STAROBINSKI, 2001, p. 24).

Nesse sentido, a polidez consistiria em uma máscara, uma arte da imitação e, por vezes, até supérflua. Ainda nessa discussão de termos relacionados à *civilização*, aproxima-se “pólicia” (leis, regras), enquanto nome ligado ao conjunto de regras e leis que serviriam para corrigir/punir os costumes (maus) dos homens e, portanto, o termo “polidez” poderia estar associado a “civilizado” e a “civilidade”.

Ao fim da discussão em torno desses termos, Starobinski afirma que se chegará a um ponto em que a palavra “civilização” passará a designar um “valor incontestável”. A partir daí:

[...] Não se trata mais de avaliar os méritos da civilização. Ela própria se torna o critério por excelência: julgar-se-á em nome da civilização. É preciso tomar seu partido, adotar sua causa. Ela se torna motivo de exaltação para todos aqueles que respondem ao seu apelo; ou, inversamente, fundamenta uma condenação [...] (STAROBINSKI, 2001, p. 33).

Sendo assim, tudo o que não significar civilização é considerado barbárie e deve ser combatido. E é a essa perspectiva, pelo que podemos observar em *Viagem ao Rio Grande do Sul*, que o discurso do viajante está vinculado. É nesse lugar ideológico, conhecido como civi-

²¹ É o que podemos perceber em Saint-Hilaire quando ele justifica a “dureza extrema” com que os índios são tratados pelos portugueses.

lizado, estrangeiro, que está inscrito o discurso sobre a língua, sobre o gaúcho: um lugar considerado privilegiado, porque tudo que é parte do civilizado – o discurso sobre o outro (geralmente, o bárbaro) – será também tomado como incontestável. Desse modo, o lugar de quem relata, descreve, nomeia, está destinado ao homem civilizado, enquanto que o lugar para quem é descrito é o lugar do bárbaro, do homem que não está autorizado a julgar, mas a ser julgado. E, conseqüentemente, o que se partilha com o Velho Mundo sobre o novo mundo é o que está autorizado pela civilização.

No entanto, embora os ideais da civilização estabeleçam a ordem, o critério de julgamento sobre o colonizado, isso não significa que o discurso do viajante não seja afetado pelo outro, o colonizado. Nessa relação, o próprio estrangeiro se faz civilizado nas semelhanças/diferenças que vão construindo o discurso sobre o outro. O outro, nesse sentido, é constitutivo de todo discurso. Para entendermos o que isso significa em termos de Análise do Discurso, recorremos a Orlandi (1990), que, ao refletir sobre essa questão, ressalta que a tomada do “outro” como parte constitutiva do discurso é recorrente dos estudos da teoria da enunciação, a qual, por sua vez, recorre à psicanálise, ligando a questão do sujeito à questão da ideologia, e, mais tarde, chegando ao conceito de dialogia. Esta última noção, segundo a autora, tomaria uma expansão desmedida, na medida em que a relação com o outro regularia, preencheria e explicaria tudo que fosse relativo ao sujeito e ao sentido. Colocando reservas sobre essa “onipotência” do conceito de dialogia, Orlandi (1990, p. 38) propõe pensar o “outro” através do conceito de “heterogeneidade”²², inserido na Análise de Discurso via formulações de Jacqueline Authier-Revuz.

Com base nesse entendimento, de acordo com Orlandi, o que vale destacar do conceito de heterogeneidade é que este propõe um deslocamento significativo em se tratando do fenômeno enunciativo, porque refere o enunciável, tomando a produção do sujeito como necessária e constitutiva da sua enunciação. No entanto, a linguista não considera o referido conceito suficiente para contemplar a questão do silêncio, também constitutiva de todo discurso e determinada pelo jogo das relações de formações discursivas diferentes. E, para Orlandi, a questão da diferença é fundamental, já que:

²² O conceito proposto por Authier divide-se em: *heterogeneidade constitutiva*, que concebe o sujeito da linguagem como determinado pela sua exterioridade, sendo um sujeito dividido, porque em seu discurso há o outro; e *heterogeneidade mostrada*, que diz respeito a formas que alteram a unicidade aparente do fio do discurso. (Orlandi, 1990, p. 39).

Na diferença, um é diferente do outro. Estão na mesma distância e é no movimento entre um outro que podemos apreender as suas relações. Não é um o modelo e o outro a cópia. Não se trata de considerar um primeiro e um segundo (hierarquizada e reguladamente), nem tampouco dois iguais separados claramente entre si, em si. (ORLANDI, 1990, p. 41).

Ao pensar a questão da diferença, a autora ainda ressalta a importância da noção de paráfrase, porque é a partir dela que se pode perceber a relação entre as diferenças, seja no interior das mesmas formações discursivas seja em formações discursivas desiguais. É a paráfrase que possibilita explicitar onde os sentidos se afastam e onde se assemelham. Desse modo, ao levarmos a reflexão para nosso trabalho, é preciso pensar que, no discurso dos relatos, o povo colonizado é apontado como o outro, o diferente, sob um padrão que é o do europeu, do civilizado. E o “outro”, nos diz Orlandi (Idem, p. 47), nunca é o estrangeiro, e isso se dá porque “é pela parcela que nos cabe na civilização ocidental que somos contados em uma história (a da colonização)” (Idem, p. 46). Ao mesmo tempo, se somos apagados, silenciados como alteridade, conseqüentemente somos excluídos, somos o outro do estrangeiro, mas não temos um outro, justamente porque o lugar dado ao estrangeiro é central, é o da civilização, daquele que pode ver/relatar, daquele que está no centro de tudo. É nessa diferença que vão se constituindo os sentidos sobre o outro, *sobre* o homem colonizado, mas não um discurso *do* homem colonizado, porque este não se faz significar senão pelas palavras do estrangeiro, do civilizado. Desse modo, um imaginário vai se constituindo não de modo aleatório, mas determinado por efeitos ideológicos que são produzidos a partir do discurso *sobre* o não-civilizado.

2.2 *Queira ou não queira, começa em Saint-Hilaire: as condições de produção dos relatos do viajante*

Os relatos de viagem constituíram-se como objeto de estudo para diferentes áreas, como as Ciências Humanas e Sociais e as Ciências Naturais. No Rio Grande do Sul, região de contexto da obra selecionada para essa investigação, o trabalho de Saint-Hilaire foi objeto de especial atenção em meados do século XX. São publicados, pela revista *Província de São*

*Pedro*²³, nas 9^a, 20^a e 21^a edições, estudos que se inserem na História do Rio Grande do Sul. Em um desses artigos, Prunes ressalta a importância do relato do viajante francês:

Saint-Hilaire registrava metodicamente em diário os acontecimentos principais da jornada [...] Quase nada escapava à curiosidade e à observação do geógrafo francês. Plantas e pedras, águas e ares, costumes, habitação, vestuário, atividades econômicas e políticas, religião e credências- *tudo merecia um registro* acompanhado de comentário elucidativo e inteligente (PRUNES, 1955, p. 62, grifo nosso).

No século XXI, outros pesquisadores se interessaram por *Viagem ao Rio Grande do Sul*, como é o caso do trabalho de tese da Prof^a. Verli Petri (2004), cujo estudo está inserido na Análise de Discurso. Nele, a autora discute acerca do imaginário sobre o gaúcho no discurso literário e ressalta a importância do pesquisador francês – “entre 1820 e 1821 adentra as terras rio-grandenses o francês Auguste de Saint-Hilaire, um dos viajantes mais respeitados pela crítica na atualidade” –, utilizando em seu trabalho “os esparsos comentários que ele faz sobre o habitante do Rio Grande do Sul” (PETRI, 2004, p. 167). Após a leitura de alguns trabalhos relativos às viagens de Saint-Hilaire, nota-se que a compreensão de que os relatos de Saint-Hilaire vão além da botânica é um consenso entre muito pesquisadores, de diferentes áreas. Por isso, em acordo com o que pensa Petri (2004), consideramos significativo apresentar outros depoimentos que estão relacionados à valoração dada ao trabalho do viajante francês. Começamos pelo *Prefácio* de *Viagem ao Rio grande do Sul*, traduzida no Brasil, de autoria do professor e historiador Guilhermino César²⁴:

Poucos investigadores estrangeiros, dentre os muitos que nos visitaram com propósitos científicos, se mostram *tão compreensivos e cordiais a nosso respeito*. As peculiaridades da flora, da fauna, a mesma variedade das espécies solicitaram a *atenção apaixonada* desse naturalista francês. Não foi menor também *a argúcia com que buscou observar a nossa sociedade oitocentista*, dela nos dando um *painel de cores nítidas*. O autodidata de Órleans, *com modéstia digna de nota*, conquistou por isso mesmo o renome universal como “Brasilianista” consumado (CÉSAR, Prefácio, 1971, p. 3).

As referências positivas a Saint-Hilaire, conforme destacamos na citação anterior, fazem-nos buscar mais detalhes sobre sua biografia. Segundo Lorelai Kury, pesquisadora do Departamento de História de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Saint-Hilaire

²³ Parte desta publicação pode ser encontrada também na *Revista da Província de São Pedro*, n. 9, 20 e 21. Cf. exemplares do Acervo Histórico do Laboratório Corpus-UFSM.

²⁴ Estudioso da História da Literatura do Rio Grande Sul.

“nasceu em Orleans em 1779 e morreu na mesma cidade, em 1853. Oriundo de família nobre, passou alguns anos de sua juventude na Alemanha, o que permitiu que adquirisse familiaridade com a língua e a cultura alemãs. De retorno à França, dedicou-se à história natural, publicando diversos artigos em revistas especializadas” (KURY, 2012, p. 3). A sua vinda para o Brasil, acompanhando a missão do Duque Luxemburgo, em 1816, segundo a historiadora, ocorre quando Saint-Hilaire já tinha trinta e sete anos e já possuía um vasto conhecimento sobre botânica, além de manter uma significativa integração com o meio científico europeu. Por essa razão, conforme a historiadora, o Museu de Paris seguia de perto os percursos que estavam sendo realizados pelo viajante. Inclusive, mais tarde, de acordo com Kury (2012), o trabalho de Saint-Hilaire foi objeto de comentários na Academia de Ciências de Paris, que discutiu os resultados da expedição do viajante.

Além dessas considerações, é válido ressaltar ainda que a historiadora considera Saint-Hilaire como um “viajante exemplar”, isso porque, para ela, somado ao trabalho realizado em torno da botânica do Brasil, Saint-Hilaire faz parte de um grupo de viajantes que percorreram caminhos desconhecidos pelo “bem da humanidade”:

Os viajantes europeus que visitam os países ditos selvagens ou menos civilizados, como é o caso do Brasil, sentem-se portadores de uma espécie de missão. Sentem-se como irmãos mais velhos dos outros povos, a quem devem ajudar e aconselhar. Para eles, seus interesses são o interesse da humanidade inteira. A ciência é o instrumento maior que permite o exercício da missão do viajante, pois permitiria conhecer as leis da natureza e auxiliaria a vida dos homens. (KURY, 2012, p. 2)

A partir da afirmação acima, em que o trabalho dos viajantes é tomado por eles mesmos e compreendido por muitos como uma missão pelo “bem da humanidade”, vê-se que é consenso a importância dos viajantes na constituição da história dos povos que são visitados, bem como para os países de origem dos viajantes. Eni Orlandi, ao refletir sobre o discurso do Velho Mundo no período da colonização, confirma que o imaginário de que há um trabalho “exemplar” desenvolvido pelos viajantes é algo já consolidado na memória dos brasileiros: “No século XVI e XVII, o *discurso (sincero) era o dos viajantes*, aliando ciência, religião e política, tudo devidamente misturado com a sedução do literário (que limite colocar entre ficção e realidade se tudo era novo)” (ORLANDI, 1990, p. 236). O objeto que tomamos para estudo não corresponde ao período delimitado acima, pois é resultado de viagens realizadas no século XIX, mas, conforme se pode perceber pelos depoimentos anteriores, ele também representa um estudo de grande valia para as diferentes áreas de conhecimento. Além disso,

de acordo com o que é pautado por Orlandi, há ainda a “sedução do literário”, advinda das numerosas e detalhadas descrições de Saint-Hilaire, tal como em:

Até aqui desfrutamos esta magnífica vista, e a choupana, junto à qual estivemos parados, se localiza à margem do lago. Este lugar seria delicioso se os arredores do lago fossem cultivados e povoados de casa, uma vez que a mais bela paisagem precisava ser animada pela presença do homem. Entretanto mal se veem, de longe em longe, algumas miseráveis choupanas (Saint-Hilaire, 1987, p. 15).

A lagoa se estende obliquamente para o sul, orlada de colinas pouco elevadas; confunde-se no horizonte com as nuvens e ao longe avista-se um rochedo esbranquiçado que surge no meio das águas. O panorama que se observa diante dos olhos, do lado noroeste, é mais aprazível e mais animado; alguma coisa de calmo que convida ao sonho (Idem, p. 44).

No texto acima, temos uma imagem bucólica construída por meio de extensas metáforas e descrições, o que confere aos relatos de Saint-Hilaire um “tom de literário” que, dentre outros fatores, é responsável por seduzir o leitor.

Voltemo-nos ao subtítulo que inicia esse texto, “Queira ou não queira, começa em Saint-Hilaire”. Essa afirmação tem origem em um depoimento que considera o trabalho do viajante de relatar como precursor da construção da história do Rio Grande do Sul, levando em conta que os primeiros registros sobre muitas cidades do Estado são encontrados em *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Desse modo, é possível que muitas das primeiras imagens construídas sobre o habitante gaúcho podem ter origem em *Viagem ao Rio Grande do Sul*.

Mas, afinal, quais são as condições de produção de *Viagem ao Rio Grande do Sul*, obra que, “queira ou não queira”, pode ser o início de um discurso sobre o território gaúcho e suas gentes?

No período em que Saint-Hilaire visita o Rio grande do Sul²⁵, no início no século XIX, o estado vivia as consequências de uma série de conflitos em decorrência dos acordos e desacordos entre os países que disputavam essas terras, especialmente Portugal e Espanha. Esses países, atraídos pelas informações equivocadas²⁶ ou, segundo Barreto, “quiçá, tendenciosas” (1962, p.15) de que nessa região do Brasil existiriam minas de ouro e prata, vitimaram o abo-

²⁵ A fim de ilustrarmos o caminho percorrido por Saint-Hilaire, apresentamos, no Anexo 1, o mapa dos Itinerários do viajante.

²⁶ Mais tarde, embora não tenham encontrado os metais preciosos que desejavam, a Coroa portuguesa e a classe mercantil conquistaram um comércio lucrativo com a produção açucareira, pois o açúcar era bem valorizado na Europa e o trabalho utilizado na sua produção, no Brasil, era de escravos africanos. (Ver mais em: QUEVEDO, 2003, p. 26-27).

rígene e o jesuíta, numa sucessão de conflitos. As tensões²⁷ iniciaram com as primeiras explorações em função do Tratado de Tordesilhas (criado ainda século XV) e estenderam-se com a Guerra Guaranítica (1756), quando índios e jesuítas da região das Missões lutaram contra a ordem de expulsão dos que viviam sobre as terras que estavam sob domínio espanhol, desde o Tratado de Madri (assinado em 1750). Nesse enfrentamento, sabe-se que milhares de índios foram mortos e os que sobraram, derrotados, ficaram praticamente sem moradia, com plantações e criação de gado devastadas pelo conflito. Além desses conflitos, ainda no período que antecede a chegada de Saint-Hilaire, em 1801, uma nova batalha entre Espanha e Portugal afeta o Rio Grande do Sul:

Em 1776 a vila de Rio Grande foi retomada e o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, incorporou à capitania de Rio Grande o território entre os rios Jacuí e Camaquã, que já estava ocupado por luso-brasileiros com fazendas de criação de gado. A política portuguesa intensificou o domínio militar, enviando mais tropas para o sul. Há um equilíbrio entre as políticas ibéricas com longo período de paz, até ser rompido pela invasão de Portugal pelo exército espanhol, em 1801. [...] Numa guerra rápida, com poucas perdas, as regiões das Missões e da Campanha foram incorporadas à Capitania do Rio Grande do Sul. Os índios missioneiros abandonaram os Sete Povos, esparramando-se pelas estâncias do Rio Grande do Sul e do Uruguai, trabalhando como peões, tropeiros ou sendo incorporados ao exército (FLORES, S.D. p. 9).

A partir disso, o Rio Grande do Sul, sob a organização de Portugal, passou a incentivar a agricultura e a abertura de estradas; as atividades mais desenvolvidas eram a pecuária extensiva (com a produção do charque) e a produção de trigo, pelas quais se buscava abastecer o mercado interno; além disso, permanecia o cultivo da terra para subsistência e a produção de farinha de mandioca (QUEVEDO, 2003). Após esse período, com a chegada da família real portuguesa no Brasil, o país inicia um processo de emancipação política, que culmina com o marco da Independência, em 1922. Foi durante este período de transição entre a colônia e a monarquia que Saint-Hilaire esteve no Rio Grande do Sul, situação que, por vezes, aparece em seus relatos:

Depois do ministério do Marquês de Pombal, o governo português procurou introduzir a cultura do cânhamo nesta Capitania, mas até agora seus esforços têm sido inúteis. Os agricultores receiam que o governo se apoderará, sem compensação alguma, do fruto de seus trabalhos; e seguros do benefício da cultura do trigo, não se arriscaram a experiências cujos resultados lhes pareciam incertos. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 86).

²⁷ Ver mais em: FLORES, Moacyr. Rio Grande do Sul: Guerras e Conflitos. In: *Memorial do Rio Grande do Sul*. Caderno de História. N.38. S.d. Disponível em: <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/guerraseconflitos.pdf>. Acesso em: 24 out. 2013.

Nesse período, a população rio-grandense da época era formada por estancieiros, negros (escravos) e indígenas; esses dois últimos, em geral, trabalhavam (ou eram explorados) por aqueles, conforme se pode observar na leitura de Maestri (s.d., p.10), que afirma: “Nos trabalhos pastoris, podia-se assalariar *peões* livres ou comprar cativos. Em teoria, a primeira opção era mais vantajosa”. Ou então, quando não tinham escravos, faziam proveito dos índios que pudessem ser utilizados como peões, e os guaranis eram considerados mais indicados para esse tipo de trabalho. Nas palavras de Saint-Hilaire, “Os guaranis são mais feios, mostram na fisionomia uma expressão de baixeza, devido talvez unicamente ao sentimento de sua inferioridade, à *dependência em que vivem atualmente, e ao estado de cativo a que se encontram atualmente reduzidos*” (1987, p. 30, grifos nossos).

São nessas condições que a forma de vida do habitante gaúcho e a relevância que as sequências de conflitos tiveram em suas vidas são registradas pelo viajante francês, bem como observa Prunes (1957, p. 127): “Mostra Saint-Hilaire que o peso das guerras platinas recaía quase todo sobre os ombros dos rio-grandenses, apesar da população relativamente pequena”²⁸. Observação que, segundo ele, pode ser confirmada nas palavras de Saint-Hilaire: “Os habitantes dessa Província, entre outros, tomaram parte na guerra, durante um grande número de anos e quase nunca receberam soldo e, quando lhes pagavam levavam seus animais e suas carroças.” (SAINT-HILAIRE apud PRUNES, 1957, p. 128). São essas anotações, entre outras, que levam à afirmação:

Saint-Hilaire fotografou um instante significativo da nossa vida coletiva, uma entrecruzilhada, no tempo, dos nossos destinos de povo. Até aquele instante havia não apenas predomínio, mas quase exclusivismo do elemento açoriano na condução e manutenção da sociedade regional, de vez que os índios viviam no seu isolamento de primitivos e os negros desempenhavam o papel de simples instrumentos de trabalho dado o regime da escravatura. [...] *Saint-Hilaire nos surpreendeu e nos forneceu o quadro da civilização açoriana antes de iniciadas as demais contribuições alienígenas. Mostra-nos o agricultor que trabalhava com o arado nas margens do Jacuí* [...]. (PRUNES, 1957, p. 128, grifos nossos).

Nessa citação, é possível notar que há uma exaltação do trabalho de Saint-Hilaire enquanto aquele que produz um discurso diferente, novo, sobre o estado do Rio Grande do Sul e seus habitantes do século XIX. Esse louvor também permeia a fala de Sandra Pesavento (2007), quando ela diz: “É dele a primeira descrição dos rochedos de Torres”. É de Saint-

²⁸ De acordo com Quevedo (2003, p.39), o Rio Grande do Sul possuía uma população de 100 mil habitantes no início do século XIX.

Hilaire também, segundo Barreto (1962, p. 35), a realização da primeira expedição botânica. Acredita-se, portanto, ser possível que muitas das primeiras anotações sobre o habitante do Rio Grande do Sul tenham sido dele, assim como as dos rochedos, afinal, percebe-se que assim como Saint-Hilaire descreve os campos, ele também descrevia as choupanas por onde andava, bem como os perfis dos homens e das mulheres com quem convivia ou encontrava e os seus modos de pensar e sentir, registrados na medida do que Saint-Hilaire conseguia captar.

Por essa razão, quando propomos o título desta seção, buscamos discutir a possibilidade do discurso do viajante francês como um Discurso Fundador. Essa noção, da forma como é pensada por Eni Orlandi, corresponde a discursos que “funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país” (1993, p. 7), como é caso do “em se plantando tudo dá”, da Carta de Pero Vaz de Caminha, enunciado analisado pela linguista. Nessa compreensão, o que caracteriza um discurso fundador é “a ruptura que cria uma filiação de memória, com uma tradição de sentidos, e estabelece um novo sítio de significância. O discurso fundador se faz em uma relação de conflito com o processo de produção dominante de sentidos, aí produzindo uma ruptura, um deslocamento” (Idem, p. 23-24). Diante do exposto, ao se observar as citações acima, referentes aos relatos de Saint-Hilaire (*fotografou um instante significativo/É dele a primeira descrição/Saint-Hilaire nos surpreendeu/a realização da primeira expedição botânica*), percebemos que há o reconhecimento de um trabalho que é novo, diferente, que causa certa ruptura com o já dito e que, por essa mesma razão, também pode instaurar uma regra de formação a outros dizeres, já que essa também é uma outra característica do discurso fundador:

[...] é discurso fundador que instala as condições de produção de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade (ORLANDI, 1993, p. 24).

Esse processo do discurso fundador, segundo Orlandi (Idem, p. 13), irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado. Entendemos, assim, que o discurso fundador alimenta o sentido que surge, intervindo no que já estava posto, funcionando no lugar do já-dito. Isso nos leva à compreensão de que o discurso de Saint-Hilaire, no século XIX, poderá, num efeito de evidência, instituir sentidos para outros discursos, instaurando uma rede de sentidos estabilizados, que estão entre o novo e o já dito, significando enquanto memória da língua de um povo.

2.3 Viagem ao Rio Grande do Sul: *rastros de historicidade da/na língua*

A noção de historicidade da Análise de Discurso nos leva a compreender o texto como matéria textual que produz sentidos. Historicidade, nessa perspectiva, pode ser compreendida como a necessidade do sentido no universo simbólico (ORLANDI, 1996a). Levando em conta essas premissas, é preciso pensar os relatos de Saint-Hilaire não apenas como um texto, enquanto objeto que deve ser explicado, mas, de acordo com o que é postulado por Orlandi, como uma unidade, do sujeito, dos sentidos. Para a autora, o texto é o lugar em que o sujeito, disperso e sempre em movimento, apresenta-se enquanto uma unidade. Tem-se no texto, portanto, um efeito de unidade do sujeito.

É assim que, neste trabalho, consideramos importante prestar atenção nas condições de produção do discurso do viajante, que representa um discurso sobre o outro, sobre o sujeito gaúcho, sobre a língua, e, assim, vai instaurando rastros de historicidade na história desse povo e dessa língua. A respeito disso, Orlandi defende que “É no ‘discurso sobre’ que se trabalha o conceito de polifonia, ou seja, o ‘discurso sobre’ é um lugar importante para organizar as diferentes vozes do (dos discursos *de*). [...] Ele organiza, disciplina a memória e a reduz” (1990, p. 37), estabelecendo relações de contato entre um dizer e outro, entre as possíveis contradições. As contradições se dão porque o “discurso sobre”, tal como concebido por Orlandi, constitui-se a partir de “discursos *de*”. Desse modo, estabiliza-se como um discurso que contempla muitos outros (“discursos *de*”). Entretanto, o que esse discurso unificado e único provoca é apenas um efeito de unidade para algo que, constitutivamente, é heterogêneo, múltiplo, composto por uma multiplicidade de “discursos *de*”. Petri, ao analisar o discurso literário sobre o gaúcho, afirma que:

Muito do que conhecemos sobre o gaúcho, versões históricas que se instituíram como tais reorganizando “discursos *de*”, se efetivam e funcionam na forma do “discurso sobre”, o que já representa um gesto de interpretação do “outro” sobre o gaúcho. O “discurso sobre” tem ainda características próprias de um discurso que produz efeitos de sentidos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que ele funciona na recuperação de uma memória (organizando elementos próprios do “discurso *de*”), ele corre o risco de reduzir esta memória a um acúmulo de informações sobre o passado (PETRI, 2004, p. 29).

Assim como no discurso literário, o relato do viajante também é um discurso que organiza uma série de outros discursos, ou seja, que faz ressoar outras vozes, a dos “discursos *de*”: do discurso da ciência, da religião, do europeu, do homem civilizado (francês), do es-

trangeiro, entre outros que, num gesto de interpretação de Saint-Hilaire, ganham um efeito de unidade, resultando em um “discurso sobre”, que pode tanto evidenciar um sentido, quanto apagar ou silenciar outro(s), contradição que é própria da condição heterogênea do “discurso sobre”, ao mesmo tempo polissêmico e uno.

Além disso, entendemos, em conformidade com Orlandi (1990, p. 49-50), que “o discurso sobre o Brasil ou determina o lugar de que devem falar os brasileiros ou não lhes dá voz, sejam os nativos habitantes sejam os que vão se formando ao longo de nossa história. O brasileiro não fala, é falado”. Mas ao fazermos a história das ideias, temos de trabalhar com o material existente. Não se trata de uma condição ideal, mas sim de um lugar possível; é pela voz do outro que temos acesso a um passado histórico que constitui os modos de identificação de todo um grupo social.

Na sequência dessa reflexão, entendemos que é preciso levar em conta certos pressupostos apontados por Orlandi (1994, p. 49)²⁹ para a compreensão das condições de produção do discurso de Saint-Hilaire sobre o gaúcho e sua língua. Primeiro: este é um discurso sobre a cultura, os costumes, a religião que está sustentado pela cientificidade; segundo: o discurso do viajante do século XIX busca dar visibilidade para aquilo que se relata. Nesse sentido, há uma necessidade de se mostrar ao leitor aquilo que é contado, provocando, assim, efeito de transparência, veracidade, cientificidade dos objetos descritos.

Ao discutir sobre as questões referidas acima, Orlandi (Idem, p. 50) salienta que, a partir do século XIX, os relatos de viajantes começaram a ganhar um caráter diferenciado dos produzidos anteriormente no que diz respeito ao efeito da determinação, construído para ser objetivo. Esse efeito é resultado do processo de descrição que, ao propiciar a construção de imagens fotográficas, oferece ao leitor “a visão” sobre objetos, ou fatos, ou homens. Vejamos um exemplo:

Os homens que encontrei por aqui usam um **chiripá**, pedaço de tecido de lã do qual se faz um cinto e que cobre as cochas, descendo até os joelhos como um saiote. Vestem calças largas de um tecido de algodão feito em casa, e a extremidade de cada perna termina em franjas, acima das quais há muitas vezes um ponto aberto (à jour). Nenhuma proporção entre a maneira de trajar dos homens e das mulheres; estas se vestem como damas, os homens um pouco melhor que nossos camponeses da França (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 123-124, grifos do autor).

²⁹ Mais tarde, na obra intitulada “Língua e Conhecimento Linguístico” (2002), Orlandi republica o texto “A natureza e os dados: a constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo” com algumas alterações (acréscimos), intitulando-o como “O Discurso Naturalista”, que compõe o segundo capítulo da quarta parte da referida obra.

Nesse comentário, observamos que o viajante lista uma série de detalhes acerca do tecido, do feitio, do modo de vestir daquilo que é nomeado como “chiripá”. Além disso, na tentativa de controlar os sentidos sobre a realidade do Novo Mundo, o estrangeiro busca referências no Velho Mundo para objetivar, clarear ainda mais a visão sobre o que se vê, o que se conta, estabelecendo relações entre o que já se viu e o nunca visto, entre o conhecido e aquilo que pode ser exótico, diferente, conforme nos mostram as expressões comparativas que retomamos a seguir: “*Nenhuma proporção entre*”; “*um pouco melhor que*”. É desse modo que vão surgindo os primeiros registros de um léxico que é próprio da região visitada e, por isso, os “primeiros relatos de viagem constituem um corpus privilegiado para observar a construção de um modo de dizer o léxico no território brasileiro” (NUNES, 2001, p. 73). Nesse caso, ao dizer sobre a realidade encontrada, o viajante vai dizendo sobre a língua, estabelecendo relações entre as palavras e as coisas, entre as palavras e as gentes, as gentes daqui e as gentes de lá, entre o civilizado e não-civilizado.

Sabemos que esses pequenos comentários sobre as palavras mais tarde irão compor glossários e servirão para marcar as diferenças entre o português de Portugal e o português falado no Brasil, bem como entre o português das distintas regiões do país. É nesse sentido que ousamos dizer que o discurso presente em *Viagem ao Rio Grande do Sul* pode ser fundacional sobre a língua e o sujeito gaúcho: porque na ausência de outros instrumentos que são capazes de “guardar” a língua daquela época e daquele povo, esses registros podem servir como um lugar de saber sobre a língua; porque “termos”, “expressões” e “listas de palavras” surgiram antes dos glossários e, conseqüentemente, antes dos dicionários (Cf. MEDEIROS; PETRI, 2013a); estes que, juntamente com as gramáticas, são considerados instrumentos privilegiados no processo de gramatização das línguas. Por conseguinte, essas primeiras anotações sobre as diferenças na língua, que são percebidas pelo viajante, começam a assinalar que não há uma língua, mas há línguas.

Mesmo que o ensino de outra língua, que não a portuguesa, fosse proibido, o cotidiano observado por Saint-Hilaire fazia emergir palavras e termos de outras línguas (fosse indígena, fosse espanhola, como o caso da origem da palavra *chiripá*). Assim como esse exemplo, mais termos foram anotados pelo viajante como específicos de um falar comum, e outros viajantes também fizeram registros sobre diferentes termos, sobre outras palavras que se diferenciavam da língua portuguesa. Tais anotações, mais tarde, certamente passaram a compor os dicionários regionalistas, os quais assinalam que há línguas no interior de uma língua; ou

mesmo podem ter sido inseridos aos dicionários de língua nacional. Nesse caso, é válido assinalar que há diferenças entre o funcionamento do dicionário regionalista e o dicionário de língua nacional. De acordo com Petri, os dicionários específicos

[...] não funcionam no mesmo âmbito nem da mesma maneira que os dicionários bilíngues e monolíngues. Assim sendo, os verbetes que estão no dicionário regionalista podem ser ou não contemplados pelo dicionário nacional, já que a língua é portuguesa no e do Brasil, plena em especificidades de várias ordens, dentre as quais estão os regionalismos (PETRI, 2009, p. 29).

De acordo com a reflexão da autora, é por meio da instrumentalização da linguagem regionalista que se torna possível a leitura de textos literários, e isso se dá através dos dicionários regionalistas. No entanto, ter um lugar específico para se guardar termos de um falar comum, próprios de uma região, não significa ter outra língua, porque essa compilação (a de termos regionalistas) não remete, diretamente, às relações entre língua e nação. A língua da nação é a língua portuguesa, porque esta foi a língua instituída para significar enquanto identidade do povo brasileiro. Por outro lado, no dicionário regionalista, o que há são marcas de um português falado, por isso, popular, não erudito. Para Nunes (2006), esses dicionários que se propõem a descrever a língua dos sujeitos rurais, que guardam uma linguagem que é “rústica” e “original”, diferenciam-se dos dicionários de língua erudita, nacional, servindo-lhes de complemento. É na esteira dessa reflexão que Petri nos faz pensar sobre a “linguagem gauchesca”, afirmando que: “essa linguagem regionalista do sul do Brasil também passa pelo processo de tecnologização, através do qual são produzidos instrumentos linguísticos especialmente concebidos como espaço de manutenção, colocando em funcionamento um imaginário de língua regional” (2009, p. 28).

Na afirmação acima, percebemos que o dicionário regionalista serve para instrumentalizar o leitor que não conhece a linguagem regionalista, uma linguagem que é própria de um grupo social, que é popular, que diz respeito a uma cultura de língua falada. Desse modo, *linguagem* remete à regional, enquanto *língua* remete à nacional. Estendendo essa discussão para os termos e palavras encontrados nos relatos de Saint-Hilaire, poderíamos dizer que os registros dos relatos dizem respeito, especialmente, a uma linguagem gauchesca (ou que virá a constituir uma linguagem gauchesca), porque consistem numa mistura de termos, palavras ou mesmo lista de palavras que têm origens diversas (indígena, espanhola, etc.), condizentes com a diversidade de regiões das quais provém os sujeitos que as utilizam, de dentro e de fora do país. Vários termos que encontramos nos relatos de Saint-Hilaire dizem respeito a um modo

de falar bem específico da cultura do Rio Grande do Sul (caso de *chiripá*, *chimarrão*, entre outros) e, muitas vezes, ainda oferecem (ou dão a ilusão de oferecer) informações sobre a vida dos povos que foram visitados pelos viajantes, vindo depois esses termos a incorporarem dicionários e glossários, conforme já mencionamos. Por tudo isso, podemos dizer que o relato de viagem é um lugar de uma memória, de uma língua oral, popular, que contribui para a manutenção de saberes, de uma história, e, conseqüentemente, para um imaginário de língua e de sujeito.

PARTE III

3 A VIAGEM PELOS CAMINHOS DA ANÁLISE: UMA LEITURA SOBRE O DISCURSO DOS RELATOS

“[...] o viajante está nos seus princípios, julga que o mundo não tem mais que fazer senão dar-lhe informações.
(Saramago, *Viagem a Portugal*)”

3.1 Das delimitações do objeto desta *viagem*

A escolha pela obra *Viagem ao Rio grande do Sul*, de Saint-Hilaire, é resultado do estranhamento que as leituras realizadas nos causaram, pois os relatos se referiam, entre outros fatores, a uma língua e um sujeito que nos eram conhecidos e, além disso, eram constitutivos da nossa história. Assim, diante dos relatos do viajante francês que, muitas vezes, intrigaram-nos pelo olhar “pré-conceituoso”, nasceu outra vez o interesse por investigar mais sobre o funcionamento da linguagem. Agora, porém, não mais estamos em busca de certezas sobre uma “história”, mas nos propondo a investigar como se dão os processos de construção de uma história sobre uma língua e sobre os sujeitos falantes dessa língua, esculpida na própria língua e nas imagens de sujeito. Desse modo, é o discurso do viajante francês, presente em *Viagem ao Rio Grande do Sul*, o objeto de estudo desse trabalho.

Para desenvolver tal pesquisa, selecionamos a edição de *Viagem ao Rio Grande do Sul* traduzida e publicada por Adroaldo Mesquita da Costa, no Brasil, em 1987. Essa versão é considerada a tradução completa³⁰ do texto da edição francesa de 1887, feita 34 anos após a morte de Saint-Hilaire e reprodutora de todas as anotações de sua viagem ao Rio Grande do Sul. Antes disso, a obra sobre a visita de Saint-Hilaire ao Rio Grande do Sul fora traduzida e publicada, em partes, no *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*, em 1913, por um tradutor anônimo, e correspondia a um período de dez dias de viagem, que são relatados no primeiro capítulo da edição de 1987. Mais tarde, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* publicou uma tradução parcial, feita por Adroaldo Mesquita, em capítulos, entre os anos II e VI da revista, correspondente à primeira parte da viagem do francês. Além disso, outra versão fragmentada da viagem foi publicada em 1935 pela Editora Ariel, do Rio de Janeiro. Já a edição completa, utilizada nesse trabalho, tem vinte e dois capítulos³¹ dedica-

³⁰ Segundo informações disponíveis no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do RS, nenhuma tradução reproduziu o mapa que aparece na edição francesa de 1887 e que ilustra os itinerários de Saint-Hilaire.

³¹ Além disso, no final da obra, há o texto “Notas: sobre a agricultura em Rio Pardo”, dedicado às observações feitas sobre a agricultura dessa localidade.

dos à viagem ao Rio Grande do Sul³² e correspondente ao período de 05 de junho de 1820 a 24 de junho de 1821³³.

Considerando essas informações, devemos lembrar que Saint-Hilaire escreve *em francês* a obra que é publicada na França após a sua morte, em 1887. Isso nos provoca a refletir sobre o modo como a língua é representada nos relatos. É necessário compreender que a língua que se mostra (com listas de palavras, com palavras isoladas, com as frases, etc.) para o mundo não é a língua do sujeito gaúcho, mas uma língua que foi tomada e adaptada para si pelo viajante francês, e que está sob o efeito de um imaginário de objetividade, de transparência, efeito característico dos discursos dos relatos do século XIX (Orlandi, 2002, p. 309). De acordo com a autora, esses textos são predominantemente descritivos e funcionam como discursos verdadeiros, especialmente no que concerne à obra em análise, afinal, Saint-Hilaire estava no Brasil sob o acompanhamento do Museu de Paris. É essa ilusão de transparência, de objetividade, que nos leva a pensar que os dizeres se apresentam como evidentes e que desconsideram, muitas vezes, a historicidade do que está sob a interpretação, nesse caso, a língua e o sujeito gaúcho, sob o olhar francês.

Ao observarmos essas condições históricas, temos de considerar que o discurso sobre o sujeito gaúcho está à mercê dessa exterioridade que lhe é própria, ao que está no Interdiscurso, já-lá, posto pelo outro, dito antes, e que limita o dizer do viajante francês, orienta o seu dizer, define o que pode ser dito, sendo determinado pelas formações discursivas que lhe são constitutivas. É preciso, então, pensar que o objeto de estudo do nosso trabalho – o discurso sobre a língua e sobre o sujeito gaúcho – está determinado pelos discursos que são correntes na Europa no século XIX e que se relacionam com outros discursos já estabilizados, de outros viajantes, como os discursos do descobrimento, etc.

Em reflexão proposta por Orlandi acerca dos discursos dos viajantes realizados no século XIX, sobre o Brasil, a autora afirma que o “discurso naturalista é da linhagem dos que constroem a ‘objetividade’ que nos livra das formulações equívocas e não-unívocas” (2002, p. 306), tornando o país uma realidade observável para o mundo. Esse efeito é provocado especialmente pela descrição, que detalha, fazendo parecer ser, estabilizando-se enquanto um dis-

³² A obra utilizada neste trabalho ainda traz, nos capítulos XXIII e XXVIII, registros do período em que Saint-Hilaire visita o Rio de Janeiro e São Paulo.

³³ As informações sobre as publicações e traduções relativas à obra que utilizamos nesse trabalho foram retiradas do *Prefácio* assinado por Guilhermino César, em *Viagem ao Rio Grande do Sul*, e da página virtual do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande Do Sul, <http://www.ihgrgs.org.br/>; (Ver mais em NEVES, MARTINS, RADTKE, 2007, s. p.).

curso que está a serviço da ciência, que é construído por um estudioso, pesquisador, portanto, um discurso científico que está autorizado a circular como verdadeiro.

A autora também destaca que, embora os relatos realizados no século XIX ganhem o estatuto de cientificidade – porque as observações são norteadas por rigorosas descrições que passam a constituir um novo modo de observação (não sendo mais aquele do *imaginário fantástico*³⁴, realizado até o fim do século XVIII e início do século XIX, mas o do *imaginário científico*, que se caracteriza por relatos preocupados com suas formas de objetividade, de fazer-se ciência para o mundo) – eles “não mudam a velha perspectiva com a qual toda a Europa olha aos índios e observa a sua língua” (ORLANDI, 1990, p. 99), porque o paradigma que orienta as observações no século XIX continua sendo o do europeu, afinal “a história não se define ao tempo, mas ao poder” (Idem, p. 103).

Nesse sentido, é importante destacar que o discurso que nos propomos a analisar é contemporâneo ao século XIX e reserva propriedades semelhantes às destacadas por Eni Orlandi, bem como por outros estudiosos, como Nunes, que acrescenta: “Uma outra particularidade da conjuntura brasileira concerne ao modo de circulação dos textos. Com a ausência, até o início do século XIX, da imprensa, os relatos só foram publicados na Europa, sendo pouco difundidos no Brasil (NUNES, 2006, p. 52.)”. Atendendo a essa particularidade, o relato que analisamos só é traduzido por completo no Brasil um século depois de sua publicação na França e, graças à sua finalidade científica, qual seja a de revelar e descrever o Novo Mundo, ele projeta um efeito de objetividade acerca do saber sobre a língua e sobre os habitantes da terra desconhecida. O relato, dessa forma, é lido como se esse saber fosse natural ao trabalho daquele que é o cientista (o botânico), desconsiderando-se, muitas vezes, que há um gesto interpretativo de quem relata, e que formações discursivas e imaginárias estão determinando o discurso do viajante.

Na esteira dessa compreensão, está também o trabalho de Paim, para quem:

O saber produzido sobre o Novo Mundo circula na Europa dentro de um contexto que aponta o crescimento das publicações em meio às disputas religiosas e às diversidades das formas de crescimento. [...] produz-se um grande número de relatos dessa exploração ultramarina, de tal maneira que suas publicações fixam o ponto de vista europeu na construção do imaginário sobre o Novo Mundo, seja em relação aos portugueses, espanhóis, italianos, e outros. (PAIM, 2009, p. 164).

³⁴ *Imaginário fantástico*: que se deixava seduzir pelo impossível, por razões fantásticas, por uma curiosidade pouco moderada; comum nos textos dos cronistas portugueses do período colonial (Cf. ORLANDI, 1990, p. 96-97).

Considerando a complexidade das condições históricas que perpassam os relatos dos viajantes, torna-se imprescindível ao trabalho analítico a compreensão de que o discurso está constantemente atravessado por outros discursos, que não pode ser controlado pelo sujeito e que tampouco escapa à sua historicidade constitutiva. Nessas condições, o discurso do viajante francês sobre a língua e sobre o sujeito coloca em jogo os efeitos de sentido que têm significado na história da língua e do sujeito gaúcho.

Nesse sentido, é válido destacar que, no discurso de Saint-Hilaire, há uma preocupação significativa com a objetividade, buscando tornar visível o que é relatado. Contudo, interessa-nos analisar se esse interesse científico prevalece em toda a obra ou se elementos subjetivos passam a transparecer no discurso do cientista. Não seria o discurso de Saint-Hilaire lugar de contradição de um sujeito botânico, cientista, que é também o viajante seduzido pelo novo mundo? É importante pensarmos até que ponto o efeito de objetividade predomina e funciona e em que momento o científico perde espaço para os estranhamentos e encantos do desconhecido aos quais o viajante está suscetível.

3.2 Do aparato metodológico

Ao propormos uma discussão acerca do discurso presente no relato do viajante francês sobre a língua e sobre o sujeito, temos como pressuposto que “toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, 2008, p. 53), porque todo enunciado está vulnerável a tornar-se outro. É neste “outro” que há a possibilidade da interpretação. E é nesse espaço de interpretação que nosso trabalho se inscreve, num lugar que é uno, singular, pela historicidade que determina nossa análise, nosso gesto interpretativo; mas também num lugar de uma espécie de tomada de consciência de que as palavras e os sentidos estão em movimento, de que o que dizemos está atravessado por outros dizeres, por outras palavras. Por outro lado, “[...] se os sentidos não têm donos, não é menos verdade que cada um os quer para si”! (ORLANDI, 2007b, p. 134). Desse modo, a fim de apresentar alguma singularidade em nossa leitura, não deixamos de observar outros trabalhos³⁵ que já ofereceram minuciosas análises dos discursos

³⁵ Dentre esses trabalhos, destacamos as análises desenvolvidas pela Prof^a. Eni Orlandi Pulcinelli (Cf. Orlandi, 1990; 2002), Prof. José Horta Nunes (2006) e a pela pesquisadora Zélia Paim (2009), entre outros.

de viajantes e/ou de missionários sobre a terra brasileira, alguns inclusive que se dedicaram aos relatos do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire.

A partir dessas considerações, podemos dizer que nosso trabalho de análise não está pautado na ilusão de apresentar um enunciado que contemple todos os sentidos possíveis, porque isso não seria realizável, tendo em vista que a questão que propomos não seleciona os mesmos recortes de outros trabalhos, nem mesmo exige que as mesmas noções já utilizadas por outros estudos sejam mobilizadas nesse momento. É nesse sentido que nosso trabalho tem a possibilidade de sua singularidade. Ainda que outros estudos já tenham discutido a questão do discurso do viajante sobre a língua e sobre o sujeito, não são considerados os mesmos recortes, tampouco são mobilizadas as mesmas noções; há movimentos de leituras diferentes para análises em processos de historicidade distintos.

Da mesma forma, vale dizer que a nossa proposta de análise não pretende discutir todos os enunciados do viajante sobre a língua e sobre o sujeito, porque, para a Análise de Discurso, o que se busca não é a exaustividade, a extensão, nem a completude, haja vista que um discurso sempre retoma outro e aponta para outro, constituindo o fio do discurso. Nessa concepção, o que é relevante, na análise, é o processo de *de-superficialização* da materialidade linguística. Assim, o que é imprescindível ao trabalho do analista é discutir “o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias, etc.” (ORLANDI, 2007a, p. 65). Tendo em vista esses preceitos, ao delimitarmos os recortes que compõem nossa análise, nosso interesse recai sobre o discurso do viajante, considerando que “os relatos são um misto de narração épica, ciência natural, documento oficial, saber enciclopédico, literatura de viagem, retórica, informação, propaganda” (NUNES, 2006, p. 52), mas privilegiando sua característica principal no século XIX, que é a *descrição*. A descrição, no relato, produz um efeito de transparência da linguagem, como se fosse possível mostrar o mundo, fazer ver; e o viajante, a serviço da ciência, acredita projetar-se para fora daquilo que relata, construindo um efeito de neutralidade para seu dizer, que é “apenas de quem observa”, como se pudesse ficar alheio à história e à ideologia, que são constitutivas do seu fazer, das suas impressões.

Desse modo, o que cabe ao analista de discurso é “o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação (ORLANDI, 2007a, p. 61)”, relacionando o dito com o não dito, em todos os momentos da análise. Para tanto, é necessário que haja um vai e vem constante entre o corpus e o dispositivo teórico. Isso significa dizer que, em análise de discurso, é

preciso um movimento constante entre o corpus e a teoria e vice-versa. Esse movimento Petri nomeia de Movimento Pendular, e afirma que:

[...] importa saber que ele tem um ponto de partida: a inércia. Essa inércia funciona como um ponto de referência, lugar de significados estabilizados na forma do já-dito, enquanto noções básicas que sustentam uma teoria. Podemos descrever esse efeito transitório, mas necessário, de inércia como ponto de encontro entre o analista, o arquivo e a teoria, sendo este último elemento considerado enquanto conjunto de noções básicas (provisoriamente) estabilizadas, como ponto de partida para o movimento pendular (PETRI, 2013b, p. 42).

Após esse momento de desnaturalização das relações entre o dito e não-dito, os modos de funcionamento do discurso começam a surgir e, então, será possível identificar a relação do discurso com as formações discursivas e com a memória do dizer. E é do estabelecimento dessas relações que emerge a descrição dos procedimentos analíticos específicos, elaborados para o corpus que está em análise nesse trabalho; um momento que se configura pela exploração do processo discursivo, quando se deve observar sua estruturação, suas formas de circulação, questionando-se: Por que é dito/escrito desse modo e não de outro? Que efeitos isso produz no fio do discurso? De fato, ao delimitarem-se as formações discursivas que regulam o discurso em análise, deve-se atentar para a relação com a ideologia, para, então, por último, alcançarmos a compreensão da constituição dos sentidos. E esse efeito da ideologia na língua e no discurso só pode ser observado se a materialidade em questão for trabalhada considerando etapas de análise bem específicas, conforme estamos descrevendo nesse capítulo.

Ao trazermos à baila a noção de formação discursiva, estamos partindo do princípio de que as palavras não são próprias a um sujeito nem estão ligadas a uma única formação discursiva, e, por estarem sempre lá no Interdiscurso, que abrange todas as formações discursivas, as palavras podem sempre significar diferentemente, fazendo ecoar novos/outros sentidos. Desse modo, considerando os movimentos do discurso do viajante Auguste de Saint-Hilaire, em *Viagem ao Rio grande do Sul*, que se dá ora via definições ora via narrações e, principalmente, via descrições, interessa-nos discutir o que singularizam essas formas enquanto um discurso sobre a língua e sobre o sujeito gaúcho. Assim, compreendendo o processo discursivo como um “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos lingüísticos” (PÊCHEUX, 2009 [1988]), nossa proposta de análise busca explicitar as diferenças e/ou semelhanças presentes nas diversas formas do discurso, a partir da

mobilização das noções de formação discursiva, formação ideológica e formações imaginárias³⁶, buscando investigar os diferentes efeitos de sentido dos enunciados em análise.

Os enunciados que constituem nosso corpus resultam de uma seleção que atendeu a critérios de inscrição em situações diferentes (circunstancialização) ao longo do relato, demonstrando a diversidade de sentidos produzidos *no* e *pelo* discurso do viajante que descrevia a botânica, a língua e o sujeito no e do Rio Grande do Sul no século XIX, visando a atender aos objetivos dessa proposta de análise. Vale dizer que as delimitações da nossa escolha estão sob o entendimento de que esse fato já supõe uma interpretação (PÊCHEUX, 2008, p. 44). Dito de outra forma, “a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas” (ORLANDI, 2007a, p. 63).

Desse modo, buscando compreender o processo de construção de produção do discurso do viajante sobre a língua e sobre o sujeito, mediamos nossa análise observando dois momentos do discurso: sua constituição e sua formulação. Isso se faz necessário porque “todo dizer (intradiscurso, dimensão horizontal, formulação) se faz num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscurso (memória, dimensão vertical estratificada, constituição)” (ORLANDI, 2012 [2001], p. 11). Assim, de acordo com os objetivos do nosso trabalho, é preciso observar como a memória interfere no contexto de produção do discurso do viajante, bem como voltar a atenção para as condições de produção e as circunstâncias em que esse discurso é produzido, para então apontarmos alguns efeitos de sentidos nos diferentes movimentos do discurso. Para tanto, na análise apresentada neste capítulo, buscaremos ilustrar como se dão os processos discursivos, parafrásticos e metafóricos que compõem o discurso do viajante, a fim de compreender como os sentidos vão sendo reiterados e/ou transformados, em que se aproximam e em que se distanciam, observando, então, como se constituem os sentidos do discurso sobre a língua e sobre o sujeito.

³⁶ Aqui, usamos apenas a noção de *Formações Imaginárias*, no plural, seguindo o modo como foi concebida por Pêcheux, em 1969, no texto “Análise automática do discurso (AAD-69)” (In: Gadet e Hak, 2010, p. 82), e mais tarde retomada por Orlandi (2007a) em “Análise de Discurso: princípios e procedimentos”.

3.3 Da constituição do corpus

“Sempre me intrigaram aqueles livros ou cadernos de viagem, escritos a par e passo, em que pontualmente se vão anotando os casos e incidentes de cada dia, desde o bom almoço mundanal à subtilíssima impressão estética. Acho que o memorialista faz batota. E não acredito no proveito que possa tirar de uma viagem quem ande durante o dia a registrar mentalmente o que há de escrever à noite [...]”
(José Saramago, *A bagagem do viajante*)

No que tange à epígrafe acima, podemos dizer que, nesse trabalho, já há justificativas suficientes que explicitam nossa identificação com a afirmação de que “aqueles livros ou cadernos de viagem” intrigam-nos. Por outro lado, faz-se ainda necessário explicitar que não é a linearidade do discurso do botânico ou o talento retórico do autor que nos seduzem, e sim os registros de casos e incidentes que guardam os processos de construção de um imaginário de língua e de sujeito que nos interessa analisar. Para tanto, elencamos, abaixo, alguns recortes do texto de *Viagem ao Rio Grande do Sul*, selecionados para a análise do discurso do viajante que observa, dentre outras coisas, a língua e o sujeito gaúcho. Para tanto, importa retomar, antes, nossa questão de pesquisa: **Como se constitui o discurso sobre a língua e sobre o sujeito gaúcho em *Viagem ao Rio Grande do Sul*?**

Tendo em vista essa questão, constituímos nosso corpus a partir de 22 sequências discursivas³⁷ constitutivas dos relatos do viajante. Tais sequências foram divididas em duas categorias: uma relativa ao discurso sobre a língua e outra referente ao discurso sobre o sujeito. Essa divisão, contudo, fazemos apenas por uma necessidade metodológica, sendo de nossa plena consciência o fato de que língua e sujeito não se constituem separadamente, nem mesmo no discurso do viajante estrangeiro. Através da divisão estabelecida, buscaremos também apontar diferenças constitutivas desse discurso, subdividindo os momentos de acordo com as peculiaridades identificadas nas primeiras leituras do corpus. Abaixo, seguem os recortes que compõem o nosso corpus:

³⁷ Estamos concebendo “sequência discursiva” tal como propõe Petri (2004, p. 66-67), a partir das leituras de Courtine e de Orlandi, entendendo que as sequências podem ser orais e escritas, desde que atendam a um objetivo definido a partir das condições de produção do discurso; assim, estas funcionam como fragmentos que apresentam uma ligação mútua entre linguagem e situação e podem variar segundo os tipos de discurso e os objetivos da análise. A partir dessa compreensão, optamos por apresentar, nas SD2 e SD3, figuras referentes aos registros feitos por Saint-Hilaire que ilustram uma lista de palavras e um canto seguido das anotações do viajante acerca da tradução e das suas impressões a respeito de questões fonéticas e fonológicas.

a) Sequências Discursivas relativas ao DISCURSO SOBRE A LÍNGUA

SD1	[...] Deixei-o estupefato lendo-lhes as palavras de sua língua, que me foram ensinadas por mulheres guaicurus. Achou-as quase todas exatas e deu-me outras, que copio em seguida a este diário (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 234 ³⁸).
SD2	<p>“Meus amigos”, disse-lhes eu em português, “sinto que vou morrer neste deserto, longe da minha família e de meu país; rondam-se sombras da Morte [...]”. “Matias, eu lhe perdoo pelo mal que me fez. Laruotte, saiba que minhas coleções pertencem ao Museu da História Natural; meus manuscritos devem ser remetidos à minha família”.</p> <p>Quis falar em francês, mas só se apresentavam à minha memória palavras portuguesas [...]. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 242, aspas da obra).</p>
SD3	<p>Abro a minha Bíblia inglesa e caio nas palavras do Salmo XXIX: The voice of the Lord is upon the Waters; the God of glory thundereth: the Lord is upon many Waters. The voice of the Lord is powerful; the voice of Lord is full of majesty! (*)</p> <p>Estes versos, que parecem feitos para a situação em que me encontro, encheram-me de uma espécie de temor religioso; entretanto, continuei a leitura do Salmo e me senti reanimado com a passagem do último versículo: The Lord Will give strength unto his people; the Lord will bless his people with peace. (**) [...].</p> <p>* A voz do Senhor ressoa sobre as águas; o Deus da glória impera aos trovões: o Senhor, sobre as águas numerosas. A voz do Senhor é poder; a voz do Senhor é majestade.</p> <p>** O Senhor dá poder ao seu povo: o Senhor abençoa com a paz.</p> <p>(SAINT-HILAIRE, 1987, p. 377-378, grifos e notas da obra).</p>
SD4 ³⁹	<p style="text-align: center;">Palavras da língua dos guaicurus</p> <p>- cabeça caik</p> <p>- céu pigome</p> <p>- sol navarrèra (1)</p> <p>- lua sirahèho</p> <p>- estrelas. avakatni</p> <p>- terra llèva (2)</p> <p>- homem. iallè</p> <p>- mulher alo</p> <p>- menino. notoleke</p> <p>- pai ita</p> <p>- mãe ihalè (3)</p> <p>- filho yalèke (4)</p> <p>(1) A pronúncia do r é extremamente carregada.</p> <p>(2) Apoia-se demoradamente os dois ll.</p> <p>(3) Eleva-se a voz pronunciando a última sílaba.</p> <p>(4) Eleva-se sensivelmente a voz ao pronunciar as duas últimas sílabas.</p> <p>(SAINT-HILAIRE, 1987, p. 235, título, grifos e notas da obra).</p>

³⁸ A página em que se encontra, na obra, cada segmento, será marcada apenas neste capítulo, em que apresentamos o nosso corpus. No capítulo de análise, quando retomarmos cada sequência discursiva, não explicitaremos a referência, para evitar redundância, sendo preciso voltar ao quadro 1 e 2 caso surja a necessidade.

³⁹ Como se pode observar, a SD4 e a SD5 correspondem às Figuras 1 e 3 encontradas no capítulo 1. Aqui elas são nomeadas “sequências discursivas” e transcritas a fim de preservar os diferentes modos de apresentação das observações que o viajante faz da língua.

SD5	<p>Pedi ao guaicuru que me recitasse alguma canção em sua língua e me desse a significação. Eis aqui o que ele me ditou: sòènèr nètàpèk sòlènte ià há canto e me recordo da minha terra. sòènèr nètàcò tìoi nètàpèk sòlènte ìtal . . eu me recordo de meu pai e estou chorando tòsàdèn Estará ele vivo? Òtlèià solente ìohá eu me recordo muito da minha mulher</p> <p>As sílabas que indico com acento grave se pronunciam com marcada elevação de voz. É bem possível que me tenha enganado na separação das palavras que me ditava o guaicuru, pois que somente pelas pausas podia distingui-las, quase sempre pouco sensíveis, como acontece em todas as línguas entre palavras articuladas. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 237).</p>
SD6	<p>[...] reúne-se o gado, de tempos em tempos, em cada fazenda; homens a cavalo cercam o campo; vão gritando alto e ajuntando os animais por um local apropriado. Lá o gado fica reunido durante alguns dias; depois o conduzem para o campo, deixando-o em plena liberdade. A essa prática chamam fazer o rodeio, e ao lugar onde prendem os animais são o nome de rodeio, assim como também à área de terreno cercada para essa espécie de batida (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 26, grifos do autor).</p>
SD7	<p>[...] Como já tenho dito, não há aqui nascentes, nem fontes de água doce, mas atrás da cidade [...], cavaram-se poços, onde à pequena profundidade, se encontra muito boa água. Os negros vão buscá-la em barris e retiram-na do poço com chifres de bois, no meio dos quais é introduzida uma vara comprida, instrumento que eles chamam de guampa (sic). (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 76, grifo do autor).</p>
SD8	<p>Os homens que encontrei por aqui usam um chiripá, pedaço de tecido de lã do qual se faz um cinto e que cobre as cochas, descendo até os joelhos como um saiote. Vestem calças largas de um tecido de algodão feito em casa, e a extremidade de cada perna termina em franjas, acima das quais há muitas vezes um ponto aberto (à jour). Nenhuma proporção entre a maneira de trajar dos homens e das mulheres; estas se vestem como damas, os homens um pouco melhor que nossos camponeses da França. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 123-124, grifo do autor).</p>
SD9	<p>Há um cura em São Nicolau, mas não o conheci, porque se encontrava em sua chácara. No mesmo povoado há também um mestre-escola de origem guarani, e que ensina a ler, escrever e contar a uma dúzia de crianças. Estive em sua casa enquanto dava aula; cada criança tinha à mão um pedaço de papelão, onde estavam escritos, pela do mestre, em letras muito bem feitas, alguns versículos da Bíblia. Era a lição sobre a qual as crianças se exercitavam na leitura. Faltando livros, o professor é obrigado a escrever o que os alunos devem ler, sendo tal prática comum em quase todo o Brasil. O mestre-escola de São Nicolau recebe como retribuição da comunidade gêneros alimentícios, o que representa vir exercendo gratuitamente durante longo tempo suas funções. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 301).</p>
SD10	<p>Em São Luís e São Lourenço, não há sacerdote nem mestre-escola, mas aqui há um cura, e um jovem guarani que ensina ler às crianças. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 310).</p>
SD11	<p>O segundo francês que fui ver é um homem culto, mas muito singular. Há muito tempo deixou seu país, fala perfeitamente o português e compõe até versos nessa língua. [...] demonstra ter bom senso, instrução, alegria [...]. Ele se julga obrigado a ensinar a mocidade e frequentemente tem ido a localidades muito distantes para lecionar, para obedecer, disse-me ele, às ordens da Virgem [...]. Fiquei sensibilizado pelo ar de persuasão e simplicidade com que me falou [...]. “Tenho a missão”, disse-me ele, “de lhes ensinar o evangelho; falo do Menino Jesus</p>

	represento-O belo e bondoso, tal como deve ser, e lhes proponho tomarem-NO por modelo”. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 82-83, aspas da obra).
SD12	Entre os índios que trabalham na chácara do administrador, encontrei um que fala muito bem o português, coisa rara entre aqueles que jamais foram soldados. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 305)

Quadro 1 – Sequências discursivas relativas ao discurso sobre a língua

Essas primeiras sequências discursivas, referentes ao discurso sobre a língua, apresentam algumas peculiaridades, pois as três primeiras sequências (SD1, SD2 e SD3) dizem respeito, especialmente, à relação do viajante com a língua; em seguida, as SD4 e SD5 referem-se ao encontro que Saint-Hilaire teve com um índio e que resultou na construção de uma lista de anotações sobre palavras, frases e uma cantiga da língua indígena. Desse modo, nas SD4 e SD5, optamos por não separar a lista de palavras dos comentários do viajante, porque, mesmo que haja um efeito maior de neutralidade na lista de palavras (que funcionaria “apenas como uma tradução” das palavras e/ou frases) em relação aos comentários do viajante (que estariam mais vulneráveis à subjetividade, por isso, menos neutros), entendemos, a partir da perspectiva da Análise de Discurso, que toda tradução já apresenta uma interpretação (ORLANDI, 1990, p. 87-89). Dessa forma, a diferença entre uma apresentação e outra consistiria numa ilusão de efeitos de literalidade, maior e menor. Além disso, é válido lembrar que a formação de listas de palavras pode configurar uma tentativa de instrumentação de uma língua que está vinculada a uma tradição oral, mas certamente não foi elaborada com o objetivo prioritário de gramatização (Cf. PETRI, 2012), pois se acredita que não havia essa tomada de consciência lexicográfica por parte do viajante. As demais sequências discursivas (SD6-SD12) dizem respeito aos comentários sobre a língua escolarizada, bem como apresentam uma definição/descrição de termos sobre a língua falada pelo negro, pelo índio; entre outras situações das quais falaremos na análise.

b) Sequências Discursivas referentes ao DISCURSO SOBRE O SUJEITO

SD13	Encontrei no caminho os índios de que falei ontem, esses infelizes, acompanhados de mulheres e filhos, todos andrajosos, nada possuem além de seus magríssimos cavalos. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 306).
SD14	Esses homens [os índios prisioneiros, tomados a Artigas] são de estrutura baixa, peito exageradamente largo, rosto de um bistre carregado, cabelos negros e lisos, pescoço muito curto, fisionomia verdadeiramente ignóbil. O alferes fez o elogio de sua docibilidade. Alguns

	<p>havia fugido com o propósito de voltar para os pagos, atravessando a grande cordilheira; mas, encontrando na passagem da serra obstáculos insuperáveis, voltaram e foram capturados. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 12).</p>
SD15	<p>Os homens [na comparação com as mulheres], geralmente muito claros e de cabelos e olhos da mesma cor que os das mulheres, eram grandes e bem feitos; desembaraçados, mas sem a brandura que caracteriza os mineiros (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 40). [Nesse trecho, Saint-Hilaire refere-se aos homens e mulheres que participavam de um baile em uma casa localizada em Porto Alegre].</p>
SD16	<p>[...] Como quer que seja, os prisioneiros guaranis são, em geral, homens de baixa estatura, mas parecendo pequenos, em geral, homens de baixa estatura, mas parecendo pequenos, em razão do corpo apresentar desmesurada largura, têm pescoço muito curto, cabeça grande e alongada, cara muito larga, olhos compridos, estreitos e pouco divergentes; sobrancelhas negras, bastas e arqueadas, nariz comprido e grosso, boca muito grande; cabelos pretos e lisos; pele roxo-amarelada e as nádegas volumosas. Entre esses traços, os que distinguem particularmente das outras tribos que tenho conhecido, até agora, são a forma alongada da cabeça, a ligeira divergência dos olhos e o comprimento do nariz; tem ainda espáduas e peito mais largo e os membros geralmente mais carnudos. Os guaranis são feios e mostram na fisionomia uma expressão de baixeza, devido talvez unicamente ao sentimento de sua inferioridade, à dependência em que vivem habitualmente, e ao estado de cativo a que se encontram atualmente reduzidos. Mas, examinados com atenção, percebe-se, entre os traços repugnantes que os caracterizam, um ar de docilidade, indicador de seu bom caráter. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 30). [Nesse trecho, Saint-Hilaire refere-se aos homens empregados em obras públicas de Porto Alegre, aprisionados por portugueses durante conflito com tropas de Artigas].</p>
SD17	<p>[...] Este homem aparenta uns quarenta anos; grande, ereto, algo de nobre na fisionomia; a cor é de um bistre acobreado, a cabeça, grande e redonda, os cabelos muito negros e lisos, os olhos singularmente arqueados, o tórax extremamente largo. Por vestimenta usava um ponche que, preso ao redor da cintura por um cinto de couro, passava de um lado sob a axila e, do outro, sobre os ombros onde as pontas eram ligadas. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 234).</p>
SD18	<p>Como já tenho redito, os habitantes desta capitania passam a vida, por assim dizer, a cavalo e, frequentemente, transportam-se a grandes distâncias com tal rapidez, que parece superior às forças humanas.</p> <p>Um moço, conhecido meu, acaba de percorrer em dois dias as sessenta léguas portuguesas, do Rio Grande a Santa Tereza. Entretanto, um exercício tão violento acarreta, quase sempre, graves inconvenientes à saúde; ocasiona, mais de uma vez, hemorragias, não sendo raro verem-se, nesta região, pessoas com aneurismas. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 71).</p>
SD19	<p>[...] Nesta capitania acresce ainda, outra modalidade cruel: a facilidade com que os habitantes podem renovar seus cavalos os impede de se afeiçoarem a estes, podendo impunemente tratá-los sem piedade alguma; vivem, por assim dizer, em matadouros; os sangue dos animais corre incessantemente em torno deles e, desde a infância, se acostumaram ao espetáculo da morte e dos sofrimentos. Não é, pois, de estranhar se eles forem, ainda, mais insensíveis que o resto de seus compatriotas. Fala-se aqui das desgraças alheias com o mais inalterável sangue-frio. Conta-se que um navio naufragou e a tripulação pereceu afogada, como se relatassem fatos os mais desinteressantes. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 67).</p>

SD20	[...] As mulheres têm lindos olhos, são quase sempre bonitas, mas de traços pouco delicados e de maneiras pouco graciosas; no entanto, repito, são infinitamente superiores às das capitânicas centrais. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 76).
SD21	[...] Logo que entrei, a dona da casa se ocupava em coser, acorada sobre tábuas, colocadas em cima de pedras e cobertas por uma pele de carneiro. Estava bem apresentável, e ainda que tímida, respondeu às perguntas que lhe formulei. Todas as mulheres que tenho visto do Rio Grande a esta parte são bonitas. De olhos e cabelos negros e, ao mesmo tempo, muito brancas. Superam, certamente, as francesas pela beleza da tez corada. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 104).
SD22	É de notar-se que, para cuidar desse pomar, emprega ele doze negros e, no entanto, três jardineiros franceses seriam suficientes para cultivar muito melhor tal espaço de terra. Os negros são por natureza pouco ativos; quando livres, geralmente não trabalham senão o estritamente necessário para não morrerem de fome; quando obrigados pelo temor, trabalham mal e com excessiva lentidão. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 97).

Quadro 2 – Sequências discursivas referentes ao discurso sobre o sujeito

A segunda parte de sequências aqui elencadas apresenta descrições sobre o sujeito gaúcho realizadas pelo viajante a partir de comparações entre homens/mulheres franceses e o gaúcho, entre gaúchos e habitantes de outras regiões do país, entre o homem branco, negro e índio. Diga-se de passagem que a constituição do imaginário de sujeito gaúcho que temos atualmente é configurada pela miscigenação dessas três características.

Uma vez definido o corpus e o objetivo da pesquisa, que é discutir como se constitui o discurso sobre a língua e sobre o sujeito, a análise será conduzida a partir das descrições e/ou definições que constituem o “discurso sobre”. Para tanto, ilustraremos as repetições e as contradições presentes no discurso do viajante para, em seguida, apontarmos a imagem de língua(s) e a imagem do(s) sujeito(s) que compõem o relato.

3.4 Do percurso da análise

3.4.1 A constituição do discurso sobre a língua

O período em que Auguste de Saint-Hilaire visitou o Rio Grande do Sul diz respeito a um momento em que o país começa resistir à colonização linguística e busca um português brasileiro (MARIANI, 2004), pois a língua portuguesa não era a única língua falada no Brasil.

Desse modo, os relatos dessa época de viagem trazem registros das diferenças linguísticas vigentes. E é por essa razão que, segundo Horta:

Os viajantes e colonos podem ser considerados precursores de um discurso lexicográfico no Brasil. Os relatos, que aliam ciência, política, literatura, religião, etc., são discursos fundadores que estabelecem determinados lugares de interpretação. Neles encontramos as primeiras marcas de um discurso lexicográfico. O que aparece, de início, são comentários lexicais. Eles distribuem de modo disperso e indicam várias formas de discrepância entre as palavras e as coisas. São comentários metalingüísticos (nomeações, explicações, definições, traduções) nos quais se mostra a relação, permeada por hesitações, dos sujeitos viajantes e colonos com o Real do Novo Mundo. (HORTA, 2006, p. 60).

Sobre o modo como os viajantes relatam a língua falada no Brasil, Eni Orlandi, nos anos 90, afirma que “eles produzem uma palavra, uma frase, ou mesmo um texto, um diálogo, em língua indígena e os traduzem juntando sempre os seus comentários, suas interpretações culturais. As referências à língua dos índios são filtradas pelos “modelos” europeus: a gramática latina, a língua alemã e a língua francesa” (1990, p. 104). Nessa afirmação, percebemos que a interpretação de Orlandi perpassa o modo como Mariani (2004, p. 29) compreende os processos de colonização linguística, pois para esta autora os discursos dos colonizadores e administradores sobre as línguas instituem um lugar para elas. Segundo a autora, o discurso *sobre* as outras línguas é “alimentado por um imaginário já pré-construído, ao mesmo tempo em que passa a fomentar o saber sobre as línguas e a circulação de outros sentidos não previstos” (Ibidem).

Levando em conta essas considerações, tomemos como exemplo um dos comentários realizados por Auguste em Saint-Hilaire para a palavra “*annorèkè*” (fogo), correspondente à SD2, quando discorre sobre a língua indígena: “A primeira sílaba muito longa, as outras muito breves, a segunda *um pouco menos fechada que o francês*” (1987, p. 235, grifos nossos). Esse trecho ilustra o que é afirmado por Orlandi e Mariani, pois o viajante, ao apresentar a língua indígena para o mundo, toma a sua como referência. E é o olhar dele, de estrangeiro, de francês, que instituirá um discurso sobre o outro. O que fica escrito, dito para o mundo, é o olhar do outro sobre a língua do indígena. Assim, as relações de poder é que instituem os discursos sobre as línguas, pois quem narra/conta é aquele que tem o poder de, que está autorizado a contar, o homem civilizado, letrado. Por outro lado, o falante da língua indígena não ganha direito à resposta. Para Mariani (2004, p. 29) essa é uma questão crucial, pois pode ser um dos aspectos de maior exclusão presente na colonização linguística. Conforme a autora, os índios

não podem nem contestar o dizer do outro, porque nem sabem o que está sendo dito sobre eles, e por essa mesma razão também não podem deixar na memória sua interpretação sobre o estrangeiro, haja vista que a sua língua não possui escrita.

Ainda sobre as relações de poder que perpassam a história e a constituição das línguas, GUIMARÃES (2000), ao discutir a questão da língua nacional nas constituições brasileiras (1946, 1967 e 1988), explicita os modos como a designação de *idioma nacional* passa a funcionar. De acordo com a análise proposta pelo linguista, desde a Constituição de 1946 até os dias atuais, há uma memória que significa a partir do pré-construído de que na nação brasileira só se fala uma língua; uma memória que vem significando desde a decisão de Marquês de Pombal, ainda no século XVIII, que proibiu o ensino de outra língua que não fosse a língua portuguesa, porque se desejava naquele momento que a língua da colônia fosse a língua daqueles que a governavam. Assim, a Constituição de 1967, ao nomear a língua do príncipe como Língua Nacional, estabelece um vínculo direto entre a língua portuguesa e a nação brasileira.

Já a partir da Constituição de 1988, afirma Guimarães, há um deslocamento nas relações que se estabelecem entre língua e poder, pois a relação da língua com a nação desloca-se para uma relação entre língua e estado. No entanto, ao tomar a designação de *língua oficial*, apenas reinterpreta-se o pré-construído de que a língua é única. Essa Constituição, segundo o autor, até promove algum avanço no que concerne ao Cap. VIII, que “dá voz aos povos indígenas”, porque reconhece sua organização, costumes, línguas, crenças e tradições. Mas esse reconhecimento, esse direito, é afirmado em separado e de modo particularizador, o que faz afirmar a diferença dos povos indígenas em relação aos outros cidadãos. Dessa forma, se a Constituição realiza algum reconhecimento, o faz afirmando que a língua do cidadão não é a língua do Estado; para o Estado, a língua indígena significa uma língua de museu. Assim, dois conceitos funcionam desde a Constituição de 1988: um que concebe a língua portuguesa como instrumento e marca de civilização, modo como é compreendida desde o período colonial; e outro que só funciona no nível da caracterização dos povos indígenas, tomando a língua desses povos como um língua de cultura. Nesse sentido, “a língua do Estado é uma língua de civilização, a língua do mundo civilizado; a Língua Portuguesa” (GUIMARÃES, 2000, p. 179), e o funcionamento destes conceitos dividem os brasileiros aos mostrá-los diferentes, mesmo quando se trata de estabelecer princípios de igualdade entre os homens.

Mais tarde, ao refletir sobre a enunciação e políticas de línguas no Brasil, Guimarães (2003) retoma essa questão, afirmando que as divisões de língua são sempre divisões políticas e que a distribuição não é igualitária:

Para mim, as línguas funcionam segundo o modo de distribuição para seus falantes. Ou seja, as línguas não são objetos abstratos que um conjunto de pessoas em algum momento decide usar. Ao contrário, são objetos históricos e estão relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam [...]. Os falantes são caracterizados histórico-socialmente pelo modo como são tomados pelas línguas (e pelas divisões que as constituem) e assim se distinguem linguisticamente (GUIMARÃES, 2003 p. 47-48).

Desse modo, foi o *valor de civilização* que determinou o espaço de línguas brasileiro, atribuindo um valor positivo aos registros formais dos falares prestigiados, que se sobrepõem a outras línguas (menos ou não prestigiadas), e naturalizando a distribuição política das línguas aos seus falantes, como se as normas dessas hierarquias fossem dadas pela natureza.

Levando em conta as considerações expostas sobre as relações entre as línguas e diante das premissas de que i) no encontro entre a materialidade da língua e materialidade da história é que podemos observar o funcionamento da ideologia e de que ii) é no discurso que esse encontro ocorre (ORLANDI, 2007b, p. 20), cabe-nos refletir acerca das relações de sentido presentes nas sequências discursivas que recortamos para analisar o discurso sobre a língua. Para tanto, apontamos alguns questionamentos: Qual a imagem que o viajante tem da língua do índio, do negro, do habitante do Rio Grande do Sul do século XIX? Qual a imagem que o sujeito gaúcho tem de sua língua? Qual a imagem que o viajante tem do Museu da História Natural, instituição que orienta seu trabalho? Que sentidos são recorrentes no discurso do viajante? Que formações ideológicas determinam o dizer do viajante? Por que o viajante opta por rezar utilizando uma Bíblia inglesa? Por que ele solicita, em português, ajuda aos seus acompanhantes de viagem, quando se sente indisposto? Quais sentidos perpassam as diferentes situações em que Saint-Hilaire descreve suas relações com a língua? Que efeitos de evidências estão subjacentes aos diferentes usos que faz da língua? Que sentidos se repetem? Qual o funcionamento dessa repetição? Que sentidos deslizam? Que posições de sujeito afetam o dizer do viajante? Que posições determinam os sentidos que se repetem e os sentidos que deslizam? Que formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito?

A fim de tentar responder (ainda que minimamente) essas questões, é preciso lembrar que Saint-Hilaire é um viajante, mas é também um cientista, estudioso, francês, representante

do Museu da História Natural de Paris e, por isso, seu relato tem status de científico, mas, principalmente, lembrar que Saint-Hilaire vem da Europa, ou seja, seu discurso está também circunstanciado pela formação discursiva do homem civilizado, que faz parte do Velho Mundo (mundo do colonizador), francês, portanto, representante do país que acredita “carregar a civilização para o progresso” (STAROBINSKI, 2001, p. 36). Ademais, no período da viagem ao Rio Grande do Sul, a única língua que deveria ser ensinada no Brasil era a língua portuguesa, a língua do colonizador, do homem civilizado.

A fim de dar visibilidade a alguns sentidos estabilizados no discurso de Saint-Hilaire sobre a língua, eis o processo parafrástico da relação do viajante com língua:

DISCURSO SOBRE A LÍNGUA DO HOMEM CIVILIZADO
SD1: Deixei-o estupefato lendo-lhes as palavras de sua língua [...]. Achou-as quase todas exatas e deu-me outras , que copio em seguida a este diário.
SD2: “Meus amigos”, disse-lhes eu em português , “sinto que vou morrer neste deserto, longe da minha família e de meu país; rondam-se sombras da Morte [...]. Matias eu lhe perdôo pelo mal que me fez. Laruotte, saiba que minhas coleções pertencem ao Museu da História Natural; meus manuscritos devem ser remetidos à minha família”. Quis falar em francês, mas só se apresentavam à minha memória palavras portuguesas [...].
SD3: Abro a minha Bíblia inglesa e caio nas palavras do Salmo XXIX: The voice of the Lord is upon the Waters...

Quadro 3 – Discurso sobre a língua do homem civilizado

A partir da leitura das sequências acima, percebemos que, na SD1, referente ao momento em que Saint-Hilaire lê em voz alta as palavras indígenas anotadas em seu diário⁴⁰ para um índio falante dessa língua, o discurso começa a nos apontar as contradições dela constitutivas, pois, ao mesmo tempo em que o viajante deixa o outro “estupefato”, ou seja, aparenta surpreendê-lo, ele também nos diz que o índio achou as pronúncias “‘**quase**’ todas exatas”. Esse advérbio coloca em xeque a exatidão da pronúncia e, assim, embora a língua seja “quase” a mesma, ainda é outra. Nesse contexto, a língua do viajante é a língua em contradição, porque é falada, mas pode ser escrita; é quase a mesma, mas é outra.

A SD2 nos mostra que a língua falada pelo viajante, naquele momento, é o português, que é a língua trazida pelo colonizador. Por outro lado, sabemos que essa não é a língua materna do viajante. Nesse caso, a língua falada é a língua da civilização (do colonizador), mas, ainda assim, é outra, diferente, porque é a portuguesa e não a francesa. Na SD3, Saint-Hilaire

⁴⁰ Para uma visão mais precisa da cena, rever sub-capítulo 1.2.

apresenta-se como leitor da Bíblia que é inglesa, isto é, escrita em outra língua também representante do mundo civilizado, mas que não é a sua língua, a francesa.

Desse modo, o que vemos nas sequências acima é que há sentidos regulares, que se repetem: há uma língua ou línguas (a escrita, a civilizada) e há a língua do outro (exótica, falada, não instrumentalizada, não-civilizada), que atravessa a(s) língua(s) do homem civilizado. E são essas regularidades que nos permitem dizer que a formação discursiva dominante que rege o discurso das SD1, SD2 e SD3 é a do cientista, que, por ser um estudioso, viajante, conhece muitas línguas (indígena, francesa, portuguesa, inglesa). Mas sabemos que a formação discursiva é a manifestação no discurso de uma determinada formação ideológica, de uma posição dada, em uma conjuntura dada e determinada pela luta de classes, que determina o que pode e deve ser dito. Por isso, embora possa haver uma formação discursiva dominante, compreendemos também que há um jogo entre o mesmo e o diferente, que um discurso se relaciona com outro, e que o sujeito pode dizer de formas diferentes de acordo com os efeitos que pensa produzir. Desse modo, pensando na multiplicidade de sentidos possíveis, postos no interdiscurso e que podem vir à tona numa situação discursiva dada, de acordo com as relações de força (que são determinadas pelos diferentes posições do sujeito e pelas condições de produção), devemos também dar atenção às condições de produção em sentido estrito. Para isso, focamos nosso olhar nas circunstâncias da enunciação⁴¹ da SD2, em que o viajante encontra-se doente, e as condições de produção fazem com ele decida usar a língua do outro, na luta pela sobrevivência:

“Meus amigos”, **disse-lhes eu em português**, “sinto que vou morrer neste deserto, longe da minha família e de meu país; rondam-se sombras da Morte [...]. Matias **eu lhe perdôo** pelo mal que me fez. Laruotte saiba que minhas coleções pertencem ao Museu da História Natural; meus manuscritos devem ser remetidos à minha família”. Quis falar em francês, mas **só se apresentavam à minha memória palavras portuguesas** [...]. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 242, grifos nossos).

Essa sequência, ao mesmo tempo em que repete sentidos alojados em uma FD, a do Cientista, também reproduz sentidos de outra FD, haja vista que uma FD não é nunca um bloco homogêneo, podendo sempre ser atravessada por outra. Desse modo, a SD2 faz emergir sentidos estabilizados (como o de que o viajante é um homem que conhece muitas línguas e sabe usá-las porque é um homem civilizado e isso pode ser comum aos homens do Velho

⁴¹ Eni Orlandi (2007a, p. 30-31) divide as condições de produção em sentido amplo (contexto sócio-histórico, ideológico) e sentido estrito (contexto imediato, circunstâncias da enunciação).

Mundo); por outro lado, o contexto imediato (que é do homem que está em terras estranhas, sentindo-se doente, à beira da morte⁴², longe de sua família) faz a expressão “disse-lhes eu em português” produzir outros efeitos de sentido, saindo da concepção de “homem que conhece muitas línguas, de cientista que mostra que compreende várias línguas”, e indo para uma concepção de “homem que precisa ser compreendido, precisa ser ouvido”. Nesse caso, as relações que se dão entre as línguas são diferentes porque as relações de poder também são diferentes. Afinal, embora continue sendo o cientista, o homem civilizado, naquele momento o imaginário que o viajante faz do funcionamento do seu dizer o faz “dizer-lhe em português”, porque na posição em que se encontra, como um homem doente, seu dizer é atravessado pela FD da religião, que lhe faz implorar (“Matias eu lhe perdôo pelo mal que me fez.”) pelo cuidado com os seus bens, coleções e manuscritos – os quais pertencem ao mundo do científico, pois guardam anotações dos seus estudos –, recorrendo a um dizer próprio do discurso cristão. Assim, o viajante só consegue lembrar-se de palavras da língua portuguesa, pois no seu imaginário a sua vida está sob os cuidados daqueles que são falantes dessa língua. Portanto, formações discursivas distintas cruzam-se e significam diferentemente, colocando em jogo as posições daqueles que dizem, porque as palavras mudam de sentido segundo as posições ideológicas dos inscritos no discurso. E esse jogo parafrástico evidencia as repetições, reiterando a ideia de uma língua que está para o mundo civilizado e deve ser ensinada aos não-civilizados, mas, ao mesmo tempo, o viajante – diante da necessidade de se fazer ouvir em outra conjuntura, em diferentes condições de produção, inscrevendo-se em outra formação discursiva, a do estrangeiro – traz à tona um novo sentido para a língua, o de necessidade. É pela/na língua que outra memória é acionada. E isso ocorre porque

[...] não é da língua que está se tratando, mas de discurso, quer dizer, de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua, no sentido que os lingüistas dão a esse termo, mas que se realiza na língua: não na ordem do gramatical, mas na ordem do enunciável, a ordem do que constitui o sujeito de seu discurso e ao qual ele se assujeita em contrapartida (COURTINE, 1999, p. 16).

Então, *a língua é a língua da necessidade*. É nesse momento que o discurso científico perde espaço para o discurso que é corriqueiro, numa situação cotidiana em que se está enfrentando problemas comuns (dores estomacais) e quando, então, busca-se solução para os

⁴² O contexto de produção dessa sequência diz respeito a uma intoxicação que Saint-Hilaire sofreu ao experimentar o mel de abelhas selvagens.

problemas junto à língua daqueles que considera inferiores, buscando a piedade dos homens não-civilizados. E é porque não há sujeito sem linguagem e nem discurso que funcione de modo isolado (cf. HENRY, 2013) que Saint-Hilaire decide usar palavras portuguesas.

Observadas as relações do viajante com a língua e partindo do pressuposto de que “todo discurso se delinea na relação com os outros (ORLANDI, 2007a, p. 43)”, buscaremos perceber alguns efeitos de sentido que se repetem no discurso sobre a língua do sujeito gaúcho:

DISCURSO SOBRE A LÍNGUA DA ESCOLARIZAÇÃO
SD9: Há um cura em São Nicolau, mas não o conheci, porque se encontrava em sua chácara. No mesmo povoado há também um mestre-escola de origem guarani, e que ensina a ler, escrever e contar a uma dúzia de crianças. Estive em sua casa enquanto dava aula; cada criança tinha à mão um pedaço de papelão, onde estavam escritos, pela do mestre, em letras muito bem feitas, alguns versículos da Bíblia .
SD10: Em São Luís e São Lourenço, não há sacerdote nem mestre-escola, mas aqui há um cura, e um jovem guarani que ensina ler às crianças ”.
SD11: O segundo francês que fui ver é um homem culto, mas muito singular. Há muito tempo deixou seu país, <i>fala perfeitamente o português e compõe até versos nessa língua</i> (...) demonstra ter bom senso, instrução, alegria (...). Fiquei sensibilizado pelo ar de persuasão e simplicidade com que me falou (...) “Tenho a missão”, disse-me ele, “de lhes ensinar o evangelho; falo do Menino Jesus represento-O belo e bondoso, tal como deve ser, e lhe proponho tomarem-no por modelo”.
SD12: Entre os índios que trabalham na chácara do administrador, encontrei um que fala muito bem o português, coisa rara entre aqueles que jamais foram soldados .

Quadro 4 – Discurso sobre a língua da escolarização

A partir da leitura do quadro 4, percebemos que há, recorrentes nas SD9, SD10 e SD11 e SD12, efeitos de sentido construídos pelas diferenças entre a língua da civilização e a da não-civilização. Vemos, nessas sequências, no que diz respeito ao ensino da língua, que a civilização impõe-se sobre as línguas não-civilizadas, pois a língua que deve ser ensinada (cf. SD9 e SD10) é a da bíblia, privilegiadamente acessada pelos sacerdotes e representante, portanto, da civilização.

O quadro acima sintetiza as referências positivas àquele que fala, escreve, ensina o português (*letras muito bem feitas; fala perfeitamente; muito bem o português*), apontando a língua do outro como a língua que não é, e o índio como aquele que não sabe, e mesmo quando o elogia, acrescenta a ressalva que o fato é raro. Vê-se, portanto, que o discurso presente nessas sequências está determinado pela formação discursiva do colonizador, que deseja o

português como a língua dominante e, por isso, precisa ensinar a língua do homem civilizado ao índio, ensiná-lo bem. E entre um movimento e outro dos sentidos presentes no discurso dos relatos, percebe-se o funcionamento de um dizer que vai dizendo sobre o modo como as relações de força entre as línguas são distribuídas: o viajante também é europeu, assim como o colonizador, e está no Brasil a serviço de um país europeu, assim como o colonizador. Portanto, colonizador e viajante representam o Velho Mundo, o mundo civilizado, enquanto que o índio é o selvagem, que deve ser civilizado, deve aprender a ler a língua do colonizador, aprender a língua portuguesa, aprender a fé, que é cristã, que é fé do mundo colonizado. E assim se acentuam as diferenças entre o homem civilizado e o não-civilizado, e a língua é o critério para o viajante julgar o outro. Para o viajante, o “português” só é perfeito (conforme atesta o advérbio “perfeitamente”, da SD11) quando falado por um dos seus, um homem francês. Por isso o índio precisa ser ensinado, para se tornar perfeito, e deve ser ensinado pela Bíblia, moldado pela religião. Pelas condições de produção do viajante, pela formação discursiva dominante que é a do colonizador, a língua do outro deve ser silenciada. Além disso, a língua do outro (indígena) não é instrumentalizada, por isso pode ser silenciada. Assim dividem-se civilizados e não-civilizados: pela língua. Se a língua é o elemento civilizador e se pela civilização pode-se ter acesso a qualquer recurso (Cf. STAROBINSKI, 2001), então é necessário que os índios, os não-civilizados, sejam expostos aos treinamentos militares (SD12). Desse modo, treinando-se a língua, treina-se o homem. Ensina-se a língua da civilização e, logo, os homens serão civilizados. Nessas sequências percebemos que a língua indígena é silenciada, porque não interessa ao colonizador esta língua. E o índio aparece no discurso do viajante pela sua relação com a língua portuguesa aos olhos do viajante: ao ser silenciada a língua do “bárbaro”, é pela língua portuguesa que o índio passa a existir, significar. Desse modo, para o índio existir, é preciso que a ele seja ensinado o português. Apropriar-se da língua passa a ser uma questão de formação identitária, e não é apropriar-se da língua de qualquer modo, é uma espécie de aparelho civilizatório que passaria a funcionar.

Portanto, *a língua* desse sujeito brasileiro do sul, que é o sujeito gaúcho (e que tem uma linguagem própria, regionalista), nesse caso, *é a língua apagada, silenciada* pela língua do outros, pelas línguas da civilização. E porque os discursos se entrecruzam, constatamos, na observação no quadro 3 e 4, que alguns saberes permanecem carregando os mesmos sentidos, cristalizando alguns sentidos: o viajante conhece as línguas da civilização, o índio não é civilizado, há uma língua civilizada que deve ser ensinada para civilizar o colonizado, mas há

também outros dizeres que significam diferentemente... Observemos, no quadro 4, alguns exemplos das especificidades do vocabulário da língua portuguesa no/do Brasil, que chamam a atenção de Saint-Hilaire, especificidades que são evidenciadas por Saint-Hilaire, afinal ele conhece as outras regiões do país. Abaixo, apresentamos algumas descrições acerca de palavras tomadas como diferentes e que precisam ser definidas pelo viajante:

DISCURSO SOBRE A LINGUAGEM GAUCHESCA
SD6: Reúne-se o gado, de tempos em tempos, em cada fazenda; homens a cavalo cercam o campo; vão gritando alto e ajuntando os animais por um local apropriado. Lá o gado fica reunido durante alguns dias; depois o conduzem para o campo, deixando-o em plena liberdade. A essa prática chamam fazer o rodeio , e ao lugar onde prendem os animais são o nome de rodeio , assim como também à área de terreno cercada para essa espécie de batida (grifos do autor).
SD7: Como já tenho dito, não há aqui nascentes, nem fontes de água doce, mas atrás da cidade [...] os negros vão buscá-la em barris e retiram-na do poço com chifres de bois, no meio dos quais é introduzida uma vara comprida, instrumento que eles chamam de guampa [sic]. (grifo do autor).
SD8: Os homens que encontrei por aqui usam um chiripá , pedaço de tecido de lã do qual se faz um cinto e que cobre as cochas, descendo até os joelhos como um saiote. Vestem calças largas de um tecido de algodão feito em casa, e a extremidade de cada perna termina em franjas, acima das quais há muitas vezes um ponto aberto (à jour). Nenhuma proporção entre a maneira de trajar dos homens e das mulheres; estas se vestem como damas, os homens um pouco melhor que nossos camponeses da França (grifo do autor).

Quadro 5 – Discurso sobre a linguagem gauchesca

As sequências apresentadas neste quadro diferem, um pouco, das sequências anteriores, já que não estão vinculadas a um modo de falar e/ou ensinar/aprender uma língua; mas dizem respeito, ainda, à língua. E porque sujeito e sentido se repetem, mas também se deslocam, há outros dizeres carregando os mesmos sentidos, mas há dizeres trazendo outros sentidos. Por tudo isso, é preciso pensar que o discurso do viajante francês está projetado, especialmente, para franceses, europeus, cientistas, para o Museu Natural de Paris, para as gentes civilizadas, e que, por isso, o viajante está em prol do ‘bem da humanidade’ e deve contar aos civilizados sobre o mundo que está em processo de civilização. Para tanto, estabelece comparações, sobrepondo, geralmente, o que é do civilizado ao que é do não-civilizado, do colonizador ao do colonizado.

Desse modo, ao observarmos as sequências dispostas nos quadros 3 e 4, percebemos que há uma dominância da formação discursiva do civilizado sobre a formação discursiva do cientista, pois há um juízo de valor constante sobre o uso da língua, com uma supervaloriza-

ção da língua que é do Velho Mundo. Além disso, embora o viajante tente ser objetivo, dando ao seu discurso um caráter descritivo-científico, com extensas descrições, o sentido desliza. E é nesse sentido que podemos dizer que, nas sequências do quadro 5, os sentidos começam a se deslocar. Das comparações, principalmente entre a língua indígena e a(s) língua(s) da civilização, as observações passam a se deter na língua que vamos chamar de linguagem regionalista⁴³, quando se trata de termos gaúchos (palavras/verbetes usados pelos habitantes do Rio Grande do Sul, pelos gaúchos em geral; o homem gaúcho, o que representa o centauro, o negro, o índio). Então, a formação discursiva predominante do discurso passa a ser a do cientista, que se demora nas descrições e comparações minuciosas que traça sobre os verbetes, a fim de explicar com detalhes o funcionamento desses que estão vinculados aos costumes e à cultura do sujeito gaúcho, como em “rodeio”, “guampa”, “chiripá” entre outros. Ao registrar os verbetes acima, Saint-Hilaire os descreve como se desejasse torná-los visíveis aos olhos do seu leitor, cercando-os de observações. Observemos melhor o exemplo de *chiripá*:

Os homens que encontrei por aqui usam um **chiripá**, pedaço de tecido de lã do qual se faz um cinto e que cobre as cochas, descendo até os joelhos como um saiote. Vestem calças largas de um tecido de algodão feito em casa, e a extremidade de cada perna termina em franjas, acima das quais há muitas vezes um ponto aberto (à jour). Nenhuma proporção entre a maneira de trajar dos homens e das mulheres; estas se vestem como damas, os homens um pouco melhor que nossos camponeses da França. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 123-124)

A descrição de “chiripá” encerra comentários sobre vários aspectos físicos da peça, como se o viajante buscasse fazer ver seu objeto, torná-lo visível aos olhos do seu leitor, que é francês, ou para quem conhece os modos de vestir da França (“melhor que nossos camponeses da França”), por isso se utiliza de comparações entre os modos de vestir do povo colonizado e os dos franceses. E ao descrever, comparar, detalhar, vai provocando um efeito de transparência e objetividade sobre o que diz, construindo efeitos de uma relação direta entre as palavras e as coisas, entre as palavras e os homens, pois são tantas as descrições em torno da palavra que ela não pode não conter todos os sentidos, não pode provocar ambiguidades, afinal, todos os sentidos estão ali expostos, transparentes na ilusão daquele que acredita ser o mensageiro da ciência e que pode tudo fazer ver, daquele que está tomado pela crença da objetividade/neutralidade do fazer científico.

⁴³ Optamos por essa denominação porque mais tarde esses termos, juntamente com outros, serão incorporados aos Dicionários Regionalistas.

A partir das observações traçadas até aqui, podemos perceber que a SD6, a SD7 e a SD8 apontam para um discurso sobre uma língua que acontece na/pela língua portuguesa, que apresenta um vocabulário próprio, mas na/pela língua da civilização, do colonizado e, por isso, os comentários centram-se na questão semântica dos termos que aparecem ao longo da obra. Além de *rodeio*, *guampa* e *chiripá*, muitas outras palavras recebem comentários sobre o sentido, como é o caso de “chácara”. Esta palavra aparece como subtítulo de um capítulo: “Sentido da palavra **chácara** (p. 253, grifo do autor)”. Em seguida, ao longo do texto, juntamente com anotações sobre o cultivo do trigo, o viajante cumpre o prometido no subtítulo, apresentando o significado da palavra: “A palavra indígena **chácara** significa propriamente plantação. Pouco a pouco os portugueses e espanhóis ampliaram-lhe a significação, e as casas de campo mais aprazíveis nos arredores do Rio de Janeiro têm, atualmente, o nome de chácara (grifo da obra, p. 261)”. O que vemos nesse recorte é que a palavra é indígena, mas, por ter sido absorvida pelos portugueses e espanhóis e por nomear as casas de campo que são mais aprazíveis, ela passa a fazer parte dessa língua da civilização. E, por isso, mesmo sendo indígena, ela é apresentada de modo isolado ao longo do relato, de modo a destacar sua especificidade.

O fato é que há uma língua, que é a portuguesa no/do Brasil, vinculada a uma gramática bem específica, a gramática da língua portuguesa de Portugal. Ao mesmo tempo, há um vocabulário bem próprio do sul do Brasil, um vocabulário que faz parte da oralidade dos falantes do Rio Grande do Sul e que geralmente é contemplado pela literatura.

Chegamos, então, ao quarto momento das nossas observações acerca do discurso do viajante francês sobre a língua e, para isso, detemo-nos nas sequências SD4 e SD5⁴⁴, referentes aos registros de Saint-Hilaire acerca da língua de uma tribo indígena. Essas sequências, que são uma lista de palavras, apresentam um deslocamento maior de sentido em relação às já observadas. Enquanto os quadros 3 e 4 ilustravam registros que silenciavam a língua indígena, apontavam a língua portuguesa como a língua que deveria ser ensinada (a língua do colonizador) e exaltavam a língua francesa como a língua do homem civilizado, as sequências do quadro 5, por sua vez, tratam do discurso do viajante acerca de uma língua cujo vocabulário não era próprio do colonizador, mas significava na/pela língua portuguesa. As SD4 e SD5, por outro lado, fazem referência a um discurso sobre a língua indígena, que não está instrumenta-

⁴⁴ Optamos por não descrever inteiramente as sequências, porque estamos concebendo-as como uma “lista de palavras” e, na medida da necessidade, retomaremos informações que estão postas na lista, reescrevendo-as parcialmente e/ou de acordo com a relevância que possam ter para a análise.

lizada e que precisa de tradução sob a forma de dicionário, já que nem o índio escreve a própria língua. Essa peculiaridade nos leva a pensar sobre: i) a relação entre os relatos de viagem e a instrumentação das línguas e ii) as relações entre paráfrase e polissemia; porque se os verbetes (ou expressões) que são destacados por Saint-Hilaire apresentam-se diferentemente na obra, isso também implica leituras desiguais acerca do modo como os registros sobre a língua relacionam-se com a instrumentação das línguas; ou seja, há, no mínimo, duas questões em funcionamento: a primeira diz respeito à lista de palavras da língua guaicuru (SD4 e SD5), bem como de outras palavras da língua indígena que aparecem ao longo do relato e que estão sempre acompanhadas de tradução; a segunda é relativa às especificidades da língua do centauro e/ou regionalista (sequências discursivas do quadro 5), que também apresenta tradução, mas que, pela convivência do viajante com o sujeito falante, oferece mais facilidade de compreensão e, por isso, Saint-Hilaire não a descreve detalhando-a fonética/fonologicamente, mas considerando-a, essencialmente, sob aspectos semânticos.

Observando esses deslocamentos entre as descrições, percebemos que, no primeiro caso, Saint-Hilaire contribui para o processo de dicionarização, apontando verbetes característicos de uma região e de uma língua que é outra, indígena; e, no segundo caso, trata-se de uma linguagem, que é própria do habitante do Rio Grande do Sul, mas que acontece na língua portuguesa. Assim, ambos os casos dizem respeito à manutenção de um saber sobre a língua, sem uma preocupação com a gramatização, pois o objetivo dos registros é servir a um leitor específico, interessado pela cultura e pela história da língua e do sujeito dessa região, o que, num primeiro momento, correspondia ao estrangeiro, ao francês. Ao mesmo tempo, enquanto marcas de um discurso lexicográfico, que se apresentam sob a forma de listas de palavras, verbetes, frases, canções, etc., esses relatos produzem um controle dos sentidos e, conseqüentemente, passam a instaurar uma regra para a formação de outros dizeres, significando, por isso, um discurso fundador sobre um povo, sobre uma língua. E é nesse sentido que as relações entre paráfrase e polissemia vêm à tona, pois se percebe uma repetição constante no discurso que supervaloriza a língua do colonizador e/ou do homem civilizado, enquanto a língua indígena é silenciada, ou negada. Esse discurso está regido pelas condições de produção da época, pois o país se encontrava em processo de colonização, exercido por Portugal e, por essa razão, a única língua que deveria ser ensinada era a língua portuguesa. Mas se, em alguns momentos, Saint-Hilaire silencia a língua indígena e ressalta os valores da(s) língua(s) da civilização, em outro momento, descreve, mesmo sob a comparação constante com a língua

francesa, a língua indígena, que é a “língua proibida”. E assim, porque “todo texto é heterogêneo do ponto de vista de sua constituição discursiva, ele é atravessado por diferentes posições sujeito, em sua relação desigual e contraditória com os sentidos, com o político, com a ideologia (ORLANDI, 2012, p. 115).” Numa paráfrase, dizemos: porque todo discurso é heterogêneo é que o viajante silencia a língua indígena, exalta a língua do colonizador, mas ressignifica o já dito, registrando uma lista de palavras indígenas e, quiçá, contribuindo para que essa língua, mais tarde, seja pelo menos considerada uma *língua de cultura*, haja vista que, para a História das Ideias Linguísticas, os relatos são considerados as primeiras marcas de um discurso lexicográfico.

Percebemos, pelo exposto até aqui, que a língua do outro exerce um fascínio sobre o viajante estrangeiro. Mesmo defendendo a língua do colonizador, do homem civilizado, ele não deixa de trazer à tona a língua do outro, seja com o registro de listas de palavras indígenas, de termos próprios da linguagem gauchesca seja com um pedido de socorro pelo uso da língua do outro. Então, há sentidos repetidos para a língua, que estão atrelados à formação discursiva do colonizador, do homem civilizado, mas há sentidos outros que surgem das necessidades do homem, que surgem da curiosidade do pesquisador, do fascínio pelo Novo Mundo, que contrastam com o lugar daquele que é civilizado, que tudo sabe. “Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (ORLANDI, 2007a, p. 44), por isso, a língua significa diferentemente no discurso de Saint-Hilaire: ora a língua é uma, ora a língua é outra, ora a língua só pode ser uma, ora a língua deve ser a do outro.

Eis, então, as questões que retornam: Qual a noção de língua presente no discurso do viajante? Uma língua imaginária, a da civilização? Uma língua partida, porque heterogênea? Poderíamos dizer que há uma língua imaginária, que está vinculada ao imaginário daquele que deseja civilizar, dominar, colonizar. Mas há uma língua e há línguas, e uma língua afeta a outra. Além disso, o sujeito é heterogêneo, atravessado pela ideologia, e o viajante estrangeiro se encontra nessa tensão entre línguas. Tem-se, então, no discurso do viajante, uma *língua partida*, língua que, conforme Medeiros e Petri,

[...] é imaginária, mas cuja partição se dá num espaço de tensão, indicando sua fluidez. Isso significa dizer que não estão separadas por um estatuto (embora vocabulários, glossários e discursos sobre a língua engendrem fronteiras regionais), mas que há uma língua que não pode ser tomada como una. (MEDEIROS E PETRI, 2013a, p. 46).

O viajante, nesse caso, convive, no Rio Grande do Sul, com uma língua que é */está partida*, haja vista a influência das várias línguas que estão em tensão: portuguesa, francesa, indígena. A língua do sujeito gaúcho é , portanto, uma língua heterogênea, jamais una.

3.4.2 Constituição do discurso sobre o sujeito

O jogo que se estabelece entre homem civilizado e homem não-civilizado leva-nos a refletir sobre o modo como se dá essa divisão/partilha entre quem relata, descreve e quem/o que é relatado, descrito. Michel Pêcheux, ao propor uma reflexão sobre o funcionamento da ideologia, afirma que é esta, através do hábito e do uso, que designa, ao mesmo tempo, “*o que é*” e o “*que deve ser*”⁴⁵ (2009, [1995], p. 146). Para o autor, “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão” (Ibidem). Segundo ele, “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido *segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*”⁴⁶, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas” (Ibidem). Podemos perceber nesse fragmento que o lugar (ideológico, discursivo) do sujeito é fundamental para determinar os sentidos (das palavras, das expressões, das proposições). Nesse caso, estamos pensando naqueles que rompem com o silêncio, mas nossa questão é ainda sobre o momento anterior. Considerando que “o ato de falar é separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo” (ORLANDI, 2007b, p. 27), refletimos, pois, sobre a seguinte questão: o que permite que uns possam falar, escrever, ler o mundo do/sobre o outro, separar, distinguir, partilhar (ou não, silenciar) o mundo com os outros?

Saint-Hilaire, ao relatar o que via durante a viagem, produzia um trabalho de socialização do saber com o resto do mundo. Segundo Pêcheux, “desde a Idade Média a divisão começou no meio dos clérigos, entre alguns deles, autorizados a ler, falar e escrever em seus nomes [...] e o conjunto de todos os outros” (1994, p. 57), cujos gestos de cópia também constituíam uma leitura, mas que impunha ao sujeito-leitor um apagamento de si. A essa divisão entre autorizados a ler e os não autorizados Pêcheux denomina “divisão social do trabalho de leitura” (1994, p. 58), porque esta se inscreve numa relação de dominação política: “a alguns o direito de produzir leituras originais, logo interpretações, constituindo ao mesmo tempo atos políticos [...], a outros a tarefa subalterna de preparar e sustentar [...] as ditas interpretações” (Ibidem). À luz do que é postulado por Pêcheux, acreditamos que assim também ocorre com os discursos dos relatos. Notemos acima que o verbo “dever” (posto lá nas palavras de Pêcheux) retorna nas palavras de Orlandi (1990, p. 50): “falam, lêem, escrevem, interpretam, aqueles que estão designados para isso, por que é a ideologia que designa o que pode e deve

⁴⁵ Grifos do autor.

⁴⁶ Grifos nossos.

ser dito”. Acrescentaríamos dizer que assim como é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, é ela também que fornece as evidências para que “todo mundo saiba” o que *deve* a cada um: um, falar; outro, ser falado.

Ao refletir sobre a divisão social do trabalho de leitura, pensamos que a proposta de Rancière se aproxima dessa compreensão de Pêcheux. Para Rancière, a partilha do sensível consiste na “existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (2005, p. 15). Segundo ele, “a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (Idem, p.16). Para comprovar essa ideia, Rancière, recorre a um exemplo de Platão e diz: os artesões não podem participar das coisas comuns porque eles não têm tempo para se dedicar a outra coisa que não seja o trabalho. Acrescenta ainda que “eles não podem estar em *outro lugar* porque *o trabalho não espera*” (Idem, p. 17, grifos nossos). Esta reflexão é proposta pelo autor para pensar o funcionamento da ficção, porque para ele a questão da ficção é apenas uma questão de distribuição dos lugares. Mas o que, afinal, a ficção tem a ver com esse estudo sobre relatos de viagem? Nossa resposta está no próprio Rancière, pois, como já dissemos anteriormente, “o relato se caracteriza originariamente por sua incerteza”. Mais ainda, afirma Rancière, “escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade” (Idem, p. 58)!

A partir das reflexões acima, apresentamos abaixo as sequências⁴⁷ discursivas relativas ao discurso sobre o sujeito gaúcho, presentes em *Viagem ao Rio grande do Sul*, observando o modo como o viajante partilha aquilo que lhe é sensível: o outro (habitante da terra), discutindo também alguns efeitos de evidência produzidos pelo que é constitutivo do homem, do discurso, da história: a ideologia.

DISCURSO SOBRE O SUJEITO GAÚCHO
SD13: Encontrei no caminho os índios de que falei ontem, esses infelizes, acompanhados de mulheres e filhos, todos andrajosos, nada possuem além de seus magríssimos cavalos.
SD14: Esses homens são de estrutura baixa, peito exageradamente largo, rosto de um bistre carregado, cabelos negros e lisos, pescoço muito curto, fisionomia verdadeiramente ignóbil . O alferes fez o elogio de sua docibilidade . Alguns haviam fugido com o propósito de voltar para os pagos, atravessando a grande cordilheira; mas, encontrando na passagem da serra obstáculos insuperáveis,

⁴⁷ Os recortes foram selecionados de modo aleatório, quando buscamos apenas ilustrar parte do discurso do viajante que se sobrepõe como civilizado diante do não-civilizado.

voltaram e foram capturados.
SD15: Os homens, geralmente muito claros e de cabelos e olhos da mesma cor que os das mulheres, eram grandes e bem feitos; desembaraçados, mas sem a brandura que caracteriza os mineiros .
SD16: Como quer que seja, os prisioneiros guaranis são, em geral, homens de baixa estatura, mas parecendo pequenos, em razão do corpo apresentar desmesurada largura, têm pescoço muito curto, cabeça grande e alongada, cara muito larga, olhos compridos, estreitos e pouco divergentes; sobrancelhas negras, bastas e arqueadas, nariz comprido e grosso, boca muito grande; cabelos pretos e lisos; pele roxo-amarelada e as nádegas volumosas. Entre esses traços, os que distinguem particularmente das outras tribos que tenho conhecido, até agora, são a forma alongada da cabeça, a ligeira divergência dos olhos e o comprimento do nariz; tem ainda espáduas e peito mais largo e os membros geralmente mais carnudos. Os guaranis são feios e mostram na fisionomia uma expressão de baixeza, devido talvez unicamente ao sentimento de sua inferioridade, à dependência em que vivem habitualmente , e ao estado de cativo a que se encontram atualmente reduzidos. Mas, examinados com atenção, percebe-se, entre os traços repugnantes que os caracterizam, um ar de docilidade, indicador de seu bom caráter.
SD17: Este homem aparenta uns quarenta anos; grande, ereto, algo de nobre na fisionomia; a cor é de um bistre acobreado, a cabeça, grande e redonda, os cabelos muito negros e lisos, os olhos singularmente arqueados, o torác extremamente largo. Por vestimenta usava um ponche que, preso ao redor da cintura por um cinto de couro, passava de um lado sob a axila e, do outro, sobre os ombros onde as pontas eram ligadas.
SD18: Como já tenho redito, os habitantes desta capitania passam a vida , por assim dizer, a cavalo e, frequentemente, transportam-se a grandes distâncias com tal rapidez, que parece superior às forças humanas. Um moço, conhecido meu, acaba de percorrer em dois dias as sessenta léguas portuguesas, do Rio Grande a Santa Tereza. Entretanto, um exercício tão violento acarreta, quase sempre, graves inconveniente à saúde; ocasiona, mais de uma vez, hemorragias, não sendo raro verem-se, nesta região, pessoas com aneurismas.
SD19: Nesta capitania acresce ainda, outra modalidade cruel: a facilidade com que os habitantes podem renovar seus cavalos os impede de se afeiçoarem a estes, podendo impunemente tratá-los sem piedade alguma ; vivem, por assim dizer, em matadouros; o sangue dos animais corre incessantemente em torno deles e, desde a infância, se acostumaram ao espetáculo da morte e dos sofrimentos. Não é, pois, de estranhar se eles forem, ainda, mais insensíveis que o resto de seus compatriotas. Fala-se aqui das desgraças alheias com o mais inalterável sangue-frio . Conta-se que um navio naufragou e a tripulação pereceu afogada, como se relatassem fatos os mais desinteressantes.
SD20: As mulheres têm lindos olhos, são quase sempre bonitas mas de traços pouco delicados e de maneiras pouco graciosas; no entanto, repito, são infinitamente superiores às da capitaniais centrais .
SD21: Logo que entrei, a dona da casa se ocupava em coser, acorçada sobre tábuas, colocadas em cima de pedras e cobertas por uma pele de carneiro. Estava bem apresentável , e ainda que tímida, respondeu às perguntas que lhe formulei. Todas as mulheres que tenho visto do Rio Grande a esta parte são bonitas. De olhos e cabelos negros e, ao mesmo tempo, muito brancas. Superam, certamente, as francesas pela beleza da tez corada .
SD 22: É de notar-se que, para cuidar desse pomar, emprega ele doze negros e, no entanto, três jardineiros franceses seriam suficientes para cultivar muito melhor tal espaço de terra. Os negros são por natureza pouco ativos ; quando livres, geralmente não trabalham senão o estri-

tamente necessário para não morrerem de fome; quando obrigados pelo temor, trabalham mal e com excessiva lentidão.

Quadro 6 – Discurso sobre o sujeito gaúcho

De acordo com as reflexões apresentadas anteriormente acerca do discurso sobre a língua, percebemos que na/pela língua acentuam-se as diferenças entre o homem civilizado e o não-civilizado. O viajante, embora defensor da língua do colonizador, vê-se também fascinado pela língua do colonizado, o que instaura certa contradição no “discurso sobre”. E porque as relações entre sujeito e língua não são estanques é que propomos um quadro para apresentar os movimentos de sentido nas diferentes descrições que irão compor uma imagem de gaúcho, tomando como critério de separação para as diferentes descrições a comparação entre homem⁴⁸ civilizado e homem não-civilizado e/ou o homem bom e o homem mau. Observe-mos as descrições apontadas para o sujeito gaúcho:

HOMEM CIVILIZADO	O HOMEM NÃO-CIVILIZADO
O sujeito é dócil.	O sujeito é infeliz.
O sujeito tem olhos bem feitos [geralmente muito claros e de cabelos e olhos da mesma cor que os das mulheres].	O sujeito é andrajoso.
O sujeito é dócil e tem bom caráter.	O sujeito é fugido/capturado.
O sujeito tem algo de nobre na fisionomia.	O sujeito tem fisionomia verdadeiramente ignóbil.
O sujeito [mulheres] tem lindos olhos.	O sujeito não tem a brandura dos mineiros.
O sujeito é quase sempre bonito [sempre bonitas].	O sujeito é cruel.
O sujeito é infinitamente superior a outros [às da capitania central].	O sujeito é impiedoso; inalterável sangue-frio.
O sujeito é bem apresentável.	O sujeito é feio [Os guaranis são feios].
O sujeito supera outros [certamente, as francesas, pela beleza da tez corada].	O sujeito mostra na fisionomia uma expressão de baixaza. O sujeito é inferioridade.
	O sujeito tem traços repugnantes, traços pouco delicados, maneiras pouco graciosas.
	O sujeito é [Os negros são] por natureza pouco ativo.
	O sujeito não trabalha. O sujeito é lento.
	O sujeito precisa ser forçado a trabalhar.

Quadro 7 – Comparação entre o homem civilizado e homem não-civilizado

O critério da separação de elementos que correspondem ao homem civilizado e ao não-civilizado baseia-se na afirmação de que “o centauro é um homem contraditório, metade homem e metade cavalo, capaz de representar o eterno conflito da condição humana entre o bem e o mal” (PETRI, 2004, p. 104). Entre o bem e o mal, assim, delinea-se a descrição de

⁴⁸ Estamos concebendo “homem”, aqui, no seu sentido universal: homens e mulheres.

Saint-Hilaire acerca do sujeito gaúcho. Desse modo, estando o viajante do lado da civilização, “tudo que não é civilização, tudo que lhe resiste, tudo que lhe ameaça fará figura de monstro ou de mal absoluto” (STAROBINSKI, 2001, p. 33); tudo que não parece com o Velho Mundo é feio, é andrajoso, é cruel, é sangue frio, é ignóbil, é repugnante, é sem piedade, é inferior, é pouco gracioso. Por outro lado, tudo que é parecido com a civilização, com o urbano⁴⁹, é bem apresentado, revela certa docibilidade; tudo que se parece com a corte (urbano) é nobre; tudo que é mais urbano – e o olhar do viajante é do lugar do urbano – tem mais brandura. Quando o outro se parece com o colonizador, com o europeu (homem branco: os homens, geralmente muito claros), é bem apresentável, é bonito, é lindo, podendo até superar a beleza do europeu. Quando o homem não parece com o europeu, recorre-se ao discurso da naturalização da inferioridade de certos homens, caso da SD22, em que o viajante afirma que, por natureza, os negros são pouco ativos e só trabalham quando obrigados, justificando a prática da escravidão. Assim, o outro é bom quando se parece com os homens da civilização e é não-civilizado quando difere dos homens civilizados.

Prestemos atenção nos enunciados a seguir, que reiteram o discurso presente nas sequências acima: a) “Este homem me disse que era paulista e, com efeito, é fácil de comprovar, por sua *polidez* e seu *ar agradável e comunicativo*, coisa rara nesta província” (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 326, grifos nossos); b) “Os índios são em geral os homens mais frios e mais indiferentes que existem no mundo [...] Os negros, *tão distanciados de nós, são contudo superiores aos índios*⁵⁰” (Idem, p. 327, grifos nossos).

Nesses excertos, percebemos um discurso carregado de aspectos negativos que são remetidos ao habitante, mas é possível também perceber que, para dizer isso, o viajante se coloca no lugar daquele que é feliz ou que conhece a felicidade, bem como daquele que sabe vestir-se, andar de modo elegante, que conhece a beleza ou que é belo. Nesse sentido, o que não é dito também significa, também estabelece e guarda sentidos para o mundo e para os outros. São as formações imaginárias que regulam essas relações entre os sujeitos. O viajante diz para o mundo que ele conhece os *belos e felizes*, e, por isso, pode reconhecer nos sujeitos descritos que o que lhes cabe é a infelicidade e a feiura. O viajante diz para o mundo, a partir do seu lugar – de quem sabe e pode dizer – que o outro é feio e infeliz. Também ratifica-se a oposição entre civilidade e não-civilidade, entre o civilizado e o não-civilizado, remetendo o

⁴⁹ É válido lembrar que, segundo Starobinski (2010, p. 20), o urbano está para civilização da mesma forma como o rural está para a não civilização.

⁵⁰ Grifos nossos.

homem *paulista* à civilização – porque nesse período, sabemos, São Paulo já se encontrava mais urbanizado que o Rio Grande do Sul –, enquanto o índio e o negro correspondem aos não-civilizados, mesmo que um seja superior ao outro. Além disso, ao fazer referência a aspectos positivos de alguns homens, o viajante comenta que isso é raro de ser encontrado e, desse modo, nega esses aspectos (polidez, ar agradável, comunicativo) ao habitante. Ademais, não se aproxima nem do homem negro, que é mais elevado, em relação ao índio: “Os negros, *tão distanciados* de nós, são contudo superiores aos índios” (grifos nossos).

Essas observações, portanto, permitem-nos perceber que o discurso do viajante francês, conforme já afirmamos acima, revela um sujeito que se sobrepõe como civilizado diante do não-civilizado, o que não significa que isso lhe é consciente, mas, certamente, que é a manifestação da ideologia, constitutiva de toda relação sujeito-mundo-linguagem. O discurso do viajante é regido pela formação discursiva na qual este sujeito está prioritariamente inscrito, isto é, há uma relação desse discurso com outros já ditos, com o discurso de outros viajantes, também europeus, e os quais também, ao se encontrarem com o novo, partilharam o *diferente* com o mundo, a partir de seus saberes (os do mundo europeu), porque tinham o poder e o dever de assim fazer, instituindo uma história ou histórias para o mundo, para os homens.

E se, por um lado, o discurso do viajante sobre o sujeito gaúcho inscreve-se na formação discursiva do homem civilizado, do colonizador, por outro lado há um cientista, curioso e encantando com a dualidade que vê no outro. Então o cientista demora-se na descrição, como se desejasse mostrar para o mundo como é, fisicamente, o outro, ora não-civilizado, ora dócil, conforme apresentado na SD16. Em seguida, na SD17, temos a apresentação da figura mitológica do gaúcho, o centauro: “*Este homem aparenta uns quarenta anos; grande, ereto, algo de nobre na fisionomia; a cor é de um bistre acobreado, a cabeça, grande e redonda, os cabelos muito negros e lisos, os olhos singularmente arqueados, o tórax extremamente largo. Por vestimenta usava **um ponche** [...]*”. O ponche, aqui, ilustra a relação quase inseparável do homem com o cavalo: sob o ponche, homem e cavalo são um só. Isso também está posto na SD18: “Como já tenho redito, os habitantes desta capitania passam a vida, por assim dizer, a cavalo”. Mas esse homem, o centauro, que parece ter força superior às humanas, não é o mesmo homem da SD13, que “nada possuem além de seus magríssimos cavalos” e da SD19, em que se diz que “a facilidade com que os habitantes podem renovar seus cavalos os impede de se afeiçoarem a estes, podendo impunemente tratá-los sem piedade alguma”. Nas primeiras sequências (SD17, SD18), há a construção de uma imagem de homem bravo, forte, elegante,

amigo do seu cavalo, enquanto as duas últimas (SD13 e SD19) remetem à imagem de homem pobre e cruel.

Diante dessa heterogeneidade do discurso de Saint-Hilaire, retornamos às questões: Até que ponto o efeito de objetividade funciona no discurso do viajante, francês, botânico? É possível construir uma imagem homogênea do sujeito gaúcho através do discurso que se deseja transparente, objetivo, científico? Qual é o sujeito do discurso de Saint-Hilaire? É o índio, é o negro, é o centauro. É a mulher feia, é a mulher pouco graciosa. Assim é o sujeito do discurso de Saint-Hilaire: heterogêneo. São diferentes sujeitos que ele descreve, e todos eles contribuem para a construção da imagem do gaúcho, bom e mau quase ao mesmo tempo, conforme deixa entrever a adjetivação. Afinal, que docibilidade é essa a do sujeito gaúcho que esbarra na afirmação da “quase” exatidão da pronúncia do viajante, que valoriza a tentativa de bem falar do viajante, mas que não se satisfaz diante da não plena identificação com a língua da forma como ele a conhece, língua que na voz do outro parece não ser a sua? É docibilidade que desliza, que resiste!

Desse modo, percebemos que o discurso sempre pode ser outro; que, no interior de uma formação discursiva, outra pode emergir; que o sentido pode ser o esperado (da precisão, da objetividade da ciência), mas pode ser outro, podem ser outros, heterogêneo como o sujeito e como a língua, já que língua e sujeito estão em movimento constante na história e, portanto, vão movendo os sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Viajar! Perder países!//Ser outro constantemente,
Por a alma não ter raízes/De viver de ver somente!
Não pertencer nem a mim!Ir em frente, ir a seguir/
a ausência de ter um fim, / E da ânsia de o conseguir!
(Fernando Pessoa)*

No final deste trabalho, por sabermos que “não existe pesquisa sem exposição ao outro e às bizarras da viagem” (SCHERER, 2000, p. 18), somos tomados pelo desconforto de que ainda muito ficou por dizer, embora seja necessário construirmos um efeito de conclusão para idas e vindas desse trajeto. Assim, o objetivo de fechamento para o texto é de fato ilusório, porque continuaremos a nos perguntar: Como significam as palavras? Como os sentidos são construídos? Como os homens se constituem enquanto sujeitos? Como vamos atribuindo os sentidos para as coisas, para a língua, para os sujeitos, para o mundo? Da mesma forma, continuaremos sem ter todas as respostas, ou então modificaremos nossas dúvidas, nossas certezas; afinal, o(s) sentido(s) sempre pode(m) ser outro(s)...

O propósito deste trabalho foi propor uma reflexão acerca do modo como é construído o discurso sobre a língua e sobre o sujeito nos relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, considerando que os relatos de viagem, muitas vezes por ausência de outras fontes mais seguras, são um lugar privilegiado para se ter acesso a informações acerca dos povos. Além disso, partimos da hipótese de que eles guardam saberes sobre a língua, através de anotações de palavras, termos, etc., podendo, inclusive, às vezes, contribuir na produção lexicográfica da língua, daí decorrendo a relevância dos relatos para este trabalho.

Na busca de alcançarmos tal objetivo, iniciamos nosso trabalho de pesquisa, primeiro, estudando sobre a temática e aliando-a aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, mobilizados no desenvolvimento desse trabalho. Em seguida, refletimos sobre as condições de produção do objeto de análise, bem como sobre a relação destes com os processos de dicionarização/instrumentação das línguas. Logo depois, delimitamos o corpus que seria estudado e apresentamos as análises, buscando explicitar as reiteraões e os possíveis deslocamentos presentes no discurso daquele que é um cientista (e, por isso, construiria um discurso mais objetivo), mas também é um viajante, estrangeiro, seduzido pelo novo.

Em nosso gesto de interpretação, entendido, a partir de Orlandi (1996b, p. 10), como prática simbólica “em meio a outras práticas (sociais)”, o relato de viagem de Saint-Hilaire constitui-se como discurso do sujeito urbano sobre mundos não urbanos, um discurso do sujeito letrado sobre mundos não letrados, do civilizado sobre o não civilizado. E, compreendendo que a linguagem deve ser concebida como *prática simbólica*, observamos as diferentes maneiras pelas quais o viajante esteve relacionado com a língua e com o sujeito gaúcho, os diferentes funcionamentos das diferentes formações discursivas, explicitando os movimentos distintos que as descrições apresentavam.

Da explicitação dos processos parafrásticos, foi possível perceber que o viajante vive em constante tensão com a língua, de uma língua que é partida (Cf. MEDEIROS, PETRI, 2013a), porque sofre influência de várias outras línguas. O discurso sobre a língua é, então, heterogêneo, porque há uma língua que é a portuguesa, há a língua francesa, há a língua inglesa; há uma língua indígena e há uma linguagem própria do lugar. Há a língua apagada, silenciada, e há a língua que deve ser ensinada.

E “tratar da língua e das tensões que nela e por ela se instauram é tratar da questão do sujeito” (Idem, p. 47). Afinal, nem o sujeito nem o sentido significam de forma acabada; estão sempre retornando a algum lugar do dizível, do que já foi dito. Ao mesmo tempo, nessa repetição, algo novo pode fazer ecoar sentindo diferentes, outros. Tem-se, então, a polissemia, apontando para os deslocamentos, os deslizos, os sentidos outros, heterogêneos. Logo, a tensão está estabelecida, entre o já dito e o novo, entre o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissemia, porque os sentidos estão sempre se repetindo; todavia, estão continuamente vulneráveis ao equívoco, ao deslize, afetados pela língua na história.

Desse modo, se há uma língua heterogênea, há também um sujeito heterogêneo, que ora é dócil, ora é cruel, ora é civilizado, ora é não-civilizado. E assim, então, passam a significar língua e sujeito, heterogêneos, porque isso lhes é próprio. Homem e sentido movimentam-se e vão instituindo sentidos para a história. Ademais, isso ocorre porque “vivia-se em um espaço-tempo de conflitos e confrontos em que se instituía sentidos e posições de sujeito em formações discursivas heterogêneas, quando não antagônicas” (SILVA, 2013, p. 305).

Sobre o olhar do estrangeiro, Mariani afirma que “aos olhos dos europeus, os habitantes nativos do novo mundo não são civilizados, portanto, falta-lhes uma série de atributos para alcançar um grau de civilização próximo àquele idealizado na Europa” (2004, p. 24). Entendemos, portanto, que o que há são relações de subordinação, em que uma língua pode *dizer*

sobre outra; uma língua pode *silenciar* a outra. São essas formas de dizer, e de não dizer, que vão construindo também as formas de dominação, de exclusão, de silenciamento dos sujeitos e das línguas desses sujeitos, porque língua e sujeito não se realizam separadamente. É pela linguagem que o homem existe, é pela linguagem que se faz significar, é pelo discurso que podemos observar como os sentidos são construídos. E sabemos que se constituem pelo já-dito e pelo não dito; quando o homem fala e quando se cala.

Assim encerramos nosso trabalho, com a certeza de que não dissemos tudo, mas que precisamos expô-lo aos outros; conscientes também de que, quando trabalhamos com a palavra, corremos um risco e dele não escapamos: “O homem se perde na palavra. Ela é o que escapa, fluxo, escoamento, ferida aberta; expansão em que o corpo se esvazia e se derrama, se dissipa para fora de si mesmo” (COURTINE; HAROCHE, 2001, p. xxi). Enfim, os sentidos interpretados aqui poderão ser outros, e a viagem continua... porque, enquanto houver sujeito e língua, não se encontrará um sentido/destino único, um ponto de chegada.

Desse modo, a viagem, aquela que fazia na infância, enquanto buscava “o sentido” da língua, verdadeiro ou não, completo ou não, continua. Mas hoje porque eu sei que viajamos por viajar, afinal, língua e sujeitos são fluidos.

E o sentido? OS sentidoS...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.

BARRETO, A. Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul, até 1900. In: BARRETO, A.; FERREIRA, A. D. [et. al.]. **Fundamentos da cultura rio-grandense**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962.

CERVO, L. M. **Língua, patrimônio nosso**. 2012. 196 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

CÉSAR, G. **História da literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1971.

COURTINE, J-J. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Traduzido por M. R. Rodrigues. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, C. L (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, J-J; HAROCHE, C. Apresentação. In: DINOUART, A. **A arte de calar**. Tradução de Luis Filipe Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DELEVATI, D. S. Nomeações, descrições e imagens de leitores: considerações acerca das condições de produção de dicionários populares. **Revista Ideias**, Santa Maria, 2010, v. 25, p. 1-14.

_____. Sala de aula de Língua Portuguesa: Lugar de dicionários? Lugar de falantes? Que relações são essas? In: CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, n. 8, 2008, Porto Alegre. **Anais do VIII encontro do CELSUL**. Porto Alegre: EDUCAT, 2008. p. 1-1.

DELEVATI, D. S.; PETRI, V. O uso do dicionário na sala de aula: condições para as contradições. In: PETRI, V. (Org.). **Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos**. Santa Maria: PPGL-Editores UFSM, 2010, v. 1. p. 51-68.

DELEVATI, D. S.; SIVERIS, D. Algumas considerações sobre imagens de leitores no prefácio do Minidicionário Luft. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 28, jan./mar. 2011, p. 45-54.

FLORES, Moacyr. Rio Grande do Sul: guerras e conflitos. **Memorial do Rio Grande do Sul**. Caderno de História, nº 38. Governo do Estado do RS – Yeda Crusius. Secretaria de Estado da

Cultura – Mônica Leal; Memorial do RS – Voltaire Schilling. Disponível em: <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/guerraseconflitos.pdf>. Acesso em: 24 out. 2013.

GADET, Françoise; HAK Toni. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethânia S. Mariani et al. 4ª Ed. – Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

GALMARINO, E. M. W. **Viagem de Auguste de Saint-Hilaire ao Rio Grande do Sul (1820-1821):** o que torna legítima a apreensão de um monumento enquanto documento. 2008. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16064/000692725.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. Língua de civilização e línguas de cultura: a língua nacional do Brasil. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discurso.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2000, p. 169-180.

_____. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Revista Letras.** Programa de Pós-graduação em Letras – UFSM, n. b27, jul./dez. 2003, p. 47-53.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso.** Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

_____. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK Toni. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Tradução Bethânia S. Mariani et al. 4ª Ed. – Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

_____. O discurso não funciona de modo isolado. **Jornal da Unicamp,** Campinas, 16 dez. 2013. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/587/o-discurso-nao-funciona-de-modo-isolado>>. Acesso 17 jan. 2014.

KURY. Lorelai. **Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar.** Disponível em <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano2n1/Texto%20de%20%20Lorelai%20Kury.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2013.

MAESTRI, Mário. **O gaúcho negro: o cativo e a fazenda pastoril.** Disponível em: biblioteca virtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/maestri.rtf. Acesso em 15 mar. 2013.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje**. Tradução Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

NUNES, J. H. Léxico e Língua Nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In.: ORLANDI, E. **História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 71-87.

_____. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Sobre a noção de "dicionário popular"**. Disponível em <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/6.pdf>. Estudos Linguísticos XXXV, p. 1028-1032. Acesso em: 05 out. 2008.

_____. Uma articulação da Análise de discurso com a História das Ideias Linguísticas. **LETRAS**, Santa Maria, jul./dez. 2008, v. 18, n. 2, p. 107-124.

NEVES, G.R.; Martins, L.B.; RADTKE, M.P. **Mapa dos itinerários de Saint-Hilaire: viagem ao Rio Grande do Sul**. 2010. Disponível em <http://www.ihgrgs.org.br/>. Acesso em: 27 dez. 2013.

ORLANDI, E.; SOUZA, T. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In. **Política linguística na América Latina**. Eni Pulcinelli Orlandi (org.). Campinas, SP: Pontes, 1988, p. 27-40.

ORLANDI, E. **Terra à vista: discurso do confronto – velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____. A natureza e os dados: a constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo. In. **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas, SP: UNICAMP, 1994, n. 27, p. 47-57.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996a.

_____. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: CASTRO, M. F. P. (Org.). **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996b, p. 209-218.

_____. **Língua e conhecimento linguístico:** para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. História das ideias x história de vida: entrevista com Eni Orlandi. **Fragmentum**, Santa Maria, Laboratório Corpus: UFSM, 2006, n.7, p.11-50.

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007a.

_____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2007b.

_____. **Língua brasileira e outras histórias:** discurso sobre língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

_____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PAIM, Z. M. V. **O movimento dos sentidos:** de utopia à conversão. 2009. 245 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.) **Gestos de leitura:** da história no discurso. Campinas, SP: UNICAMP, 1994, p. 55-64.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução: Eni P. Orlandi. 5ª Ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2008.

_____. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **O papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010, p. 23-37.

PESAVENTO, S. [**Fala concedida em 2007 para Documentário “Viagem ao Rio Grande do Sul: Saint-Hilaire”**]. Produção do Núcleo de Especiais da RBS TV Porto Alegre. Direção geral da série de Gilberto Perin. Episódio com direção de Hique Montanari. Disponível em: <<http://vimeo.com/16246446>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

PETRI, V. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins. 2004. 322 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004.

_____. Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas, SP: Editora RG, 2011, n. 23/24, p. 25-35. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/index.html>. Acesso em: 24 jan. 2014.

_____. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, SP: Editora RG, 2012, n. 29, p.23-38. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/index.html>. Acesso em: 8 set. 2013.

_____. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. **Revista Letras**. Programa de Pós-graduação em Letras-UFSM, jan./jun. 2013a, n. 46, p.43-66.

_____. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane; (Orgs.). **Análise de Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2013b.

PRUNES, L. M. O Rio Grande do Sul em 1920 através de Saint-Hilaire. **Revista Província de São Pedro**. Porto Alegre, 1955, n. 20, p. 61-71.

_____. O Rio Grande do Sul em 1920 através de Saint-Hilaire (Conclusão). **Revista Província de São Pedro**. Porto Alegre, 1957, n. 21, p. 119-129.

QUEVEDO, J. **História compacta do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

RANCIÈRE, J. **Os nomes da História: Ensaio de Poética do Saber**. São Paulo: EDUC-Pontes, 1994.

_____. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO experimental, ed. 34, 2005.

SARAMAGO, José. Criado em pisa. In: **A bagagem do viajante: crônicas**. S.d. Disponível em: <<ftp://lumatha.dyndns.org/SARAMAGO,%20Jos%E9/SARAMAGO,%20Jos%E9%20%20A%20Bagagem%20do%20Viajante.pdf>>. Acesso em 09 out. 2013.

SCHERER, A. E. As inquietudes discursivas de um orientador. **Revista Letras**. Programa de Pós-graduação em Letras-UFSM, jan./dez. 2000, n. 21, p.11-20.

SILVA, M. V. da. Língua Nacional- Escola Nacional. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane; (Orgs.). **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2013, p.297-310.

SPALDING, W. **Vocabulário Sul-Rio-Grandense**. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Ed. Globo, 1964.

STAROBINSKI, J. **As máscaras da Civilização: ensaios**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STURZA, E. R. Interface português/espanhol: a constituição de um espaço de enunciação fronteiriço. In: **Anais do V congresso brasileiro de hispanistas UFMG**. 2009. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, p. 2537-2545. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/espanhol/Anais/anais_paginas%20_2502-3078/Interface%20portugu%EAs.pdf>. Acesso em 30/11/2012.

OBRA ANALISADA:

SAINT- HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, 1987.

OBRA CONSULTADA:

SCLIAR, Moacyr. **Dicionário do Viajante Insólito**. Porto Alegre: L&PM. 2. ed. 1995.

ANEXO – Mapa dos Itinerários de Saint-Hilaire

Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do RS (2013).

APÊNDICE

Sobre Relatos de um viajante: investigações em torno do processo de construção da história de língua e de sujeito gaúcho⁵¹

Quando participamos da seleção do mestrado, o projeto que apresentamos consistia em uma proposta de análise do discurso do viajante francês de *Viagem ao Rio Grande do Sul sobre a língua do sujeito* gaúcho. E, então, nosso projeto foi assim denominado: *Relatos de um viajante: investigações em torno de um processo de construção da história da língua do sujeito gaúcho*.

De acordo com esse título, dentre nossos objetivos estavam: “Identificar e analisar discursivamente as marcas linguísticas que remetessem à língua do sujeito gaúcho; e/ou identificar marcas discursivas que revelassem a (as) noção (noções) de língua(s) trazida(s) pelo viajante estrangeiro”.

Mas a questão do sujeito também se fazia presente em nossa proposta inicial, quando afirmávamos, em um dos objetivos, que buscávamos *compreender como se dava a entrada das noções de língua e sujeito*. Esse objetivo destoava dos demais, que se voltavam para a questão da língua, e apontava um problema que passou a persistir ao iniciarmos o curso. Afinal, nosso trabalho consistiria em uma análise do discurso sobre a língua ou do discurso sobre o sujeito?

Ao longo dos dias, diante da leitura e releitura do relato, das discussões durante as aulas, dos questionamentos da professora Verli durante uma orientação e outra, decidimos que nosso trabalho seria uma proposta de análise do discurso sobre a língua e o sujeito. Além disso, com a seleção dos recortes que constituiriam nosso corpus, fomos percebendo que somente através da observação da relação entre *língua, sujeito e história*, poderíamos pensar a historicidade constitutiva do discurso. Assim, para o exame de qualificação, já tínhamos resolvido esse problema. Mas outros eram apontados, pois apresentávamos um material mais abundante sobre o sujeito (ou seja, havia mais recortes recorrentes à questão do sujeito). Então, na análise, quando dividimos as sequências discursivas, tentamos equalizar isso, mas ainda estávamos preocupados com risco o de, novamente (pois esse já um problema apontado na qualificação), estarmos separando de modo muito estanque sujeito e língua, já que entendemos que eles se constituem mutuamente para fazer sentido na história. No entanto, por uma necessidade me-

⁵¹ Texto apresentado na sessão de defesa da presente dissertação, no dia 28 de fevereiro de 2014.

todológica, decidimos manter a separação, ainda que incômoda, mas entendendo que língua e sujeito não se constituem separadamente, como podemos observar no exemplo; SD6 (na dissertação, p.66) :

Reúne-se o gado, de tempos em tempos, em cada fazenda; homens a cavalo cercam o campo; vão gritando alto e ajuntando os animais por um local apropriado. Lá o gado fica reunido durante alguns dias; depois o conduzem para o campo, deixando-o em plena liberdade. A essa prática chamam **fazer o rodeio**, e ao lugar onde prendem os animais dão o nome de **rodeio**, assim como também à área de terreno cercada para essa espécie de batida (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 26, grifos do autor).

Vemos, no fragmento acima, que ao dizer sobre a língua diz-se sobre o sujeito ou vice-versa. Essa sequência traz a língua e o sujeito em sua constituição e suas práticas, porque “é no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito se diz” (ORLANDI, 2007, p. 53) e diz sobre o mundo. Talvez pela noção de prática social possamos dar conta do que significa, em nosso trabalho, refletir sobre língua e sujeito: eles se constituem na e pela prática social na qual estão engendrados.

Resumidamente, o caminho percorrido para se chegar à constituição do discurso sobre a língua e o sujeito foi:

- Primeiro, estudamos sobre a temática, aliando-a aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, mobilizados no desenvolvimento desse trabalho.
- Em seguida, refletimos sobre as condições de produção do objeto de análise, bem como sobre a relação destas com os processos de dicionarização/instrumentação das línguas.
- Logo depois, delimitamos o corpus que seria estudado e apresentamos as análises, buscando explicitar processos discursivos, dentre os quais ganharam destaque as reiteraões e os possíveis deslocamentos de sentidos presentes no discurso daquele que é um cientista (e, por isso, construiria um discurso mais objetivo), mas também é um viajante, estrangeiro, seduzido pelo novo.

Nessa trajetória fomos compreendendo o que significa: “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). É desse jogo que tiram seus sentidos.” (ORLANDI, 2007, p. 33). Vejamos como se dá isso no discurso do viajante, numa comparação/contraposição de dois discursos:

A CARTA DE CAMINHA	VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL
<p>[...] a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. (CAMINHA, p.14)</p>	<p>Meu hospedeiro elogiou muito as terras desta região, que acredita nunca se esgotarem, produzindo em abundância trigo, milho, algodão, feijão, arroz, amendoim, mandioca, melancia, abóbora, melão e todas as frutas da Europa [...] As primeiras sementeiras se fazem em maio, junho ou julho e se recolhe em novembro ou dezembro. Imediatamente após, semeia-se uma segunda vez para colher em março. Podem-se cultivar com igual sucesso os campos e os bosques; e todos os capões, indistintamente, oferecem terreno absolutamente bom [...]. (Saint-Hilaire, p.291).</p>
<p>Também andavam, entre eles, quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, que não pareciam mal. Entre elas andava uma com uma coxa, do joelho até o quadril, e a nádega, toda tinta daquela tintura preta; e o resto, tudo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos, com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia nenhuma vergonha. (CAMINHA, p.7)</p>	<p>“Os homens cobrem cuidadosamente os órgãos sexuais. As mulheres, ao contrário, não têm pudor e numerosas vezes, as vi banharem-se inteiramente nuas diante dos homens.” (Saint-Hilaire, p. 281).</p>

É pela observação do fio do discurso que vamos compreendendo que as palavras não são só nossas, elas já estão lá, já foram ditas em outro lugar, já estão significando na história. Vemos acima que as palavras de Caminha se repetem no discurso de Saint-Hilaire. O que foi dito no século XVI vem significar três séculos depois. Há uma memória, um já dito, que se ressignifica nas palavras do viajante francês. É o interdiscurso atravessando o intradiscurso. É desse jogo que se tiram os sentidos, é desse jogo que se reafirmam, estabilizam-se e, por vezes, instauram-se novos sentidos. Em outras palavras, podemos dizer, recorrendo a Pêcheux, “não é o homem que produz os conhecimentos científicos, são os homens, em sociedade e na história, isto é a atividade humana social e histórica.” (PÊCHEUX, 2009, p. 172). Não há discurso puro, não há discurso neutro, nem mesmo do cientista, do botânico. O que há é um discurso significando com outros, na história. Assim, se inicialmente procurávamos saber mais sobre o sujeito gaúcho, chegamos ao final desse trabalho sabendo mais sobre o sujeito, *dito* gaúcho, mas que é acima de tudo brasileiro, pois tanto no discurso de Caminha quanto no discurso de Saint-Hilaire deparamo-nos com o sujeito da Terra Brasilis. Sem dúvida, o discurs-

so do viajante sobre o sujeito que ele está conhecendo estabelece relações com outros discursos já estabilizados numa memória, dando continuidade ao fio discursivo que se tece sem cessar, pois o discurso sobre a língua ancora-se no que Saint-Hilaire já conhece sobre as línguas europeias, no que já conhece a partir do discurso de outros viajantes sobre as línguas, no discurso da civilização, dos homens civilizados, das línguas ditas civilizadas; mas, ao mesmo tempo, tem um quê de encantamento pelo novo que a experiência da viagem sempre proporciona.

E, então, vemos que entre uma língua e outra muita coisa flui, as relações entre os homens, as práticas sociais. Há uma mistura que a gramática não controla; mas o que prevalece é a língua escrita, a língua da religião, a língua que é ensinada pela civilização. Essa língua é defendida pelo viajante e é ela que nos dá a conhecer a história. E o sujeito para existir tem de se apropriar dessa língua que é escrita, civilizada. E nessas relações, entre língua, sujeito e sentido, vemos que os lugares para um e outro estão já determinados, mas isso não significa que não derivam para outras posições. É na relação tensa do simbólico com o real e o imaginário que sujeito e sentido se repetem e se deslocam. É a tensão das relações entre línguas, a tensão da necessidade que faz Saint-Hilaire escrever “disse-lhes em português”, implorando socorro ao sujeito que é feio, que é lento, que é cruel, que é impiedoso; porque o sujeito significa em condições determinadas, pela língua e pelo mundo. E, se em condições determinadas, ora sujeito e língua devem ser silenciados, em outras condições a língua é a língua (que é da oralidade e que não é da religião) que pode salvar, o sujeito pode ser bom, generoso, dócil, nobre.

Por fim, do trabalho realizado, entendemos que o viajante vivia em constante tensão com a língua, e que a “sua” língua já não era a língua francesa (simplesmente), pois ele se expressa (discursivisa) com uma língua que é partida (Cf. MEDEIROS e PETRI, 2013), porque sofre influência de várias outras línguas. O discurso pressupõe uma língua; só assim é possível produzir um discurso sobre a língua. O discurso do viajante é, então, heterogêneo, porque há uma língua que é a portuguesa, há a língua francesa, há a língua inglesa; há uma língua indígena e há uma linguagem própria do lugar. Há a língua silenciada e há a língua que deve ser ensinada. E “tratar da língua e das tensões que nela e por ela se instauram é tratar da questão do sujeito” (Idem, p. 47). Afinal, nem o sujeito nem o sentido significam de forma acabada; estão sempre retornando a algum lugar do dizível, do que já foi dito. Ao mesmo tempo, nessa repetição, algo novo pode fazer ecoar sentindo diferentes, outros. Tem-se, então,

a polissemia, apontando para os deslocamentos, os deslizes, os sentidos outros, heterogêneos. Logo, a tensão está estabelecida, entre o já dito e o novo, entre o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissemia, porque os sentidos estão sempre se repetindo; todavia, estão continuamente vulneráveis ao equívoco, ao deslize, afetados pela língua na história.

Enfim, nesse trabalho, tentamos compreender e explicitar como se dá, nessa textualidade, própria dos relatos e das descrições, a construção dos sentidos sobre a língua, sobre o sujeito; pensar como, enquanto objeto histórico, *Viagem ao Rio Grande do Sul* pode nos dizer sobre as relações do sujeito com os sentidos, das relações que fazem história e podem passar a instituir sentidos da/para a sociedade, para os sujeitos, para as línguas. São, portanto, os relatos um lugar interessante para se observar a constituição dos sentidos, da sociedade, da história, seja ela do Rio Grande do Sul, do Brasil, etc..

Observação: Apresentamos (para a banca) o Mapa Itinerário, porque entendemos que ele pode ser interessante para a leitura e interpretação das observações de Saint-Hilaire. Além disso, o mapa só aparece na edição francesa de 1887, não foi incluído em nenhuma das traduções e, nem mesmo foi citado; nele estão registrados os itinerários, em linhas retas orientadas, das cinco viagens de Saint-Hilaire das quais a 4ª foi ao Rio Grande do Sul e à Província Cisplatina.

REFERÊNCIAS

BRASIL- MINISTÉRIO DA CULTURA .**Carta de Pero Vaz de Caminha**. In:*Biblioteca Nacional Digital*. Disponível em:<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/>, acesso em 21 de fev. de 2014.

MEDEIROS, V.; PETRI, V. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. **Revista Letras**. Programa de Pós-graduação em Letras-UFSM, jan./jun. 2013a, n. 46, p.43-66.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMPI, 2009[1995].